



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 92

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS 2171

TAQUIGRAFIA

ATA DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A "EDIÇÃO DO ARRAIAL FLOR DO MARACUJÁ 2019" (Em 20 de maio de 2019)

Presidência do Sr.
Jair Montes - Deputado

(Às 9 horas e trinta e cinco minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores muito bom dia a todos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Edição do Arraial Flor do Maracujá 2019.

Nós convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, senhor Jair Montes, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública; senhor Eyder Brasil, Deputado Estadual; senhor Marcelo Cruz, Deputado Estadual; senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança Defesa e Cidadania – Sesdec; senhor Jobson Bandeira dos Santos, Superintendente Estadual da Juventude, Cultura e Lazer – Sejucl; senhor Saulo Giordane, Coordenador de Turismo, representando a Superintendência Estadual de Turismo – Setur; Cap. PM Michelly, que nesta oportunidade representa o

Comando Geral da Polícia Militar; Major BM Iranildo Dias de Andrade, representando o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar; senhor Francisco Fernando Rodrigues Rocha, Presidente da Federação de Grupos de Dança Folclórico de Rondônia - Federon.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a Edição do Arraial Flor do Maracujá, edição 2019.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestres de Cerimônias) – Nós convidamos aqueles que puderem, para que se coloquem de pé. Ouviremos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós registramos e agradecemos a presença de Silvaneí Silva, Presidente do Boi Az de Ouro, Membro do Conselho Fiscal da Federon. Nossas boas-vindas ao Sílvio Santos, Zé Katraca, Corre Campo, Boi-Bumbá. Satisfação tê-lo conosco; Senhor Wellington Amorim, Presidente da Quadrilha Coração Dourado, nossas boas-vindas. Senhor José Carlos Brasil, Coordenador Estadual de Políticas da SEAS, nesta oportunidade. É uma honra tê-lo conosco. Senhor Rodrigo Cerdeira, Presidente do Grêmio Recreativo Mocidade Junina. Muito obrigado pela presença.

Senhora Poliana Gonçalves, Vice-Presidente do Grupo Folclórico UaiticuMuicã. Muito obrigado pela presença de vocês. Todos os membros da agremiação Rádio Farol. Onde estão as nossas saudações a vocês? Senhor Paulo César Alves, Presidente dos Matutos do Socialista, e todos os membros das agremiações que nos honram com suas presenças, uma calorosa salva de palmas por terem vindo, por terem atendido ao pedido do Deputado Jair Montes, proponente desta Audiência Pública. Tenente Policial Militar Fabrício Vieira, que representa o 1º Batalhão da nossa briosa Polícia Militar. Uma honra tê-lo conosco.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Bom dia a todos, bom dia a todas. Para nós é um motivo de muito orgulho e de muita satisfação, nós estarmos aqui para a nossa primeira Audiência

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Pública como deputado estadual de Rondônia, em especial na nossa Capital, Porto Velho.

Eu quero agradecer aqui a presença do meu amigo Deputado Marcelo Cruz. O Deputado Marcelo Cruz é um amigo que nós caminhamos juntos desde vereadores, chegamos juntos a essa Casa. Obrigado pela sua presença. Ao nosso Líder do Governo Deputado Eyder Brasil, Deputado Estadual. Muito obrigado também, Deputado Eyder. Ao Excelentíssimo Sr. Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec. Obrigado pelo carinho e respeito de estar aqui conosco para tratarmos deste assunto tão importante, não só do Flor do Maracujá, mas da cultura do Estado. O Sr. Jobson Bandeira dos Santos, Superintendente Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – Sejucl.

Jobson, obrigado pela presença também, pelo carinho e respeito de estar aqui.

Tendo em vista que esta Casa, aquilo que nós sempre falamos, nós somos independentes, tanto o Legislativo como o Executivo, mas estamos harmônicos. Obrigado por respeitar esse convite e estar aqui conosco. Senhor Paulo Giordane, Coordenador de Turismo, representando a Superintendência Estadual de Turismo - Setur. Este não chegou ainda, não é?

O campo também não veio. Não vi o Ocampo, já me deu trabalho, viu, como Vereador. E já começou dando trabalho como deputado. Oh, Ocampo! A representante, representando o Comando Geral da Polícia Militar, Capitã PM Michelly.

Obrigado, Capitã. Senhor Francisco Fernando Rodrigues Rocha, Presidente da Federação do Grupo de Danças Folclóricas de Rondônia - Federon. Obrigado e seja bem-vindo.

Faltou alguém aqui. Faltou o Bombeiro ali que eu não falei o nome do nosso amigo Bombeiro. Major Bombeiro Iranildo Dias de Andrade, representando o Comando Geral do Corpo de Bombeiros. Mais alguém Jane? Saulo da SETUR. Obrigado, Saulo, por sua presença.

A gente, em Audiências Públicas, geralmente a gente sempre tratou Audiência Pública, Deputado Marcelo e Deputado Eyder Brasil... Professor Marcos Teixeira, representando a Unir. Muito obrigado por sua presença aqui conosco. Em nome do meu amigo Leandro da Quadrilha Girassol, também obrigado Leandro, aqui com sua turma. Nenenzão que está ali, com o pessoal ali também, já que foi já citado.

A gente trouxe esta Audiência para cá, Secretário, autoridades, vocês que representam a Cultura; vocês também que são das Quadrilhas; muitos ambulantes aqui conosco também, é para tratarmos assuntos já, mas que possamos fazer daqui um caminho para que nós possamos buscar uma agenda positiva para o nosso Estado. Uma agenda positiva para o nosso Estado. Claro que nós temos experiências boas do passado, também temos experiências negativas, também.

Então, Deputado Marcelo, Deputado Eyder e Secretários, Adjuntos, autoridades, a gente vai abrir esses trabalhos ouvindo primeiro, Secretário, Federação, ouvindo primeiro as pessoas que vão se inscrever. Nós vamos colocar aqui de 03 a 05 minutos no máximo. Não vamos nos estender muito. Fazer uma Audiência que possamos sair daqui com objetivo e possamos sair daqui todos satisfeitos, para que nós passamos, apartirdejá, criar uma agenda positiva da cultura do Estado. Tendo em vista que hoje Rondônia, em especial Porto Velho, nós estamos hoje cada dia brigando, brigando e não tem nada. A capital, mesmo, Secretário, nós tínhamos aqui um Flor do Maracujá linda e maravilhosa. Hoje, cada dia que passa, vai ficando um Flor do Maracujá, quando joga no bairro, joga numa rua, bota de novo no Parque dos Tanques e assim vai. Nós não temos uma identidade ainda e sendo uma festa tão linda nossa, que

é uma festa aqui do Estado e mais precisamente da capital. E aí você também consegue trazer turistas para cá, para poder também movimentar a economia. Nós temos uma festa linda que não tem mais em Porto Velho, que era a Festa Agropecuária que terminou, era bonita. Tem que voltar, tem que voltar aquela Expovel. Hoje você passa no Parque dos Tanques derrubaram tudo, não é? Então, ali ninguém sabe o que funciona mais ali e ali, se eu não me engano. Secretário, é do Estado aquela área? É do Estado.

Então, assim, nós precisamos neste momento... Guajará-Mirim, uma cidade que eu tenho um carinho enorme, nós temos lá o Duelo das Fronteiras, não é isso? Tão lindo, tão bonito, mas também do mesmo jeito, nada anda, não funciona. A gente ainda vê aqui uma festa bonita e organizada ali, que faz o Negaça, o próprio Dourado ali na zona sul, que se inicia agora, não é? O Flor do Cacto, não é?

Então assim, precisamos criar isso, porque eu me aproximei de muitas pessoas que mexem com a cultura em Rondônia e em Porto Velho, e são pessoas que suam, que se doam e não ganham nada para isso, só têm dor de cabeça, são guerreiros. Então, Secretário, o senhor tem uma missão importantíssima. O Governo, Deputado Eyder Brasil, Líder do Governo, nosso Líder nesta Casa, o Governo do Estado Marcos Rocha tem um desafio gigante, gigante. No decorrer dos seus quatro anos, resgatar de fato a cultura, a cultura organizada, não aquela cultura que o Governo coloca dinheiro e as pessoas gastam. Mas aquela cultura em que o Governo é parceiro e a iniciativa privada começa a investir para que possamos gerar tanto emprego quanto renda para este Estado. É isso que nós precisamos, certo?

Então, neste momento, eu, antes de abrir a palavra à Mesa aqui, eu tenho dois deputados, vocês têm prioridade, Marcelo e Eyder. Vamos ouvir primeiro o Deputado Marcelo, o Deputado Eyder. Quer falar agora?

Então, vou passar a palavra ao Deputado Eyder, enquanto a Jane já pega as pessoas, que nós vamos dar aí 05 minutos para ouvirmos vocês. Depois nós vamos ouvir aqui a Mesa, os Secretários, as autoridades, o Presidente da Federon.

O SR. EYDER BRASIL - Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade do dom da vida, iniciando mais uma semana de muito trabalho aqui nesta Casa representando o povo. Quero aqui parabenizar o meu amigo Deputado Jair Montes, por ter proposto Audiência Pública, este evento tão importante para o nosso Estado de Rondônia, em especial para a nossa Capital, que é o nosso tradicional Flor do Maracujá. Saudar aqui, o meu amigo Deputado Marcelo Cruz, em nome de quem represento e saúdo também todos os integrantes desta Mesa.

Dizer que é muito bom ter aqui na plateia grandes amigos, pessoas que eu conheço de longa data, que fazem a cultura aqui da nossa Capital acontecer. Parabenizo todos vocês e espero que nós possamos sair daqui hoje desta Audiência regozijados e motivados a realizarmos em 2019 a melhor Flor do Maracujá de todos os tempos. É isso que nós estamos propondo aqui com esta Audiência Pública, é assim que a gente está visualizando a nossa Flor do Maracujá para este ano de 2019. O melhor Flor do Maracujá de todos os tempos, que realmente Deus possa nos conceder tal graça. Deputado, eu volto a falar depois. Só queria realmente parabenizar e saudar todas as pessoas que fazem a cultura aqui da nossa Capital.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Nós vamos então iniciar, continuar a nossa Audiência. Eu tenho até o privilégio, o orgulho de convidar este Professor, que é um Professor que eu considero

muito inteligente. Parabéns e vai trazer aqui o seu conhecimento aqui, representando a Unir, a Academia, Professor Marco Teixeira. O Professor Marco Teixeira vai nos apresentar alguns slides. Professor, nós vamos dar um pouquinho a mais de tempo ao Professor, porque nós vamos, praticamente, já está aí, Professor? Nós vamos, praticamente, seguir um norte pela fala do professor, está certo?

Professor Marco Teixeira. Uma salva de palmas para o Professor Marco Teixeira.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) -

Professor Marco Teixeira, nós queremos agradecer a chegada da senhora Madeleine Novaes, Presidente do Boi-Bumbá Manhoso, muito obrigado pela presença; senhor Amarildo Magalhães, Presidente da Associação dos Ambulantes e Barraqueiros do Flor do Maracujá, é uma honra tê-los conosco; e a senhora Neiva Mariana, Presidente da Quadrilha Rosas de Ouro; e a Dona Francisca do Flor do Primavera também nos honra com a presença, a nossa reverência.

Professor Marco Teixeira da Unir, com a palavra.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOMINGUES TEIXEIRA -

Bom dia a todos os presentes, a todos os membros de grupos juninos, a quem saúdo em primeiro lugar, porque vocês fazem a maior festa deste Estado neste momento. Não só a maior festa, como vocês são os verdadeiros guardiões do nosso maior patrimônio cultural em funcionamento neste Estado. Porque como bem disse o deputado antes, nós estamos vivendo, na maioria das vezes, em relação à cultura da saudade que tínhamos do passado, quando alguma coisa funcionava. E, repetidamente, nós temos assistido a desmanches de todas as nossas atividades culturais. Se nós pensarmos no Carnaval; se nós pensarmos no tratoramento da própria Expovel; se nós pensarmos nas festas de tradição do Vale do Guaporé se nós pensarmos nos conjuntos de festas de escolas, que já não ocorrem mais, nós vemos que o que é realmente popular está sendo perdido neste Estado por uma série de fatores.

Então é nesse sentido que eu vou tentar fazer a minha apresentação, saudando primeiro os grupos de quadrilhas e bois-bumbás e seus Presidentes, porque são heróis que trabalham muito além daquilo que seria imaginável. Têm que passar o ano de pires na mão, correndo de um lado, para outro para conseguir o mínimo para poder se apresentar com dignidade, mas, saudar principalmente a Federon que organiza e mantém esse trabalho de forma ativa, mesmo nos momentos de maior abandono em que o Flor de Maracujá se viu jogado. Pode passar, por favor, o slide.

Então, ao falarmos da questão do Flor do Maracujá e eu agradeço muito a esta Audiência Pública, Deputado Jair Montes, é uma honra para nós, eu gostaria de lembrar que eu estou usando textos do Zé Katraca, porque ninguém melhor do que ele para ter todo o registro e memória desse material. Nós vamos lembrar que essa festa, ela é de origem praticamente ancestral, os bois e as quadrilhas surgem com a própria cidade de Porto Velho. Algumas coisas novas estão sendo pesquisadas agora pela Universidade. Nós tínhamos a exata certeza que bois-bumbás, por exemplo, eram de tradição maranhense e eu acabei de voltar de uma pesquisa no Beni e encontrei antecedentes do boi-bumbá, muito parecido com o que nós dançamos na região beniana, outro Culto Coecito que era praticado pelos índios da região dos moxos, uma coisa colonial e os moxos que influenciaram muito a nossa cultura aqui porque desceram à força para os seringais do rio Madeira. Essas são novidades de pesquisa que a gente vai poder apresentar.

Essas festas nossas aconteciam em pequenos espaços enquanto éramos território, Mas com a passagem do Território a Estado, a festa ganhou uma dimensão muito maior e ela foi realizada pela primeira vez, em grande estilo, em 1982. E aí eu gostaria de saudar a professora Nazaré, a professora Yeda, o Flávio Carneiro, o Monteiro, a Bebel, tantos outros que ao longo dos tempos estiveram à frente do Flor do Maracujá e trabalharam perfeitamente com ele.

Essa festa mantém muito das nossas tradições e nos apresentam novidades que estão chegando às tradições também. Dificilmente você vai ter outras festas onde você encontra as mesmas comidas típicas; dificilmente você vai ter outra festa aonde você encontra povo de verdade, porque essa é uma festa montada pelos grupos de bairros e de periferias da cidade que demonstram uma capacidade de organização muito grande.

O arraial foi iniciado em 1982 e em 1983 foi transferido para o Claudio Coutinho. E daí para frente ele tem uma história de movimentação e de flutuação ao sabor de cada governo, mostrando que não houve política pública consistente para isso aí, desde as suas origens até os dias atuais. A própria ausência de um lugar definitivo demonstra o quanto o Estado não se interessou por isso. E aí eu digo uma coisa: porque o boi de Parintins é o sucesso que é? Porque existe uma estrutura do Estado que enxergou naquilo o turismo, enxergou naquilo comércio, enxergou naquilo cultura, enxergou votos, enxergou bem-estar para sua população. Aqui nós temos assistido atropelos por cima de atropelos. Já fomos o melhor carnaval da Amazônia ocidental, já tivemos o maior arraial da região norte e vamos ver essas coisas escorrerem entre os dedos até quando?

Em 2005, o Flor do Maracujá foi realizado no Parque de Exposição da Associação dos Produtores Rurais de Porto Velho e essa movimentação começa a se tornar dramática durante muito tempo, até que eles estabelecem definitivamente, o local em que acontece hoje, ainda com situações precárias, devido a problemas que ninguém enxerga, como por exemplo, a facilitação do acesso de ônibus. Vamos baratear o custo do Flor do Maracujá? Vamos tentar conversar com as empresas para oferecerem um serviço melhor, baratear os preços das passagens de ônibus, tirarmos um pouco do horror de taxas, como vou demonstrar, são pagas a todo arraial pela Federon, que pesam substancialmente nas receitas. Quero lembrar que o arraial é uma realização de grupos sob a Federon. Todos os filiados da Federon se apresentam ali. E eu participo muitas vezes, embora não seja da Federon, de debates e mais debates para poder ver como é que isso acontece. E participo depois, por que sou amigo de muita gente, de muita quadrilha e de muito boi, tanto do choro quanto da alegria que é viver dessa experiência.

Devo reconhecer neste momento, que há grandes patrimônios aqui presentes: professor Aluizio Guedes, do Diamante, ele merece uma salva de palmas; o nosso jornalista Zé Katraca, que não só representa um dos bois mais tradicionais do nosso Estado como é a voz da mídiatanto da Federon quanto do Arraial. Famílias tradicionais como os Castros Alves, mas, em especial eu gostaria de homenagear duas pessoas neste momento, embora eu considere que todos os Presidentes de Grupo e todos os brincantes tenham o mesmo valor e importância no desenvolvimento da atividade, mas eu homenageio, especialmente, o Professor Severino Castro. Por favor, Professor, porque o senhor é uma referência que ultrapassa muito a mera questão junina, o senhor é referência cultural neste Estado há muito tempo. E qualquer

um que viveu aqui desde o território até agora, sabe da sua cultura, sabe do seu currículo e sabe do seu empenho como pessoa a isso tudo.

E aí eu coloco uma coisa básica, pensamos no que foi o Arraial antes e depois da entrada da Rádio Farol, que serve realmente como um farol para quase todas as outras. E a disputa vem acontecendo na ideia de organizar, na ideia de tornar-se um bem útil socialmente porque isso é exigido dentro da Rádio Farol. E eu sei, alunos têm que estar estudando, têm que estar com notas em dias; há horários para poder trabalhar, há horários para poder ensaiar e essas quadrilhas todas estão fazendo isso, tirando jovens e crianças da periferia, tirando jovens e crianças dos perigos do contato com drogas e exigindo desses jovens e dessas crianças que assumam responsabilidades como grupo que trabalha por ele.

Outro exemplo notável é o Fernando, da Roça é Nossa, que merece todo o nosso respeito porque passa o ano inteiro junto com o Severino e junto com a Federon, correndo atrás das possibilidades, tendo que fazer com que as coisas aconteçam. E muitas vezes eu mesmo presencio que até na hora de começar ainda pairam dúvidas porque recursos prometidos não chegam; Emendas não caem na conta da Federon, caem em contas públicas e muitas vezes não chegam lá. Então, isso tudo tem que ser levado em conta quando se fala algumas coisas que eu ouvi falarem. Têm inclusive gravações sobre o assunto que eu considero absolutamente desastrosas, falando de "quadrilha" no sentido pejorativo da palavra, a respeito da administração da Federon e isso é um absurdo, deputados. Quem está lá dentro, sabe da dedicação de cada membro da Federon e sabe da dedicação de cada membro e de cada brincante dos seus grupos.

Então, nesse ponto, Professor Severino, Fernando, eu pessoalmente gostaria de pedir desculpas pelos ultrajes que a gente ouve em algumas situações. Se há uma quadrilha na Federon é uma quadrilha junina em grande estilo, das melhores do Brasil. E essa referência de tornar a nossa quadrilha competitiva no Brasil inteiro, que eu considero melhor do que a maioria das quadrilhas do Brasil, vem de quadrilhas como a Roça é Nossa, vem de quadrilha como a da Rádio Farol, Flor da Primavera, da Mocidade Junina, da Tradição, dos Matutos do Guaporé. Porque estão na briga, não se contentam em ser pequenas para sempre, estão lutando, estão desafiando e estão buscando seu lugar. A Rosa de Ouro, que já foi campeã; a Girassol, que atualmente é uma força JUABP, todos esses grupos representam a nossa sociedade e representam muito bem. Representam principalmente a nossa população pobre, que melhor do que todo o resto faz cultura, tirando dinheiro de pedras para poder se vestir.

Os repasses que a Flor do Maracujá recebe durante muito tempo são oriundos de Emendas, são oriundos de subsídios particulares, de doações, de patrocínios. No auge desses repasses para os grupos juninos, que foi, se não me engano, em 2011, cada grupo chegou a receber R\$ 30 mil.

Atualmente, no ano passado foi em média R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) de patrocínio para poder levar uma quadrilha. Eu pergunto a qualquer pessoa, os senhores têm ideia do custo da roupa do casal de noivos? Alguém tem ideia do custo da roupa de um Juiz? Alguém tem ideia do custo que é o som para se ensaiar a quadrilha? Ou do sono que os nossos jovens perdem a cada noite para poder se preparar durante o ano inteiro? A quadrilha não acontece naquele dia, ela vai começar a acontecer no dia seguinte a Flor do Maracujá e vai se estender até a realização do próximo Flor do Maracujá, com muito sangue, com muito suor, com muitas lágrimas, com

alegrias, com confraternizações como a gente vê a cada fim de semana, agora, na apresentação dos personagens que são realizados pelas quadrilhas e com muita dedicação.

Fala-se do custo exorbitante das barracas, nós temos aí planilhas sobre isso. Então, quando se fala desse custo exorbitante, a gente vai lembrar que o custo médio das barracas fica entre mil e dois reais por pelo menos 10 noites, mas as barracas já vêm montadas, com a energia elétrica paga, com água, com luz, com a infraestrutura, com geleiras, com mesas.

Gente, as geleiras, a luz, a água, a padronização, a infraestrutura de chão, é toda montada, ou vocês vão lá fazer asfalto, levam as geleiras, que já são combinadas? O Parque, que é uma coisa a parte, tem direito a barracas próprias. E vamos colocar R\$ 2 mil durante 10 noites, que são para os grandes restaurantes e para as pastelarias, vai dar uma média de R\$ 200,00 por dia, que é a média de consumo de uma mesa. Eu gasto muito lá, e vou falar disso também, sei que vou falar.

Então, quando eu falo dessas apresentações, eu estou falando de geração de renda e quando eu falo de geração de renda, eu não estou falando só de barracas. Sei do gasto do barraqueiro, é claro que sei. Agora, sei também que se não tivesse que gastar tanto com os impostos, que vocês não têm que pagar; com as taxas que vocês não têm que pagar; o custo poderia ser diminuído. Então, queremos diminuir custos para vocês. Vamos tornar o Flor de Maracujá de Utilidade Pública e eximir a Federon de pagar os recursos que tem pagado, de desembolsar o horror de dinheiro. Pode passar, por favor, a tabela de gastos, mais adiante. Aí, essas são despesas do Flor do Maracujá. Está lá à disposição, está lá à disposição. A prestação é pública, a prestação de contas é pública, e esses dados aqui, se não forem reais, podem ser contestados judicialmente.

E aí eu lembro uma coisa, se os próprios grupos juninos não se unem para defender a instituição que lhes representa, o destino é a ruína. Enquanto o Flor do Maracujá e a Federon funcionarem como uma muralha, há defesa para isso tudo.

Nós assistimos essa fragmentação com as Escolas de Samba, com a dissolução da Federação das Escolas de Samba.

E qual é o resultado? Acabou o carnaval de rua. Pois aqui a prestação de contas está feita. Há uma única pendência, única em relação à Federon, que se trata de um recurso para contratação de canal televisivo, em 2011, que ainda não foi julgado. Está no TCE e ainda não foi julgado. Então, por favor, pensam nas acusações que fazem. Passe, por favor.

Aí nós temos toda a questão dos depósitos feitos e a prestação de cheque subsequente, porque é pago tudo com cheque, portanto, é possível ser rastreado, de todos os itens.

O que é que precisa para vocês terem acesso? Está lá dentro.

Pedir a prestação de contas de forma oficial, porque ela é pública e é disponibilizada. Então, quando eu coloco na berlinda a Instituição que tem feito esse Arraial acontecer durante muito tempo, não tenham dúvidas, os senhores estão se colocando na berlinda também. Porque depois que se dissolve a organização geral do grupo, é fácil ir eliminando um a um. E não estou falando isso deste governo não, mas estou falando disso de experiências passadas, que destruíram o nosso carnaval, que destruíram outras festas dessa maneira, e cada ano alegando um motivo para não repassar recurso nenhum.

Agora, eu pergunto: quanto é que Humaitá repassa para o seu Arraial? Peço aos senhores da Mesa que se dêem ao

trabalho de ir um dia assistir ao Arraial em Humaitá, que é uma cidade que não tem a renda do nosso município, que não tem o tamanho do nosso município, mas que se apresenta de forma gigantesca.

Peço também que façam uma comparação dos custos alimentares, tanto de refrigerantes, quanto de cerveja, quanto de comida, que não são exorbitantes, com qualquer evento na cidade, para então poder avaliar se realmente esses custos estão altos.

E peço que analisem, o Flor do Maracujá, movimentado por ano pelo menos cem mil pessoas, entre brincantes, entre o pessoal das barracas, entre costureiras, entre figurinistas, entre escultores, artesãos. Essa gente toda tira uma parte do seu sustento anual desse evento que se fragmentado, vai se perder.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Senhor Marco Teixeira, mais três minutos para a gente encerrar sua fala.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOMINGUES TEIXEIRA – Sim, três minutos eu encerro, deputado. Muito obrigado. Dessa forma o que eu digo a vocês, a prestação de contas está aqui, fica pública no computador da Assembleia Legislativa para todos que tiverem interesse, como está pública lá na Federon, e transparente.

Então, gravações como eu ouvi falando que vão eliminar quadrilhas, para mim, quando falam que vão eliminar quadrilhas, querem eliminar quadrilha junina, e isso para a gente é muito grave. Nós esperamos o que do poder público? Parceria, cooperação e caminhada lado a lado, mas, respeitando os autores da festa, que eles possam fazer isso junto, e que o comando dessa festa, seja reconhecido à Federon, que o Flor do Maracujá, seja mantido como patrimônio histórico e cultural, material e imaterial desta cidade para que ele não caia nas mesmas armadilhas do passado, que destruíram boa parte do legado cultural e transformaram muitos dos nossos legados culturais em eventos sem sentido.

Então, eu agradeço essa oportunidade de ter falado, mais uma vez homenageio a Federon; homenageio todos os quadrilheiros; homenageio o pessoal das barracas que estão lá o tempo inteiro; homenageio pessoas que participam da festa, porque se os senhores olharem a diferença do nosso público é muito grande. Embora a gente movimente, nesses 10 dias, aproximadamente, cem mil pessoas, as pessoas que frequentam o Flor do Maracujá são pessoas de bairros e periféricas, com pouca chance de ter uma festa para si. E esta festa depois movimentada um circuito que corre todos os bairros, mas ela é principalmente dos grupos mais populares, não é? O que eu digo é o seguinte, nós não vemos classe média, classe alta lá dentro do Flor do Maracujá, porque no mesmo período, eles vão viajar para Ariquemes, viajar para Ji-Paraná, para as Expoel, para as Expoari, porque esta festa já foi nos tirada daqui.

Mostrei para vocês o gasto, peguem a renda, está toda aí. Está toda aí disponível. Infelizmente, eu não vou ter tempo de explicar tudo, mas um total de R\$ 343 mil, já contando com aluguel, com luz, com tudo, não me venham falar... R\$ 200 mil é feito de patrocínio, que a Marquise normalmente quem faz, não é? Gente a prestação de contas está aqui, e aí nesse ponto, eu quero agradecer inclusive...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, professor.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOMINGUES TEIXEIRA – Agradecer muitos políticos que apoiam, Dona Val, o Deputado Expedito

Júnior e outros que têm se mostrado parceiros do evento. Agora, peço que todos os políticos abracem a causa e que não transformem essa em uma festa do Governo.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua, professor.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOMINGUES TEIXEIRA – E sim em uma festa do Estado. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Professor Marco. Convido a fazer uso da palavra, o senhor Rodrigo Cerdeira, Quadrilha Mocidade Junina, cinco minutos. O professor foi uma exceção. Já chegando aqui, nós vamos cumprimentar o senhor Aldo, da Escola de Samba São João Batista. Seja bem-vindo a nossa Audiência.

O SR. RODRIGO CERDEIRA – Bom dia a todos os presentes.

Bom dia aos deputados, aos representantes do Estado, a todos os nossos colegas do comércio, dos arraiais, famosos barraqueiros, ambulantes que estão conosco, a todos os grupos o nosso bom-dia a todos os Presidentes e amigos do Folclore e da Cultura deste Estado.

Eu vou passar para a Mesa, quero deixar aqui apenas três informações, não vou ocupar os cinco minutos. Senhores, a cultura é tudo aquilo que o homem ou que o povo produz por si só, isso é cultura, isso é folclore. Então, não dá para entender como não proporcionar ao próprio produtor cultural, a idealização, a organização e a realização da sua manifestação cultural. É impossível conceber tal fato. Não há ninguém melhor para realizar e organizar, que não o próprio produtor, como uma mãe e um filho.

Então, isso nos leva a requerer, senhores deputados e senhor Secretário, Superintendentes e representantes do Estado, a participação dos grupos folclóricos, não apenas diretamente os grupos folclóricos, mas nós grupos folclóricos temos uma representação. Nós nos organizamos, nos unimos e montamos uma entidade para nos representar nos grandes eventos, perante à população de Rondônia, à população de Porto Velho, que nos representa juridicamente, nos representa socialmente, culturalmente.

Então, senhor Superintendente, essa é a minha segunda solicitação, a participação dos verdadeiros produtores culturais, daquilo que o Flor do Maracujá nos propõe.

O último ponto que eu gostaria de apresentar os senhores, já passo aqui. Senhores, baseados na proposta que recebemos da instituição, da Superintendência SEJUCEL, verificamos que de acordo com a proposta que nós recebemos, como o Professor Marco Teixeira falou, nós vislumbramos um desmantelamento do nosso trabalho com a inclusão de jurados de outra região do nosso País, sem o devido adequação ou aprimoramento, pois, o que nós produzimos aqui, Fernando, Secretário, é a expressão do folclore cultural da nossa região, é a nossa identidade cultural. Não há colegas quadrilheiros, colegas barraqueiros, que vocês nos acompanham.

Como que o jurado vai vir lá do Nordeste, como é que ele vai julgar o nosso seringueiro, o nosso caçador? Identidade Regional. Por incrível que pareça, os jurados dos grandes centros já não julgam mais Lampião e Maria Bonita, porque o próprio Nordeste já não inclui mais essa tendência regional. E o Estado, os nossos grupos aqui em Porto Velho ainda nós zelamos muito pela nossa identidade regional, pela nossa própria identidade.

Então, senhores, nós temos elementos, nas nossas apresentações, que são dedicados puramente à expressão da nossa região. Então fica praticamente, inconcebível sermos avaliados por pessoas que não têm o pleno conhecimento da nossa cultura regional.

São os três pontos que eu preparei. Espero ter contribuído. E, senhores do Estado, muita responsabilidade com essa Festa, com a manifestação, porque mais uma vez o folclore e a cultura é a produção do povo, é a expressão popular. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado. Obrigado por respeitar o nosso tempo. Para fazer uso da palavra o senhor Roberto Matias, Vice-Presidente da Rosa Divina, pelo prazo de até cinco minutos.

O SR. ROBERTO MATIAS - Bom dia a todos. Em nome do Deputado Jair Montes eu quero cumprimentar a Mesa e aos demais e, em nome do Professor Severino Silva Castro, quero cumprimentar os demais Presidentes de Grupos Folclóricos de Quadrilhas; e em nome do Zé Katraca os dos Boi-Bumbás.

Eu não quero me alongar aqui muito, simplesmente só deixar um registro pela presença. Eu não poderia deixar de vir aqui pelo fato da minha agremiação fazer parte da primeira mostra de Quadrilha Boi-Bumbá do Estado de Rondônia. E fazendo 40 anos de Folclore em Porto Velho já passamos por muitas situações de Arraial. Cada edição é um desafio.

E gostaria simplesmente de dizer que eu acho que qualquer Grupo de Boi, de Quadrilha e a Federon não está querendo, nunca houve a intenção de tirar recurso público da Segurança Pública, da Saúde, de qualquer órgão que seja do Estado. Simplesmente, eu acho que é de vontade que o Governo, simplesmente, dê apoio, dê uma estrutura. Não precisa da questão de recurso, porque cada um de nós, eu falo nós, assim, os Presidentes passam o ano trabalhando, é um vendendo frango frito, outro vendendo peixe frito, é outro fazendo feijoada. Isso é o ano todo para a gente buscar recursos, ir atrás de patrocínio, de patrocinadores para que a gente possa fazer uma grande festa, independente do setor da Secel, ou seja, da Sejucl, ainda estou com a cabeça em mil novecentos e não sei o quê.

Então essa é a minha conversa que eu tinha que deixar e ter que dizer alguma coisa, ter o uso da palavra simplesmente porque nós estamos vendo outra situação durante 40 anos no São João, no Arraial Flor do Maracujá. Obrigado a todos, um prazer.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado por respeitar o nosso tempo. Com a palavra o senhor Francisco Clodoaldo, Presidente da Liga dos Arraiais. Francisco Clodoaldo, vulgo Negaça.

O SR. FRANCISCO CLODOALDO – Sou eu mesmo. Gente, bom dia. Primeiramente a gente agradece a Deus, depois aos senhores que compõem a Mesa, os nobres deputados, o Secretário Fernando, Presidente da Federon.

Dizer para vocês que não é fácil fazer cultura. Particularmente, todos sabem o trabalho que eu realizo lá no Arraial Flor de Cacto, danço com um grupo, sou Vice-Presidente de um Grupo, a Flor da Primavera, a dona Francisca a minha Presidente está aí. E é difícil a gente dançar, praticar, trabalhar, realizar cultura.

A gente tem notado, para deixar registrado aí na Mesa que há, tipo, uma divergência nas falas ou até mesmo nas

colocações quanto à realização do nosso Flor do Maracujá. Todo mundo sabe a dificuldade que é fazer. A gente também, de certa maneira, parabeniza os ambulantes. Sexta-feira começa o Flor do Cacto, e eles são os meus parceiros. Lá a gente vai ter um concurso, a gente vai pagar um dinheirinho pouquinho, mas a gente vai disponibilizar R\$ 15 mil de premiação dentro daquilo que a gente consegue e arrecada. E os meus parceiros são os ambulantes, os barraqueiros que estão lá comigo. Já fui também um ambulante, um barraqueiro, Deus me abençoou, eu estudei um pouquinho e já sou engenheiro, inclusive, engenheiro do Flor do Maracujá, independente de qualquer coisa sou engenheiro da Liga dos Arraiais e sou também o que produz lá o Arraial Flor de Cacto.

A gente começa, termina um e busca no outro. O Fernando sabe o quanto que é difícil fazer, entendeu? E faz também um Arraial lá no Esperança da Comunidade, o Comunidade do Sertão, é um Arraial do circuito junino de Porto Velho, você veja que a gente reúne com o Ocampo e a gente faz o circuito junino. Quem abre o circuito junino é o Flor do Cacto, onde esse aparato e ajuntado cultural de vocês, nós quadrilheiros iremos para o Flor do Cacto com apresentações e também com o fomento realizado pela organização do Joãozinho da Federon, lá nesse concurso que haverá no Flor de Cacto.

Mas deixar registrado, gente, queo Flor do Maracujá é algo muito importante, faz parte da nossa identidade de Porto Velho, você vê que o Flor do Maracujá já está indo para os 40 anos. É muito tempo de cultura e isso merece um olhar especial por parte do Governo para poder dar estrutura, porque eu sei a dificuldade que é. Você vê que a gente busca parceria com a Polícia Militar do Estado de Rondônia, a gente busca parceria com os Bombeiros, porque há um projeto de engenharia, onde a gente busca para que esteja tudo dentro das normas e há um custo, há um custo. As ARTs, e há um custo que eu não sei, não foi nem citado, mas se torna um custo e se torna também tempo, porque não se faz da noite para o dia. A gente trabalha em torno aí de 60 dias antes, que começa essa parte burocrática de documentação junto aos órgãos, a buscar o alvará da Sema, para a gente ter o alvará de sonorização e buscar toda a aparte estrutural.

E dizer, é trabalhoso. Você viu o que o nosso amigo Roberto Matias, que é meu amigo há muitos anos, há mais de 30 anos aí, o quanto que os grupos sofrem para chegar até o Flor do Maracujá. Essa época de Carnaval, enquanto muita gente brinca Carnaval, há um planejamento e o trabalho e o suor dos grupos lá na sua quadra, dançando, se preparando para que chegue até o ápice, que é o nosso Flor do Maracujá.

O que tem que ficar dito é que a gente tem que se ajudar, porque senão nós todos que se envolve nesse processo, pode minimizar e, de certa maneira, diminuir, que nem já acabaram várias festas grandes aqui na nossa Capital. Acabou por quê? Acabou porque não houve um direcionamento de certa maneira por parte do poder público e também o entendimento da sociedade. E aí, depois vai se esvaindo, vai se acabando e finda que no final fica para a história, acabou a Expovel. Então, não vamos deixar isso acontecer. Eu já visitei, não sei se algum da Mesa Diretora já foi à noite onde os grupos ensaiam. Se vocês já viram também o que é a correria desse povo, os ambulantes, os barraqueiros para poder deixar uma barraca bem ornamentada, pronta para poder trabalhar e poder servir.

Eu não vou entrar no mérito em relação a valores, mas, eu vou entrar no mérito em um ajuntado cultural que é todo mundo, porque envolve todos. A gente tem que pegar e dizer:

gente, envolve vocês, envolve os grupos e somos nós que fazemos a cultura.

Eu acho que a gente tem que pegar e dar as mãos, definir o que é melhor para a cultura do município porque senão minimiza, vai acabando, fica sem força nosso Flor do Maracujá.

Então é isso que eu queria deixar registrado, a Federon faz o seu trabalho, realiza. O Flor do Maracujá acontece todos os anos e a gente vê o Fernando à frente, o Severino também na organização, você vê que é muita coisa para ser feita lá.

Tem o Jailson que ornamenta tudo com a equipe gigante para deixar tudo bonitinho e aí depois vão os grupos lá para poder se apresentar e há uma trabalhabilidade muito gigante que quem conhece sabe, quem faz arraial, que produz desde o nada, até que se chegue o dia, é bastante complicado.

E deixar o convite todo especial, sexta-feira, o Flor do Cacto, na sua 22ª edição, já são 22 anos, vai acontecer na periferia da cidade, é o que abre as festividades juninas do circuito de Porto Velho e depois em seguida vai ter o Arraial Leste e depois o Flor do Maracujá.

Nesta Audiência Pública, eu acho que seria bom que a nossa Sejucel junto como o Fernando, que a gente tenha um entendimento melhor para que o nosso Flor do Maracujá sem os grupos, eu acho que fica difícil. Porque os grupos que são a alma, que é todo esse trabalho, esse suor gasto nas quadras para chegar até lá. Então eu creio que seria interessante a gente ter uma união, uma coerência para que todos saiam ganhando, tanto nossos amigos ambulantes, barraqueiros quanto os produtores culturais, os Presidentes que sabem do que a gente está falando, porque não é fácil você ser Presidente de um grupo, trabalhar e fazer acontecer. Porque muitas das vezes vocês são convidados e dançam em ruas de cascalhos, muitos já dançaram em arraiais pequenos, se apresentam para poder fomentar ali, R\$ 300,00 na apresentação, muitas das vezes não dá nem para pagar o transporte, mas vai, divulga que o grupo esteve lá. Então, gente.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, Negaça.

O SR. FRANCISCO CLODOALDO – É muito difícil fazer a cultura, mas não devemos esmorecer nem perder o foco. Devemos sim nos unir e fazer a cultura acontecer em Porto Velho, porque isso reflete para nós todos, o Estado, que é o nosso grande Flor do Maracujá. Meu muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Só Deus sabe a dor de cabeça que me dá essa Flor do Cacto, meu Pai do céu!

Com a palavra o Sr. Aluizio Guedes, Vice-Presidente da Federon, até cinco minutos, Sr. Aluizio.

Neste momento o nosso Secretário Adjunto do Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Excelentíssimo Senhor Hélio Gomes Ferreira, vai precisar se ausentar. Nós temos aqui já a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, então Secretário pode ir lá, vá com Deus, só prepare a tropa para poder trabalhar no Flor do Maracujá.

O SR. ALUÍZIO GUEDES – Bom dia a todos. Acho que a minha imagem já diz tudo, quase 70 anos, muita coisa que aconteceu e que vem acontecendo, eu não precisei olhar nos livros ou ir pela conversa dos outros. A minha imagem já diz que eu sou um dos pioneiros e é verdade, talvez um dos mais pioneiros, filho daqui. Mas eu quero usar, até porque como o professor a gente não traz o papel na mão, o papel está aqui na inteligência, nós somos muito de improviso, até porque sou repentista e o repentista do bom é aquele que tira na hora.

Não fui o fundador do Flor do Maracujá, ou seja, não estive na primeira equipe, mas fiz parte das raízes, dos primeiros projetos. Eu já participei, já entrei no Flor do Maracujá na segunda mostra, 1983, como um dos locutores, um dos apresentadores do Flor do Maracujá, já me aposentando do rádio, história junto com a Rádio Caiari desde 1964. Mas, eu quero usar duas palavras, me polície para eu não passar do tempo, tradição e modernidade. A tradição se forma com cada atitude, com cada ação se transforma no coração do povo e que nós chamamos de aceitação popular.

Por isso o próprio homem é produto das suas ações e essas ações podem ser boas, podem ser ruins. Podemos produzir algumas ações que não serão aceitas no popular, no coração do povo. A modernidade é necessária, mas também se nós não soubermos usar esse tempero, porque eu chamo de modernidade, podemos salgar ou podemos deixar insosso. Por isso, muito cuidado com essa história de juntar num caminho só, tradição e modernidade.

O Flor do Maracujá, e agora eu começo repetir alguma coisa que alguns colegas já falaram e é a pura verdade, o Flor do Maracujá, antes, os grupos dançavam nos arraiais das Igrejas, nos pátios das Igrejas, os grupos dançavam em todos os recantos, escolas, na frente das suas residências, mas, de repente, nós acordamos e verificamos que a gente precisava ter um local para que a gente mostrasse o nosso trabalho. Aí se criou o Flor do Maracujá pelos grupos, não foi pelo Governo.

É tanto que o Governo, na época, rejeitou e quem fez o Flor do Maracujá foi uma Associação dos Servidores que deu o nome e, naquela época, o CNPJ para que acontecesse o Flor do Maracujá. Porque no primeiro projeto o Governo rejeitou, eu estava lá, por isso que eu falei que a minha cara já diz tudo pelo tempo.

Criamos o Flor do Maracujá com o objetivo, entretantos, de servir de palco para o grande espetáculo que já se fazia na comunidade e propagar para o povo, para a sociedade esse grande palco mágico que é o palco do Flor do Maracujá. De repente, ao passar dos anos ele foi se transformando e a gente foi observando, com a modernidade, que muita coisa não estava dando certo. Uma dela, quando o Governo assumiu o Flor do Maracujá para dirigir, centralizou o Flor do Maracujá e acabou com os arraiais da comunidade. Acabou porque a gente só se vestia, só se preparava para o Flor do Maracujá e os arraiais começaram, comunitário, começou a ser extinto.

Quando os grupos se organizaram, e hoje eu quero dizer, apesar de termos alguns grupos ainda necessitando de um gerenciamento melhor, de documentação, mas os grupos hoje, nesse setor são os mais organizados, que precisa um açúcar no café e esse açúcar é o Governo, para orientá-los tecnicamente para que a gente não erre, lá na frente, como prestar conta, como tirar os seus documentos todos certinhos.

Nós precisamos de um apoio técnico e não que faça a festa para a gente.

Quando a Federon assumiu novamente, parece-me que, se não me falha a memória, de 2013 para cá, se criou o Circo Junino. O Flor do Maracujá deixou de ser central e passou a valorizar os arraiais dos bairros que hoje é um espetáculo aí dirigido, se não me falha a memória agora, pelo nosso Negaça.

Os arraiais passaram a ter valor, os grupos começaram, deixou de ser centralizado só no Flor do Maracujá, esses são os benefícios.

Fiz parte da primeira equipe junto com a Professora Nazaré, no sentido de a gente aceitar os nossos barraqueiros, pessoas simples, não tinham grandes empresários, não tinham grandes capitalistas. Eram pessoas que realmente precisavam

trabalhar no Flor do Maracujá porque a cultura dá emprego e renda, ela não é gasto gente. Por isso eu me lembro de algumas barracas que eu fui que dei o visto naquela época. Uma delas era Tradição, e outras daquele cidadão que faleceu perto do Ipiranga, o Claudinho. Nossa! Eu não dormia porque o pessoal chegava de madrugada atrás de barraca.

Então, o que é que eu quero dizer? Senhores, vocês são aceitáveis no nosso meio porque a cultura não tem dono. Infelizmente, algumas coisas se acabaram porque tinha dono, a Expovel tinha dono! Enquanto tiver dono, a cultura vai acabando. Nós precisamos trabalhar de forma coletiva. Oboi, aliás, o meu protesto está? Pouco se falou de boi agora, parece que eu estou sendo o primeiro.

Então, o que é que acontece? Quando a gente se organiza de tal forma, e hoje estamos organizados e a Federon gente, desculpe, não quero citar nome, porque aqui não é nome, mas a Federon, se ela ficou inadimplente, quando o Governo entrevistou, quando o Governo quis assumir Guajará-Mirim acabou, foi culpa do Governo. Deu R\$ 500 mil para cada boi, na mão de pessoas que não sabiam gerenciar, não sabiam prestar conta e a preocupação, pega R\$ 500 mil vai fazer, eu quero festival. Depois cobrou, todo mundo ficou enrolado e até hoje não tem um dos maiores festejo de Boi-Bumbá da Amazônia, que está extinto. Não falo de grupo não, isso pode acontecer aqui também.

Por isso, quero para fechar aqui a palavra. Eu, como folclorista, dependo; dependo de quem está no gerenciamento da Secretaria de Cultura do município, como do Estado, dependo. Não quero ser inimigo. Mas também não posso ficar em casa calado, dando infarto, por não ter coragem de falar para o Secretário às coisas que devem ser feitas, porque ele tem boa vontade, ele quer realizar. Mas eu abri a minha palavra aqui, aquela questão de receber aqui algumas coisas, de gente cochichando nos ouvidos. Então, eu como pedagogo, sempre trabalhei no João Bento com mais de 120 professores e não tinha que ir pela amizade com o professor, da professora não.

Então, eu gostaria de pedir, se sinta, porque você tem uma boa vontade de fazer as coisas, é jovem, sente com a Federon e veja o que se pode fazer no sentido de ter essa parceria conjunta, no sentido de valorizar o que nós fizemos antes. Não tinha nada, o Governo nos abandonou em 2013.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, conclua Aluizio.

O SR. ALUÍZIO GUEDES – Tudo bem. Quem arranhou, de 2013 para cá, quem conseguiu na Assembleia, foi a Federon. E o dinheiro, em vez de vir para o grupo, até por causa da inadimplência, que o eu acabei de falar que o Governo tem culpa daquelas, das transmissões. O governo pegou R\$ 250 mil, por exemplo, e pagou a estrutura, que era o dinheiro para os grupos. Aí, depois, bota na imprensa: “nós arranjamos recursos para os Grupos Folclóricos”. Mentira, gente! Desculpa, era isso que eu queria falar. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Aluizio. O último da plateia, nossos amigos inscritos para falar agora, ficou por último o Silvio Santos, não é aquele da TV SBT não, é o Silvio Santos nosso mesmo. Vulgo Zé Katraca, Corre Campo Boi-Bumbá. Até cinco minutos, Zé Katraca.

O SR. SÍLVIO SANTOS – Obrigado. Bom dia a todos. Antes cumprimento toda a Mesa, o Secretário Jobson, meu amigo Deputado Eyder, o deputado dançarino. Em nome do Severino

Castro, baluarte, todos os colegas; e em nome do Ceará, todos os barraqueiros, o Ceará do pastel, o Fome Zero. É isso aí!

Então, como o Aluizio acabou de falar, e o Boi-Bumbá? “Vem ver, ó morena bonita, com o seu laço de fita no Flor do Maracujá. Vem ver o meu Boi Az de Ouro, Corre Campo e tudo mais. Verdadeiro tesouro do folclore popular”. É assim, essa é a cantoria do boi que a gente faz, eu, o Aluizio Guedes, o pessoal do Silfarnei, todos os bois, todos os anos vão para lá para cantar a nossa cultura, o que nós temos.

Querem destruir? Querem. Quando falam, quando falam: “nós vamos fazer o evento dentro da legalidade”. Nos chamam de ladrão também. Querem dizer que a gente não faz a coisa legal. Pois quem faz legal somos nós, Federon. Nós é que fazemos legal. Nós prestamos conta desde 2014 lá no Tribunal de Contas. Nós vamos lá fazer a nossa planilha, Ministério Público, aliás, no MP e aí vem alguém cobrando, “não presta conta”. Que não presta conta, rapaz! Você não sabe de nada! A Federon está lá enrolada no Tribunal de Contas, numa despesa, num convênio que infelizmente o Presidente da época, eu não lembro se foi o Fernando, aceitou, mas em nome da mídia para transmitir o Flor do Maracujá, patrocinado pelo Governo do Estado. O dinheiro era o Governo que estava passando, só usou a gente de escada para passar para aquele grupo de comunicação. Mas o governo não passou o dinheiro todo, era um milhão e seiscentos, ele só passou R\$ 800 mil e quer que a Federon preste conta de um milhão e seiscentos.

Quem é que está mentindo? Quem é que está enganando o povo? É o Governo, não é a FEDERON! E a FEDERON, nós que somos FEDERON, somos prejudicados disso.

As emendas que se colocam aqui, como o Aluizio Guedes falou, que já levaram até R\$ 250 mil, e é verdade que nós conseguimos junto aos deputados e chegou lá na Sejucl ou na Secel, sei lá onde foi, eles usaram as emendas que eram dos grupos para montar a estrutura. Quando se anuncia, divulgam na imprensa o Flor do Maracujá tem tantos mil, aí se coloca lá. Não, cento e não sei quantos mil para o Flor do Maracujá, não! Para o Flor do Maracujá não! É para o dono do som, é para o dono das arquibancadas, entendeu? É para o dono das barracas, das tendas. Aquele dinheiro é para eles, porque não vem nenhum tostão para os artistas não. Nós somos proibidos de receber cachê desde 2014, foi esse amigo de vocês que foi lá com o Dr. Héverton Aguiar e conseguiu uma grande reunião com todos os entes que tinham a ver com a Flor do Maracujá, passar para Federon, a administração, a coordenação das apresentações dos grupos. E tem mais, no TAC que foi firmado, diz o seguinte: o Governo tem obrigação de colocar a estrutura que é de som, de eliminação, as tendas, barracas não sei o que mais. E a Federon coordena o Arraial.

Só que o Governo fica impedido de repassar recursos para os grupos.

Então, a gente já não recebia desde 2011, e continuamos sem receber, os grupos. Estou falando os grupos, sem receber um tostão como cachê para se apresentar na Flor de Maracujá.

Quem corre atrás, somos nós Federon. E como o Roberto falou, um grupo fazendo, assando peixe e vendendo, frango, fazendo feijoada o ano todo. Não entra um tostão no bolso de nenhum Presidente de grupo, de nenhum grupo, do Governo, seja do Governo Estadual, seja do Governo Municipal. É isso que nós queremos.

E agora, querem tirar isso, a única fonte nossa de renda para distribuir entre os grupos fazerem a festa, é dinheiro dos

patrocinadores, dinheiro das barracas. Claro que vocês pagam para Federon para montar as barracas. Vocês barraqueiros são os que fazem Flor do Maracujá acontecer. Porque vocês são os que dão dinheiro para a gente fazer nossa fantasia, a nossa roupa, a nossa indumentária. E agora estão querendo tirar isso da gente, da Federon. E como é que você faz uma festa sem ter o cachê do artista? Se não derem o nosso cachê, nós não vamos lá. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Agora nós vamos ao que interessa. Nós fizemos as preliminares, agora o jogo vai começar, está certo? Audiência Pública não pode ser só falácia, no blá, blá, blá. Ouvimos, agora vamos começar a ouvir os atores principais para que nós possamos chegar naquilo que nós nos propusemos a estar aqui nesta Audiência Pública, resolver.

Resolver, está certo?

Então, neste momento eu vou passar a palavra ao Deputado que ouviu muito, agora vai falar. Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Meus amigos, bom dia. Cumprimentar aqui o Deputado Jair Montes, cumprimentar todos os nomes aqui da Mesa, o Secretário Jobson. Mas o Deputado Jair perguntou: "Deputado, Vossa Excelência vai falar?". Eu disse: "olha eu estou aqui mais para ouvir". Eu já estive no meu gabinete com o Severino, conversei com ele. Meus cumprimentos ao Severino, ao Rogério, nosso amigo, eu estive com o Secretário Jobson, também. E o meu pedido aqui nesta manhã é que nós possamos encontrar uma harmonia, que nós possamos encontrar um caminho para que nós possamos fazer uma festa linda.

Eu me lembro que eu era adolescente, se eu não me engano era aqui que era o Flor do Maracujá, não é isso? Eu passava aqui, para mim o nome desse aqui era Flor do maracujá quando era adolescente, eu passava, não tinha nada, e eu dizia, "olha, o Flor do Maracujá é aqui". Então, assim, é uma festa que no Brasil inteiro se tornou conhecida. E eu, inclusive na época que a Federon, juntamente com a televisão do Everton Leoni, que está dando esse problema todo. Eu pensei que ia ficar conhecida, a partir dali, no mundo inteiro, assim como Manaus, aquela festa aqui tão linda que existe.

Então, Secretário, o que eu peço aqui é que a gente tenha sensibilidade, que um ceda, outro também ceda daqui, que eu acho que é isso que a gente está precisando. Uma festa com briga não é bacana. É uma festa tão conhecida, uma festa popular que o porto-velhense espera passar o ano todinho para ir para essa festividade, está certo?

O meu pedido é esse, que vocês das quadrilhas, vocês das barracas, que nós possamos achar um meio termo e que um possa ser um pouco, o outro também possa ceder, está certo? Então, estou aqui à disposição de todos. Muito obrigado, um bom-dia para todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)- Obrigado ao Deputado Marcelo. Eu quando cheguei aqui na Assembleia, Aluizio, que já me conhece há tempo, eu falo para todo mundo que eu sou fruto de um milagre estar aqui, porque Deus sabe por que eu cheguei aqui. Não era para eu estar aqui não, mas, estou. E, Deputado Marcelo, eu não sou daqui, eu sou de Humaitá, mas vim para cá com três meses de nascido. Mas isso aqui era o campo do flamenguinho. Aqui eram vários campos aqui, joguei muita bola aqui, joguei demais aqui. Mas aqui foram campos, vários campos de futebol. E aqui era onde tinha toda a questão da cultura. Tudo se desenrolava por aqui de tudo falava aqui

dos peladões, de tudo rolava aqui. E hoje estão esses grandes empreendimentos aqui, se tornou Porto Velho. E a cultura daquele tempo era mais forte do que é hoje, felizmente com pouco recurso. E hoje que nós temos aí pessoas que podem, eu fico até chateado, Secretário, quando eu vejo uma, duas usinas gigantesvirem para Rondônia, Porto Velho e você não tirar das usinas a questão cultural que tem que ter aí, deixar um legado. O único legado que ficou é o que está acontecendo aí, desmatamento, desbarrancamento, e acima de tudo o legado que ficou a energia cara para nós, não é? Mas não ficou nada das usinas. Você olha aqui, a usina não deixou um legado, o estádio, deixou um local para eventos culturais, não tem nada. Porto Velho não tem nada. Temos muitos hotéis que eles lotaram, Deputado Eyder, que eles lotaram no tempo das usinas e depois que as usinas esvaziaram, os hotéis estão aí, todo mundo falido aí porque não tem nada. Se você vai fazer aqui um Congresso aqui para qualquer nível para Porto Velho, você não tem um local para colocar dez mil pessoas.

Então, os auditórios maiores são da Unopar, da Assembleia hoje, que cabem mil pessoas, quinhentas pessoas.

Então, você não tem mais do que isso. Então, não consegue fazer nenhum tipo de congresso na nossa capital. Mas aquilo que o Deputado Marcelo falou, nós estamos aqui para ajudar.

Estamos aqui para criar um novo jeito de fazer cultura em Rondônia, viu Professor Marcos Teixeira? Vamos contar com seu apoio para isso. Nós estamos para isso aqui.

Então nós vamos aqui seguir e também saber o objetivo, o porquê desta Audiência. Então vamos começar pelo Francisco Fernando Rodrigues Rocha, é o Presidente da Federon.

Francisco aquilo que eu falei para você falar com o Secretário, nós não estamos aqui para lavar a roupa suja. Nós estamos aqui para encontrar o caminho esse ano e encontrar o caminho do ano que vem perfeito. Este ano o Flor do Maracujá começa agora dia 27 de junho, e vai até 07 de Julho. Mas nós não estamos aqui para lavar roupa suja, viu meu Vereador aqui do PSL, William do Tempo, Homem do Tempo, não é? Nós estamos aqui para encontrar um caminho este ano. E possamos, Secretário, encontrar esse caminho, encontrarmos este ano, que possamos harmonizar nos três últimos anos do Governador Marcos Rocha. Porque o Flor do Maracujá não é de Governo, não é da Assembleia, o Flor do Maracujá é de vocês que fazem a cultura de Porto velho do Estado de Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, meu Presidente. Quero registrar aqui, falo em nome da Deputada Federal Mariana Carvalho, que destinou R\$200 mil para o Flor do Maracujá, então tenho certeza que representa aí a nossa deputada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado. Mande um grande abraço para a Deputada Mariana Carvalho.

Com a palavra senhor Francisco Fernando Rodrigues, representando a Federon, Presidente da Federon, 10 minutos, mas contados no relógio.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA - Bom dia a todos. Primeiro agradecer a Deus por ter dado oportunidade de a gente chegar até aqui. Mas eu quero agradecer também ao Deputado Jair Montes, que foi provocado pela Federon para puxar esta Audiência Pública, porque a gente sabe que neste momento é de suma importância para essa união que todos nós estamos a fim. Já falaram aqui dos nossos baluartes das quadrilhas. Mas aqui o Severino já foi

homenageado aí, eu quero em nome da Dona Francisca, mais uma vez também, saudar a todos os quadrilheiros e todos os Presidentes de Grupos, e o senhor Aluizio em nome dos Bois-Bumbás; saudar o nosso Deputado Jair Montes, cumprimentando toda a Mesa; ao nosso amigo Ceará, o forte; a vocês, que como falou várias vezes aqui, somos parceiros.

Início a fala dizendo o seguinte, o palco sem artista, não tem espetáculo. E se não tem espetáculo não tem porque também os nossos empreendedores irem para aquele local. Então, por isso esta Audiência Pública para nós unirmos e falarmos aqui uma língua, um linguajar só.

Aqui, quando o Deputado Marcelo Cruz, com sua sabedoria falou de harmonia, é o que nós estamos querendo.

Harmonia, deputados, senhores da Mesa, Capitã, todos os presentes, iniciou faz mais de 12 meses atrás, quando a Sejucl nos convidou. Ai, vendo o lado da Federon, como uma grande organização dos Grupos Folclóricos, que aqui estão os Presidentes, que cada um representa mais distante 150 pessoas. Então, nós temos ai mais de quatro mil e poucas pessoas brincantes, costureiras, envolvidas dentro do Flor do Maracujá, fora os comerciantes para a renda que circula dentro de Porto Velho, que esse recurso não sai um centavo para fora, fica tudo aqui.

Nós fomos procurados para uma harmonia e, de certa forma, a gente se deu apreço de colaborar com a Sejucl.

Com croquis de entrada, saída, medição, a coisa linda que o Severino passou cinco noites acordado, sonhando no espetáculo. Depois entendemos que as coisas penderam para o outro lado. Tenho certeza absoluta que não teve influência só da Sejucl, têm outras pessoas que, tentando fazer um Flor do Maracujá, que foi abandonado pelo Estado em 2013. Só que em 2013, senhores, houve uma grande diferença, nós fomos chamados para uma conversa com o Governo do Estado.

Na transição vocês sabem o que é que houve, quase não havia o Flor do Maracujá. E nós entendemos que era uma festa nossa, Capitã, nós alinhamos. Fomos convidados até pela Primeira Dama, em uma transição de Governo que não deu tempo de passar recursos para os grupos, que naquele momento já tinham uma orientação por falha, não só da Federon, mas falha do Governo do Estado que lá na frente, a gente vai provar que nós fizemos todas as festas.

O problema foi, "não passa e, agora, como é que vamos fazer?". Eu disse: "nós vamos", para não quebrar essa corrente, Aluizio Guedes. O senhor falou essa palavra: "Não vamos quebrar essa corrente agora, porque o nosso povo está ensaiando para uma competição". Queriam uma mostra, e os nossos brincantes não ensaiam para mostra, mostrar simplesmente por mostrar. A Federon trouxe para dentro do Flor do Maracujá uma competição. É isso que move a população vir para o Show. É ver como é ver uma Rádio Farol, como é que é ver um Diamante Negro. E a Mocidade Junina esse ano? E a Primavera? O Corre Campo. Enfim, é uma surpresa que nós ensaiamos nas quadras, onde nenhum grupo pode ou não deve ir olhar a coreografia e o tema de cada um. Que nós desenvolvemos um tema também, dentro do Flor de Maracujá.

A questão da transmissão foi a maneira que o Governo estava propondo de mostrasse movimento para o resto do Brasil, porque nós não passamos aqui das fronteiras do Estado de Rondônia. E o Flor Maracujá vem crescendo tanto, um desafio tão tamanho que as emissoras diziam assim, "Fernando e o ano que vem?". Eu dizia, "tem que ser melhor do que esse ano".

Então é um desafio o Flor do Maracujá. E aqui eu quero dizer aos senhores que os grupos folclóricos dependem não só do Flor do Maracujá para se apresentar, como também dos

circuitos juninos. E nós não estamos aqui, em nenhum momento, senhor Superintendente, lutando por dinheiro. Nós não estamos pedindo dinheiro, até porque a gente sabe que vocês não podem repassar por uma recomendação, isso acontece desde 2013. Mas porque não viram isso lá atrás, em 2014, que o Governo não tinha onde realizar o Flor do Maracujá e jogou essa responsabilidade nas nossas costas.

Alguém sabe onde foi o Flor do Maracujá em 2014? Esperança da Comunidade. Diga-se passagem um grande evento, onde os barraqueiros vendiam até às 03 horas da manhã porque ali estava a comunidade. Eu ainda defendo que o Flor do Maracujá, só não é porque ele tornou-se muito grande, deveria ser ambulante, na Zona Sul, Zona Leste para dar.

Mas graças a Deus nós temos o nosso seguro junino comandado pelo o nosso Negaça, que a gente leva essas quadrilhas, os bois-bumbás lá onde aquele povo não pode vir para o Flor do Maracujá.

Então, o que nós sentimos foi essa harmonia que foi quebrada. O Severino se debruçou durante duas noites fazendo planejamento da ornamentação de tudo, e aí disseram: "não, vocês estão fora". A federação não sou eu, eu sou Presidente de um grupo. Porque a federação só pode participar da sua diretoria que é presidente de grupo. Por isso a federação é o senhor Aluizio, é o Severino, são todos que fazem, a Rosa Divina, a Neiva, enfim, somos 12 Presidentes e têm seus Vices-Presidentes dentro da Federon.

E parece que quiseram atingir, não sei, mas já falaram também em uns áudios que a gente não quer colocar aqui, que o Fernando e Severino são os alvos. Por quê? O que nós estamos devendo? O que nós fizemos? Poxa, era pelo contrário, são esses dois que eu quero aqui comigo. Mas não, colocaram, mas todos esses grupos. O Negaça faz um grande evento, o Flor do Cacto, da mesma idade do meu Comunidade no Sertão, 22 anos, mas nós dependemos desses artistas, nós temos que valorizar, dar a água, dar o transporte, dar segurança. E aí essa harmonia começou a quebrar de certa forma, que eu disse, "espera aí, o que nós estamos fazendo?". E aí nós começamos a unir os grupos. Agora eu só recebo documento da Sejucl oficializado.

Fizemos duas propostas para a Sejucl, duas. A Federon, nenhuma eu fiz isoladamente, sempre com o apoio dos grupos, porque eu sou um Presidente democrático e converso com alguns ambulantes também. Fizemos a primeira, "Governo, vem a com a gente, como era sempre antes, dá o palco para nós, coloca o palco aqui, é só o que nós queremos, nós não queremos o dinheiro de vocês, investe na Saúde, a Segurança está precisando, na Saúde, na Educação", e busca patrocínio, esse recurso que chega sem muita burocracia, assim como a Marquise fez, uma empresa de lixo, mas nos entendeu como atração cultural e passou durante dois anos R\$ 200 mil e R\$ 200 mil. "Ah, é muito dinheiro!" Divide isso para 40 e poucos grupos. Uma quadrilha entrou com R\$ 6.500, não paga nem a costureira. Mas a gente agradece porque fizeram isso. O Governo do Estado e Prefeitura, na sua sabedoria e nos seus conhecimentos, não precisaram tirar um centavo do recurso público, dos cofres públicos para investir em cultura, bastava trabalhar, solicitar dos grandes empresários: "Ajuda aqui".

Abate do imposto de renda que é um recurso fácil de a gente trabalhar. Mas impede, diz: "não, eles não podem receber, então vamos botar aqui o pé na parede". Aí pega, coloca assim: R\$ 513 mil. Aí, o pessoal diz assim: "Mas, senhor Fernando, R\$ 513 mil, vocês estão achando pouco?". E aqui foi dito, nenhum centavo para os grupos desse dinheiro, só para a

estrutura. Querem baixar a questão dos barraqueiros e dos valores, isentam as cargas tributárias que nós pagamos que a gente passa isso para vocês. Porque aqui não é a Federon que sai perdendo, porque nós vamos para os arraiais nos apresentar lá e fazemos a nossa própria festa.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Fernando, só um minutinho, me tira uma dúvida aqui, porque é importante para não passar.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Pois não.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu ouvi o Professor Marco Teixeira falando e agora estou ouvindo o senhor falar.

Quais são as cargas tributárias que hoje vocês têm? Tem aí como nominar rapidinho ou não?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Cargas, dentro do Flor?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – É.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Vamos começar pelo seguro que são quase R\$ 7 mil. Porque aquilo ali todos vocês estão lá, mas está tudo pago o seguro.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Quem paga é a Federon?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Federon. Nós pagamos quase R\$ 4 mil, o Severino não tem isso não, mas eu estou colocando mais ou menos, é só uma ideia aqui daquele, do Código de Postura, que seria um direito seu eles pagarem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Isso é do município?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – É do município, nós pagamos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Certo, R\$ 4 mil.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA - Quase R\$ 4 mil nós pagamos, três mil e pouco. Pagamos multa de três mil e poucos reais na SEFAZ, porque tem aquele negócio, não deu tempo, é uma correria danada, eles multam. Nós pagamos, senhores deputados, até o estacionamento do Flor do Maracujá.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Estacionamento para quem?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Quando que é Severino lá? R\$ 4 mil e pouco. É um negócio da Segurança, porque vende bebidas. Ai vem Bombeiro Civil.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Quanto é o Bombeiro Civil? O Civil é obrigado.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Bombeiro Civil, em média, R\$ 8 mil. Segurança, R\$ 23 mil.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Segurança?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – É exigido pela Polícia Federal, segurança particular, tem que ter.

A única coisa de graça que nós recebemos lá, Capitão, são vocês. A Polícia Militar trabalha de graça. O hidráulico ali, que é uma extensão, que se fosse pela Vigilância Sanitária nem o Governo faria o evento, porque é ali é insalubre, todo mundo sabe, mas a compreensão da Secretaria de Saúde, até dos órgãos públicos: a festa é popular, deixa passar. Mas nós damos água encanada lá para as.. E a rede baixa também todos nós pagamos. Eu sei, a Eletrobras, às vezes o Governo ajuda, mas lá no Esperança da Comunidade, o Ministério Público fez eles isentarem, isentou lá. Eu devo dizer que aqui teve uma despesa de R\$ 140 mil. Sabe quem paga isso aí? Os senhores. Ou os senhores achavam que esse recurso entrava nos cofres da Federon e não bancava toda festa? O Governo do Estado, a Prefeitura não dá um centavo para a realização do evento, eles dão a estrutura.

E o que a gente pede aqui? A primeira proposta, vamos fazer como era antes. Porque no momento que o Estado e a prefeitura está isentando suas taxas, ele está mexendo nos seus cofres públicos também, está deixando de arrecadar e não é isso que nós queremos.

Então é muito grande, o Ceará aqui, o Ceará Fome Zero, a gente: "Ceará, nós vamos colocar aqui 10 pastelarias". Ele disse: "não faça isso". Nós temos que colocar porque o nosso custo é alto. "Não, a gente coloca 6, e nós pagamos pelas 10". Estou mentindo? Chama-se exclusividade. Tem um tal de um capeta lá, aqueles trens lá danado, o cara disse: "- Quanto é que o senhor vai colocar?". "Nós vamos colocar 3". "- Coloque só eu, eu pago pelos 3". Poxa, o pipoqueiro, disseram aqui, alguém falou aí, infelizmente foi do meio de vocês, que paga mil reais; trezentos e cinquenta. Ele quer exclusividade, seis só, pagam quinhentos. Mas você e quantas pessoas? Só o senhor. Se entrar alguém, porque o cara não dá conta ali, mas a exclusividade é sua.

Nós estamos falando aqui daquelas pessoas, barracas, o forte é barraqueiro, coloque só 12. Aí nós cedemos uma para a Prefeitura que é social, fica lá. Se nós pensarmos em recurso, em gerar recurso para a Federação ou para os grupos, a gente enchia aquilo ali de barraca, que é um espaço do qual a gente está usando.

Então o Governo, através da Sejucl, está falando de um chamamento público. Eu não sei até quando vai ser isso, porque chamamento público dá direito para todo mundo, eu não sei como é que vai ser. Bom, mas é uma ideia, pode dar certo e pode não dar. Nós temos um limite, que os barraqueiros fazem isso e os senhores, eu falei da pipoca, mas têm outros, fazem fila e nós: "não tem mais, não tem mais". Fazem fila.

Muitos que reclamam aí: "mas, deixa, me coloca aqui no cantinho". Eu disse: "não". Foram cinco churrasco e acabou.

Agora, entram aquelas pessoas, como em todas as categorias, têm aquelas pessoas, que os senhores sabem, são furões, são aquelas pessoas...

Tem outra que o Secretário aqui, o Superintendente, está preocupado e nós também, que aí a responsabilidade é dos senhores. Quando alguém vende um produto, Deputado, mais caro, um Dydyo custa R\$ 5,00 o litro, se aqui tem de R\$ 5,00, por que eu vou pagar de R\$ 8,00 do lado? Não compra.

Mas, ninguém, eu acho que seria até, não existe mais você taxar, tabelar mercadoria. Hoje é livre, você vende dentro daquilo que você acha que deve ganhar. Se vender caro, vai vender menos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Fernando, questão de ordem. Vamos ser bem práticos. Qual a proposta da Federon?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – A proposta da Federon foram duas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos chegar à proposta da Federon para depois a gente ouvir o Secretário, ver qual a proposta do Estado.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Eu queria só tirar uma dúvida, deputado, porque o pessoal pensa que esse dinheiro que está aí circulando, que tantos mil é para os grupos folclóricos, e não é. É para estrutura, que seja dito isso aí, porque a gente às vezes lê uma matéria e diz R\$ 513 mil para o Flor e o Flor entende que é para os grupos. Os grupos têm uma proposta de premiação dos primeiros, dez mil, cinco mil, tal, tal, pela Caixa Econômica, que me parece que está no documento nosso, está em análise, poderá sair ou não. Enfim, vamos parar com isso aí.

A nossa proposta é que o Flor do Maracujá venha acontecer nos mesmos moldes que nos entregaram em 2014, a realização da Federon trabalhando em parceria com os ambulantes, porque são eles que custeiam a festa. Se quiserem isentar, baixar mais o preço, pois isentem também as taxas, os deputados, os senhores podem fazer isso e nós repassamos para os senhores.

A outra proposta, isso se a Superintendência, o Governo do Estado não aceitar, veja que nós estamos querendo ir. A primeira era como nós vínhamos fazendo, todo mundo, uma beleza. E o Governo pode botar suas equipes trabalhando com a gente ou então pode assistir a belíssima festa de camarote.

Porque nós entendemos que o Governo, todo o tipo de Governo, estadual, municipal e federal tem que incentivar a cultura. Isso é um dever, incentivar, não realizar, deixa o pessoal realizar, o povo.

Essa, deputado, é para fazer aos mesmos moldes que a gente vinha fazendo. E a segunda é aquilo que o Sílvio Santos falou aqui, arruma um patrocínio e nos paga o cachê. E o Governo pode realizar dos barraqueiros até a comissão de frente, sei lá o que é que é. Porque o Flor do Maracujá é uma amostra pelo Estado, amostra, ela não é competição. A competição é da Federon. E a Federon está propícia a fazer a competição nesses moldes, se deixar a gente fazer como a gente vinha fazendo. Se pagar o cachê para nós nos apresentarmos, porque tem costureira, deputado, só para finalizar, costureiras, os artesãos, transporte, nenhum trabalha de graça, tecido, ninguém trabalha de graça todos cobram. Os músicos são profissionais que trabalham para gente, ele trabalha de graça. Se fosse de graça era bom. Os coreógrafos, todos eles cobram, tem um custo muito grande para chegar o Flor do Maracujá.

Olha, em 2011 nós recebíamos R\$ 30 mil e hoje não estamos recebendo um centavo e a festa não diminuiu. Então nós queremos somente essa parceria, que o Governo seja nosso parceiro na questão estrutural. Deixa que os outros a gente resolve.

Segundo, essa parte, nos contrate e nós vamos fazer a nossa mostra, amostra como o Governo quer, como está lá na Lei e depois nós fazemos o nosso concurso estadual, concurso da Federon para que a gente realmente saiba quem é o campeão, quem é o vice do Boi, categoria mirim.

Só para frisar uma coisa aqui, senhores deputados, senhores ambulantes, senhores Secretários, autoridades, nós

temos o casal de noivo aqui que Rondônia que saiu de dentro do concurso dentro da Federon, que nós fazemos também os concursos, campeão do Brasil. Alguém sabia disso aqui? Fora o Movimento Junino alguém sabia, representando o Estado de Rondônia lá no Piauí, fomos campeões. Sabe de onde é esse casal? De dentro das Agremiações Rádio Farol.

Então, são pessoas que vão representando o Estado e, diga-se de passagem, nenhum centavo para as passagens, a Federon custeou a custo de quem? Dos senhores que deixam essa condição. O que nós queremos é a sustentabilidade da Federon, Deputado Jair Montes. Ninguém quer mais nada não, porque ali tem custo, nós pagamos R\$ 1.200,00 por mês de energia dentro de uma área do Governo do Estado. Aquilo ali, em 2014 foi alojado, que eles abrigaram, em 2015 ninguém quis ir lá e nós limpamos literalmente, metemos a mão em fezes seca, aqueles negócios para limpar aquele espaço, que nem o Governo tinha mais conhecimento daquilo ali, estava abandonado. O Severino Silva Castro, com os grupos folclóricos, com os amigos, com os voluntários, a Prefeitura, muito parceira nesse momento, limpamos. Ninguém sabe disso, Capitã, que ali foi abandonado, ninguém sabe que aquilo ali não pertencia a Sejucel, ali era da SEAS onde ia ser construída ali a 'minha Casa, não sei o que minha vida, sei lá'. Aí viram que os aviões passam ali, e nós, Federon junto com FESEC, lutamos para vir para a SEAS, para a Sejucel, entendendo da parceria mais forte e essa parceria está prestes a se cortar. E se essa corrente quebrar, senhores, os senhores também estão quebrados, porque o Flor do Maracujá, senhora, quebrado que eu digo, não nos acompanha, porque não tendo o Flor, não tendo o grupo não tem Flor, não é? Eu digo isso.

Outra coisa aqui só para que a gente deixe bem claro...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, Fernando.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Só concluindo. Que os senhores, muitos de vocês têm aquelas barracas do lanche, que até é bonitinha, a gente entende, mas dizer também que nós não damos as tendas, que o Governo nunca deu tendas também, que o ano passado... Aliás, quando o Governo, dois anos consecutivos, e a Federon que contrata a tendas para as feiras de alimentação, dizer, que a Cristal não dá aquela tendazinha para vocês o nosso pedido, é também não reconhecer que tem alguma coisa ali que é gratuita, entendeu?

Agora, o Governo do Estado pode fazer amostra da forma que nós estamos solicitando e nós vamos ou não, que aí depende mais da discussão. Mas, em primeiro lugar, se não for, senhor Superintendente, em cima daquele documento que o senhor fez circular, me desculpe, mas foi um desrespeito muito grande com a Federação. O Governo, a Sejucel está mandando em cada grupo um convite para o Flor do Maracujá.

Não precisa o Governo fazer isso, discute com a gente como nós estamos discutindo aqui. Aquilo ali foi de tal, que na hora que recebi "Presidente, o que é que eu faço?". Eu disse: "responda". Aí o que acontece? Ontem nós tivemos uma reunião e estão aqui os grupos folclóricos, são eles que fazem a Federon. Se não for aos moldes que a Federação vinha fazendo em parceria com o Governo e com o Estado, nós não vamos nos apresentar. Obrigado pela oportunidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Agora ouvimos o Fernando, Presidente da Federon, nós vamos ouvir aqui, bem rápido, porque eu creio que aqui é mais a questão de explicações, o Major Iranildo Dias de Andrade, representando o Comando Geral do Corpo de Bombeiros. Mas a questão dos

Bombeiros, de qual a programação dos Bombeiros para essa atividade.

O SR. IRANILDO DIAS DE ANDRADE – Bom dia senhores, bom dia senhoras. O Comandante Geral do Corpo de Bombeiros que faz parte do Governo do Estado também e digo para os senhores o seguinte; foi levantado algumas vezes por alguns de vocês aqui em relação ao custo do evento, do evento que vocês fazem, a gente reconhece esse custo como algo a ser solucionado por vocês e nós fazemos parte desse custo também, o Estado faz parte desse custo também.

Existe obviamente o empenho do Estado no sentido de levar para vocês segurança através do Corpo de Bombeiros, para pessoas que participam daquele evento. Embora seja numa área aberta, no entanto, nós temos aí exemplos, exemplos e exemplos de festas que eram para terminar com sorrisos dos vencedores e com a lágrima dos vencidos e terminou com as lágrimas daqueles que perderam pessoas que amavam e o exemplo claríssimo foi no capotamento daquele veículo no carnaval passado aí. Todo mundo que gosta da cultura relembra disso e relembra com muito pesar. E a gente trabalha efetivamente para evitar que tragédias como aquelas ocorram novamente. Nós tivemos outro exemplo que foi na virada do ano, lá na Catedral, onde diversos fogos explodiram e feriram uma quantidade muito grande de pessoas.

Quando a gente trata de segurança das pessoas, a gente não brinca e fazer segurança, obviamente tem um custo. Não estou aqui para discutir custos, muito embora quem o faça são os nossos legisladores, nós estamos aqui na Casa de Leis. Se eles aprovarem e dizer que a partir do ano que vem nenhum evento público vai ter taxa; nenhum evento público vai ter taxa.

Até porque, para fazer isso, exige uma certa compensação que nenhum serviço é de graça. Nós não estamos falando com crianças, estamos falando com pessoas adultas que entendem que qualquer processo gera um custo. O processo educacional gera um custo, processo cultural gera um custo e todos eles geram um custo e alguém tem que pagar esse custo. Mas a nossa parte, que cabe a gente, a gente está disponível.

Nós sempre estivemos muito disponíveis. Este ano nós tivemos um pedido da Sejucel para apoiar com o nosso pessoal, para tirar um pouco dos encargos em relação a participação dos Bombeiros Civis que é um custo alto, conforme o professor falou ali. E nós estamos nos alinhando para fazer esse trabalho também.

Sigo aqui para colocar a nossa Instituição sempre a favor de qualquer evento que demonstre para nossa população a força e a identidade que o nosso povo tem. A força e a identidade de um povo sempre será traduzida pela força demonstrada pela cultura que esse povo mostra e o Flor do Maracujá nada mais é do que a tradução da força desse povo através da nossa cultura. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Major. Eu não tenho dúvida disso, os bombeiros realizam um excelente trabalho, tanto na capital quanto em todo o Estado. Capitã PM Michelly, representando o Comando Geral, os preparativos foram muito bem elogiados, da Polícia Militar, parabéns. E já mando esses parabéns ao nosso Comandante que também faz parte do Governo do Estado. Também tem um custo, também não é de graça, existe um custo gigante para a Polícia Militar se deslocar, como está também a preparação para Flor do Maracujá.

A SRA. MICHELLY DA SILVA MENDES– Bom dia a todos. Em nome dos Deputados Jair Montes e Eyder Brasil, cumprimento à Mesa e em nome do Tenente Vieira e todos os grupos folclóricos, cumprimento a todos.

Bom, pela parte da Polícia Militar, já iniciamos um planejamento operacional em que a área ali é do 1º Batalhão a garantia que vai ter um policiamento, um policiamento ostensivo interno e externamente com patrulhamento ostensivo com a presença do Batalhão de Trânsito, com a presença dos Batalhões de Choque – BOP e além do 1º Batalhão.

Então, nós estamos nessa fase do planejamento operacional, que já está bem adiantada e garantimos, reitero aqui que vamos garantir o planejamento nos 10 dias deste evento. Então, senhor deputado, já de antemão falo, informo que vai ter o policiamento. Agradeço aqui por falar do Batalhão da Polícia Militar que sempre está presente em todos, todos os eventos que tem. Para o Flor do Cacto já está em andamento o policiamento do Flor do Cacto, já informo e pode garantir que a Polícia Militar vai estar presente e cumprindo o seu dever social e a paz social também.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns, Capitã Michelly. Vamos ouvir aqui também, como é que está a Setur. A Setur é o Coordenador de Turismo, o Senhor Saulo Giordane.

Como é que a Setur tem sem preparado também para essa questão do turismoseu Saulo? Dê as suas palavras para que antes de chegarmos ao seu Jobson, Secretário da Sejucel.

O SR. SAULO GIORDANE – Bom dia a todos. Saulo Giordane, Coordenador de Turismo, em nome do Deputado Jair Montes e do Professor Marcos Teixeira, cumprimento os demais da Mesa. A gente já acompanha não é de agora, mas esse dilema do Arraial Flor do Maracujá. Eu, enquanto criança, eu vinha com a minha família aqui onde era esse espaço, os três Poderes funcionavam aqui nesse bairro tradicional, que é o Bairro Arigolândia, não é? Caiari, isso Caiari.

Esse evento, na verdade, acho que a proposta aqui da Comissão é trazemos ideias, propostas, estudarmos o que acontece nos Estados para que a gente siga modelos que deram certos, para que a gente possa trazer para nossa capital.

Porto Velho, cresceu, inchou, veio o boom das usinas, anteriormente veio o boom da borracha, o boom do outro, da cassiterita, e sonho eu, chegar o boom do turismo.

O turismo é uma atividade forte mundialmente, uma atividade autossustentável. É uma atividade que depende menos do poder público e mais da iniciativa privada. Assim como vocês das quadrilhas, eu também sou organizador de eventos, só que de outro ramo, dos esportes, turismo de aventura, mas também sei da dificuldade que é em realizar um evento. Evento, por si só, não se paga, ele depende de patrocínio de parceiros e de apoio. É louvável aqui a situação do Major Iranildo, em se tratando de Flor do Maracujá, se esta Casa de Leis tiver o entendimento e aprovar uma isenção de taxa para esse evento específico, porque, como foi dito, o evento não é de vocês, o evento é da cidade. O evento cresceu, já está na sua trigésima e tanta edição, é um evento que precisa melhorar cada vez mais. O Estado, uma sugestão. Eu percebi que o Arraial Flor do Maracujá acabou indo lá para o Parque dos Tanques por falta de opção, de espaço público, mas se nós entendermos que existem espaço público na cidade limitados, porém, são de empresários. Ali ao lado do Shopping, tem uma área que o empresário, vou até citar o nome dele, o Erik, o Erik Rocha, ele já esteve na Setur em visita e ofereceu para o Estado. Ofereceu para Setur, para que, por meio da

Setur, nós pudéssemos levar para outras Secretarias. Ele disponibilizou aquela área para os próximos 5, 10 anos, sem custo algum. Lógico que é uma área nua e crua, tem que asfaltar um pedaço, mas é uma área assim, que se nós analisarmos, ela está no coração da cidade. É uma área que tem acesso pela Avenida Calama, Avenida Pinheiro Machado, dá para se fazer estacionamento ou caso não queira fazer estacionamento, queira abrir espaço para barraca, espaço gastronômico, tem o estacionamento do Shopping, em comum acordo ele poderia, lógico que pagando, mas teria segurança para veículo. O Flor do Maracujá tem que ser transformado em um evento turístico, quando se fala de barracas, eu gostaria de escutar outra nomenclatura, que seria espaço gastronômico, para que as pessoas de todas as classes sociais pudessem ir a esse ambiente. Têm pessoas que prestigiam o Flor do Maracujá, por saber que ali ele vai tomar um tacacá, comer uma comida típica regional, que dificilmente a gente encontra aqui na cidade, com exceção de alguns empreendimentos, alguns locais.

Então, a contribuição seria essa, a Setur quer participar, ela quer estar presente no evento. Hoje nós não somos Secretaria, somos Superintendência, somos limitados em termo de recursos públicos. Mas nós temos pessoal técnico capacitado, nós podemos, juntos com os jovens da Sejucl, participarmos dessa Comissão, com essa expertise, com soluções. Junto com a bancada aqui dos deputados, nós poderíamos conseguir uma emenda parlamentar diferenciada para administrar, via SETUR, para que nós pudéssemos fazer de fato uma mídia para promover ainda mais esse festival, principalmente dentro do Estado de Rondônia. Se quisermos assim, temos que fazer o dever de casa.

Eu estive em Vilhena, em Cacoal, e têm pessoas lá que, por incrível que pareça, nunca ouviram falar nesse evento, são pessoas que têm poder aquisitivo. Então, assim, ouvem falar por matéria, mas a gente tem que se profissionalizar, a gente tem que fazer publicidade disso, Outdoor, TV, Rádio. Aí, eu acho que o poder público pode entrar com essa parte da parte da promoção e vender meses antes. Se organizar para receber os turistas no Aeroporto, na Rodoviária. Acho que vocês têm um potencial enorme, já visitei uma ou duas oficinas. Poderia ser trabalhado o ano todo em parceria com a Setur e com algumas agências locais, montarmos roteiros com aqueles turistas, as escolas que estão ou as escolas pudessem visitar os barracões de vocês para acompanharem as confecções das peças. Eu já tive, eu não me lembro do nome, mas, assim, eu gostei da estrutura da organização local simples. Mas, assim, as fantasias bem expostas, isso a gente às vezes não enxerga, mas para quem é de fora, isso é um supertratativo e poderia pagar uma taxa para visitar esse barracão de vocês.

Então, tentar ver com outro olhar, transformar isso em um produto turístico. Eu me lembro de uma matéria anos atrás, quinze anos atrás, que o Ex-Governador do Amazonas, o Amazonino Mendes, quando ele enxergou o potencial, ele olhou 15 anos atrás, 50 anos à frente e quando criou ali o Bumbódromo para 40 mil lugares, ele foi taxado pela mídia, pelas outras autoridades locais como louco. Porque em um evento que comportava no máximo, no máximo, oito mil pessoas. Mas, ou seja, ele teve a visão lá na frente. Todos nós vamos ter, se chegarmos aos 50 anos, aos 70 anos. Então, assim, o tempo passa para todos, então, a gente tem que pensar nos nossos filhos, no nesse legado. É o evento que vai continuar, nós estamos de passagem, mas é um evento que vai continuar, e pensarmos em uma estrutura fixa. Enquanto nós não pensarmos nessa estrutura fixa, vai ficar nesse dilema. De certa forma, as entidades vão ser somente o canal do recurso

público para poder pagar, para poder bancar essa estrutura. E temos que ter estrutura física para isso, não só focado nos Arraiais, mas pensarmos em multieventos. Por uma capital aqui, no mínimo, no mínimo era para ter quatro eventos de grande porte, para que movimentassem a economia. A economia forte é recurso para os pequenos, médios e grandes empresários. O comércio vende e o poder público arrecada. O poder público precisa tratar bem, precisamos tratar bem vocês, porque o evento de vocês, sendo sucesso, o Estado recebe na forma de imposto.

Então, assim, eventos culturais nós temos aí o Arraial Flor do Maracujá, que é o maior, Carnaval de rua, que de certa forma eu tenho pessoas que eu conheço que vêm do Acre para cá, que vêm do interior para cá, principalmente para a Banda do Vai Quem Quer, é um evento assim tradicionalíssimo.

Perdemos a Expovel, mas está surgindo a Portoagro, mas é um evento que ainda está crescendo, está encaminhando.

Eu participei de uma Comissão há cinco anos, onde se discutia, Prefeitura e Santo Antônio Energia, em criar uma festa, uma festa chamada Festa do Rio Madeira, que seria uma festa para divulgar as belezas e riquezas e a gastronomia, mas, infelizmente, deu uma amortecida. Mas seria outro evento que poderia ser discutido para se criar, para que fosse um evento tradicional da cidade, pudesse melhorar a economia.

Então, temos que pensar em menos Estado e mais iniciativa privada, tornar esse evento autossustentável, que ele, com o passar dos anos, possa ele mesmo se bancar pela estrutura, pela proporção dele.

Então essa contribuição que eu tenho para passar para vocês. Enquanto Superintendência Estadual de Turismo nós estamos de porta aberta, nos procure, nós temos pessoal técnico capacitado para poder estar junto com vocês, até buscando informações de outros Estados, como é que deram certo, para que a gente possa melhorar e manter o Flor do Maracujá. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Secretário. Chegamos, então, ao momento tão esperado da nossa Audiência Pública, e já desejar, enquanto o nosso Secretário Jobson Bandeira se benze e se dirige até à tribuna. Eu quero te falar, Secretário, que nada, nada é absoluto. A gente pode construir um caminho, podemos ter humildade suficiente para que buscar os interesses da comunidade no geral. Eu creio que o Flor do Maracujá não é um evento para beneficiar nem o Governo e nem a Federação, mas um evento para levar ao entretenimento à população do município, do Estado de Rondônia.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – Senhor Deputado, só Questão de Ordem.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Já vou, já vou, já vou lhe passar a palavra. Então a gente chega, neste momento, ao do auge da nossa Audiência. São 11h30, muita gente aqui com fome. Não servimos almoço, para deixar já bem claro para vocês. Daqui a pouco temos mais uma Audiência Pública aqui, também de minha autoria com o Deputado Anderson, que é o "Retorno dos Vigilantes nas Escolas Estaduais". Vamos debater daqui a pouquinho, às 15 horas, vai superlotar também aqui.

Então nós estamos, assim, com pautas pontuais e de interesse da população do Estado. Fernando, rapidinho.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA - Só para questão de informação, a questão do recurso de catorze milhões e meio, que tem para fazer a Cidade da Cultura que o

Secretário estava fazendo, então já está em andamento, acho que o Superintendente vai falar um pouco disso aí. Então já existe um recurso federal para se fazer o nosso Centro Multiuso ali. Outra coisa, eu recebi aqui do nosso Jurídico uma informação que eu me esqueci de falar, é que a Federon está impedida de receber recurso público, mas não impedida de trabalhar com iniciativa privada. Está bom?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Está certo. Eu vou até propor, se não tiver Adjunto lá para o Secretário levar, ou o Severino ou o Fernando para ser Adjunto lá na Sejucel. Não?

Secretário, então com a palavra. Quantos minutos o senhor precisa para explicar, Secretário? Vinte minutos estão bons? Então vamos falando aí, quando o povo cansar, grita.

Vamos lá.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Bom dia. Primeiramente eu quero pedir desculpas se eu falar alguma coisa aqui, deputado, que é a primeira vez minha, em uma Audiência Pública de tanta relevância para o nosso Estado. Eu vou quebrar o protocolo aqui de apresentar a Mesa, primeiro, que é cumprimentar à Mesa primeiro, mas eu gostaria de falar uma frase que eu sempre uso e que se nós usar, daqui para frente o Flor do Maracujá será diferente, a nossa cultura será diferente. A frase é essa: “Juntos nós somos mais fortes”, está bom?

Através do Deputado Jair Montes eu parabeno toda a Mesa. Agradeço pela presença de cada um de vocês, nós estamos falando da nossa cultura do Estado de Rondônia. Através do Deputado Marcelo Cruz, o qual teve que sair, eu agradeço a presença das quadrilhas e bois-bumbás; através da pessoa do Deputado Eyder Brasil, eu agradeço a presença dos ambulantes.

Uma das coisas que a gente precisa falar mais e poucas vezes foram faladas aqui do ator principal, que é a nossa população. População, a população a qual veio prestigiar os nossos brincantes, os quais estão lá para fazer a festa. Concordo, sem os brincantes não existe Flor do Maracujá, isso é inegável, não tem como falar outra coisa.

Pessoal, qual é o nosso intuito? Anteriormente, nós chegamos e as pessoas começavam a reclamar da gente: porque preços altos, porque isso, porque aquilo. A gente começou a entender, e eu me vi numa responsabilidade muito grande, porque o evento, o maior evento cultural passa pela minha mão, passa pela mão dos brincantes, passa pela mão da Federon e todos os outros. Tem como a gente fazer algo diferente? Tem. E assim nós queremos fazer. Quando se fala em cobrar taxas, em cobrar isso, em cobrar aquilo, lembrando a vocês que o Estado tem que receber? Tem, mas eu não tenho que tirar de novo da população, que é o que está acontecendo.

Então, quando eu falei com os barraqueiros, quando eu falei com os ambulantes, eles até estranharam, chegaram comigo e falaram bem assim: “mas o senhor vai aumentar a taxa”? “- Não, não vou aumentar a taxa. Não vai existir taxa”.

Estou mentindo? Teve uma reunião lá, eu falei: “não vai ter taxa”. Qual é a contrapartida que nós pedimos? Que atenda a população. Se o senhor Ceará está vendendo pasteizinhos lá a três reais, aí ele teve que vender a seis, porque estavam cobrando uma taxa para ele, eu vou pedir que ele venda a dois e cinquenta que eu não vou mais cobrar a taxa, eu vou atender a minha população. Esse que é o nosso intuito, “ah, vai sobrar!”.

Onde estava indo esse dinheiro? Vamos lá. Isso é os ambulantes e toda e qualquer pessoa que for trabalhar no Flor do Maracujá, este ano não será cobrado.

Se alguém for cobrado, você tem que se direcionar a equipe de Coordenação, que a gente pode estar junto, nós vamos estar juntos com a Federon e nós vamos cobrar essa pessoa e ela poderá até ser presa. Porque não pode, o espaço é público, o ambiente é público e a festa é pública. Então esses são os pontos que a gente precisa colocar.

Aí entra a questão que o pessoal pegou e falou assim para mim: “Jobson, a gente precisa dar o apoio ao Flor do Maracujá, vamos trabalhar”. Agradeço à Mariana Carvalho que foi a primeira, o único dinheiro que tinha destinado ao Flor do Maracujá era R\$ 200 mil da Deputada Mariana Carvalho, a qual se comprometeu, dependendo da forma que nós fazemos esse ano, a Deputada Mariana Carvalho vai nos ajudar mais ainda, eu tenho certeza disso. Os outros deputados que vão ver o evento que nós vamos fazer, e vão querer sim estar com a gente o ano que vem.

Agradeço o Deputado Eyder, para o qual eu falei, “R\$ 200 mil não vão dar, não será o suficiente”. Fui até ao Deputado Eyder, procurei, ele falou: “não, Jobson, vou destinar R\$ 160 mil” e destinou R\$ 160 mil e nós trabalhamos com as outras demandas.

E aí entrou a minha parte, a minha parte quando eu falo, é Estado. Algumas demandas que precisavam ser feitas, que não é só fazer isso, não é só pedir o dinheiro e não fazer. O Estado também tem que entrar com a contrapartida. Entra com contrapartida, com Segurança quando se fala que não paga nada, espera aí! O Estado paga sim, paga os servidores, paga as ações, paga o combustível, paga todas as demandas, que se fala que a PM não paga, é custo do Estado. Então, de toda forma o Estado está apoiando para que isso aconteça.

E aí, o que acontece? Nós identificamos, com minha equipe, o que a gente pode fazer para deixar essa festa mais bonita. Quando o Fernando falou para mim que se sentiu ofendido quando eu encaminhei um documento aos grupos, mas antes de encaminhar ao grupo eu fiz cinco reuniões com a Federon, e aí todas elas feitas atas, todas elas feitas as demandas e passei, e aí quando o Professor pegou e falou, eu acho que foi: “vocês já foram lá para acompanhar”. Sim, eu já saí de casa meia noite uma hora, e têm os grupos que sabem que eu fiz isso, mas eu não fiz isso para me mostrar não, pessoal, porque saber, eu sei qual é a realidade de vocês, eu estou procurando fazer isso. E não é para me mostrar não, é para dizer bem assim: nós estamos juntos, porque juntos nós somos mais fortes. Não tem um dos Presidentes que me convidou e que eu fui lá que eu não falei isso, está bom?

Então assim, o que a gente pode fazer para melhorar? Ouvir dos próprios brincantes que falaram que nunca receberam nada e quando receberam, receberam uma água. Não sei se é verdade ou não, para mim não interessa. O que eu fiz: então, vamos tentar buscar alguma coisa para atender aos nossos brincantes. E, aí nós fizemos a contratação de uma empresa, a qual este ano, conforme eu passei para vocês receberão lanche, um salgado, um suco, um refrigerante, uma água e um doce. Por quê? Porque eu tenho que dar suporte aos brincantes. Eles chegam às 06 horas da tarde e vão se apresentar uma hora da manhã. Vocês estão entendendo? Então assim, a pessoa só chegar e dizer, ‘ah! está tudo muito lindo’, mas o que eles estão vivendo ali, para que aquilo fique lindo, é o que estou vendo pessoal. Então eu não estou aqui para agradar ‘a’, ‘b’ e ‘c’. Eu quero que vocês façam uma linda festa porque vai atender o meu público alvo que é a minha população. Então, esse é o nosso trabalho.

Trabalhamos com aquisição de material, que foi citado aqui, está tudo dentro do documento aí, se vocês quiserem

tem o documento que foi exposto, porque senão eu vou ficar falando duas horas falando aqui de todas as demandas. Nós temos ônibus. O que vocês recebiam? Vocês recebiam um valor com o qual os brincantes teriam que contratar ônibus, não é isso? Cada um teria que contratar um ônibus para poder levar.

Não precisa mais, eu já contratei empresa, o ônibus vai estar lá. É só vocês se organizarem e falar para mim assim: - Jobson, no dia tal a quadrilha vai estar assim. E, têm as outras coisas, tem ocoffee break que a gente nunca fez, nós vamos fazer dia 2, a apresentação do Flor do Maracujá lá no Shopping. Qual foi a nossa proposta? Chamar vocês, não colocar as deste ano, mas pegar outras indumentárias dos anos anteriores e a gente encher aquele shopping de gente com boi-bumbá, com quadrilha, com tudo. E aí, eu quero que estejam lá, o Governo do Estado de Rondônia, o Prefeito do município de Porto Velho, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Eyder Brasil e a gente falar: a partir de agora só se fala em Flor do Maracujá. Igual está acontecendo agora Rondônia Rural Show. Ninguém ouve falar em anda a não ser Rondônia Rural Show, todo mundo quer ir para lá e assim nós teremos que fazer com o nosso Flor do Maracujá, é mídia.

Então, o que acontece? Fizemos tudo isso, em relação à apresentação, quais são as pessoas mais técnicas para se fazer arte com as mãos? Artesão. Chamamos artesãos, eles ficaram maravilhados por quê: "artesão, ajuda o Flor do Maracujá ficar mais bonito". Compramos o material para os artesãos deixarem o Flor do Maracujá mais bonito, com as pessoas que trabalham com o Flor do Maracujá e sabem quais são os pontos que chamam atenção. Materiais elétricos, todas as demandas, eu encaminhei esse documento para o grupo.

Senhores e senhoras, quando se falou aqui que não quer dar apoiopara o grupo, que não quer fazer isso, não é verdade.

Verdade seja dita, não podemos, eu Estado não posso passar verba para vocês grupos. Nós não estamos juntos? Não é junto que nós temos que ter? Então a partir de hoje vamos atrás de patrocínio, que é só o que está faltando. Não precisa de mais nada pessoal, eu só preciso de patrocínio e o patrocínio vai para quem? Para os grupos. Se a gente conseguir hoje a demanda que eu preciso, que foi passado para a Casa Civil, são R\$ 263 mil que eu preciso hoje para o patrocínio. E o que é esse patrocínio, pessoal? Comissão Ética, vocês sabem que me falaram que têm pago; músico, me falaram aí que vocês têm que pagar; locutores, vocês têm que pagar; pagamento de banda, está tudo aqui dentro, pessoal. Está tudo aqui dentro do documento o qual eu encaminhei para vocês, isso aqui é proposta.

Por que eu falo que é proposta? Por que eu não seria louco de chegar aqui e falar para vocês que tem R\$ 260 mil para vocês, porque não tem. O que a gente tem que fazer é se juntar. Eu ouvi da própria Federação dizendo que a Marquise só entrega R\$ 200 mil para a Federação e não entrega para o Governo, então receba! Receba os R\$ 200 mil. Que nós vamos fazer para quem? Para quem vai esse dinheiro, pessoal? Para os grupos. Essa é a demanda. A demanda que nós precisamos e eu até peço o apoio dos senhores deputados e apoio do Governo do Estado de Rondônia, eu como Superintendente chegar lá é mais difícil. Agora, chegando o Governador do Estado de Rondônia, o qual já se propôs a fazer, chegando o deputado e dizendo: - me dá uma força, a empresa aí, para ajudar os nossos brincantes para que a gente dê força melhor para os nossos brincantes.

Quando eu falo para vocês da Caixa Econômica, eu recebi, até estava do lado do Deputado Marcelo Cruz, é uma tanto coisa divina, que a Caixa Econômica me ligou e eu falei:

"Agora vai! A Caixa Econômica vai entrar com tudo". "- Não Jobson, é só para te dar uma resposta, que nós estamos analisando o processo, o processo foi para Brasília". Pedi que alguns deputados federais me dessem um apoio lá para chamar a resposta, a Caixa Econômica vem com outra visão, ela quer ir debaixo para cima e não de cima para baixo, foram R\$ 719 milhões que foram investidos na cultura e esporte e eles querem agora de baixo e quem entra de baixo somos nós.

Eu não posso chegar aqui e falar para vocês que tem porque eu preciso da proposta. Nós fizemos proposta para a FIMCA, fizemos proposta para a Uniron, fizemos proposta para a Energisa, Crystal e Skol daquelas delimitações. Eu conversei com a Crystal e com a Skol. Porque é que o barraqueiro cobra caro, pessoal? Porque ele recebe o produto caro, isso é a lógica. Quem é que vai sair, se você coloca aqui na empatia, como é que você vai chegar, vai vender a cerveja a R\$ 1,00 se você recebe a R\$ 15,00? Não tem lógica. E aí eu pedi, conversei com as duas empresas e falei bem assim: "o que vocês vão fazer é patrocínio ou é troca de serviço?". É uma diferença.

Patrocínio, o cara: "eu vou te dar o dinheiro, e você faz só a mostra do meu produto". Igual a Caixa Econômica está fazendo, é um patrocínio. O que se faz é a troca de serviço. Eu chego e falo: - tu vai vender o meu produto, mas lá no mercado são R\$ 10,00 e eu vou te vender a R\$ 20,00. Isso é troca de serviço. Por quê? Porque o dinheiro está saindo ali já. Ele vai me dar R\$ 30 mil, mas ele vai ganhar quanto em cima?

Então, o que eu estou querendo falar para vocês é assim, as pessoas falam: "está dando ajuda". Mas, espera aí, a gente pode melhorar isso aí, a gente pode fazer. Por que mais uma vez eu falo para vocês, o intuito de fazer é fazer com que os brincantes tenham suporte e fazer com que os barraqueiros tenham um suporte melhor para atender quem? A população.

Eu gostaria só de citar um exemplo, há alguns anos, eu tenho três filhos registrados e duas sobrinhas. São registrados, que a gente nunca sabe, vai que eu ganhe na mega, vai aparecer um monte, vem que tudo é meu. Então, o que acontece, o que eu fiz, pessoal, sem mentira nenhuma, quero que Deus me cegue, peguei meu carro, fui ali a Carlos Gomes, ali não tem uns cachorros-quentinhos? "Vamos embora filho, senta aí, desce todo mundo. Mas, a gente não ia para o Flor? Calma, senta aí. Quer cachorro-quente? Eu quero. Então come, come". Rapaz, saíram tristes. Gastei R\$ 50,00 com os cinco meninos.

Chegaram lá no Flor do Maracujá, tristes, não queriam nem olhar, nem cheirar cheiro de comida. Agora por que pessoal? Por que se eu levo aqueles cinco lá para consumir lá dentro do Flor do Maracujá, podia colocar dinheiro. E aí eu falo para vocês, eu tenho condições, mas e aquele que está lá na ponta que não tem? Aquele pai de brincante, aquele pai de brincante que leva que ele não tem nem dinheiro, praticamente, nem para ir, para chegar lá e ver o seu filho com fome e ele não tem nada. Como é que fica, pessoal?

Então, eu, eu estou aqui para defender o povo e nós vamos fazer isso porque eu falo "juntos nós somos mais fortes". O que a gente precisa hoje? O que a gente precisa hoje, mais uma vez, deputado, é só conseguir a verba de patrocínio com essas empresas ou com qualquer outra que queira, que esteja vendo aí, a gente precisa que você apoie a nossa cultura, a gente precisa que o Flor do Maracujá cresça ainda mais, mas a gente precisa de vocês, mas com o patrocínio, para que aí sim, eu posso direcionar aos grupos, a Federon, e a Federon faz a divisão que tem que fazer, todas as demandas. Não é retirando, quando eu falo os grupos, pessoal, eu tiro, só não falo, mas a gente pode passar todinho para a Federon.

E aí qual, é a proposta do Governo do Estado de Rondônia? Todas essas demandas serão feitas. Quando se falou em taxa, pessoal, foi feito um acordo mútuo entre Governo e Prefeitura justamente pensando nessas taxas, para quê? Então, a Prefeitura tem que quebrar algumas taxas que são cobradas e, eu como Estado também, têm algumas taxas que podem ser quebradas, só que têm algumas que são Leis, então não pode.

Isso aí nós temos que pagar mesmo sendo do Estado nós temos que pagar e assim nós faremos. Depois, uma excelente proposta, a qual eu anotei aqui, para a gente buscar junto aos parlamentares uma isenção do Flor do Maracujá, e aí vai ser uma briga porque todos os outros vão querer fazer, mas mesmo assim a gente está no nosso maior evento.

Então assim, o intuito da Sejucl é fazer o Flor do Maracujá, todas as ações, todo mundo que liga para mim, fala comigo no WhatsApp, se eu não responder agora, alguma hora quando eu tiver tempo para responder eu respondo, a porta da Sejucl sempre esteve aberta e sempre estará para a gente conversar.

Agora quando eu falo, quando foi falado, e eu peço até perdão Fernando, mas não é por culpa nossa em relação à palavra que foi citada por outras pessoas, em relação, entre aspas, a "quadrilhas", não foi pelo Governo do Estado de Rondônia, não foi pela Sejucl, está bom? Não foi. Pessoas que viram, pessoas que falavam alguma coisa, e aí fica, se a gente for falar que o dito pelo não dito, o que o outro falou, o que o outro falou, eu não trabalho dessa forma pessoal, eu trabalho com isso aqui, olha, papel. Então, o que você vir de mim, alguma coisa minha, está aqui, olha, está escrito no papel, está bom? Então eu peço perdão por alguém que tenha falado, provavelmente, sei lá, foi infeliz no que falou, mas isso não foi do Governo do Estado de Rondônia.

Em relação a nossa proposta, é que o Governo do Estado de Rondônia mantenha-se fazendo toda essa organização e a Federon faça sim o concurso que nós vamos buscar o patrocínio para o concurso, não é para mostra não, é para concurso.

Coisas que vocês nunca receberam premiação, está aí no papel pessoal, é isso que nós queremos, é isso que nós queremos, está bom?

Em relação ao Professor que falou lá em relação aos jurados, concordo plenamente porque eu não tenho a capacidade técnica para falar, você tem. É uma coisa que não pode ser mudada? Foi o que o deputado acabou de falar, nós somos moldáveis. 'Ah! Vamos fazer juntos, alterar essa proposta aqui porque os jurados não têm conhecimento técnico', a gente faz, mas faz em conjunto, está bom? A gente faz.

Outra coisa que eu tive que mudar, que eu também não sabia, tem o Grupo de Acesso, aí na premiação não tinha Grupo de Acesso, já mudamos. Colocamos a premiação também do Grupo de Acesso porque também são merecedores de tal evento.

Então assim, o que a gente quer falar é que a gente está à disposição para fazer, a gente está à disposição para trabalharmos juntos para fazer o Flor do Maracujá, está bom? Então só algumas demandas que ainda têm, que foram faladas, a questão do espaço, várias pessoas que vieram aqui falaram bem assim: "o espaço é inadequado, o espaço é inadequado, o espaço é inadequado".

O SR. MARCELO CRUZ – Secretário, só para o senhor depois responder. Se não conseguir esse patrocínio, como é que fica a situação dos Grupos, se não conseguir? A segunda pergunta é a seguinte, é louvável isso que o senhor está trazendo a questão de o custeio ficar um pouco mais barato para a população de

Porto Velho na hora que for lá no algodão doce, no refrigerante. Tem condição de isso ser tabelado também?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Temos.

O SR. MARCELO CRUZ – Porque pode ser, eu não estou falando de vocês que estão aqui, mas pode ser que chegue lá e vai vender o refrigerante a R\$ 10,00. Faltou refrigerante aqui do lado ele vai lá e coloca R\$ 10,00. Então, tem que ter uma fiscalização rigorosa em cima disso também.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Perfeito.

O SR. MARCELO CRUZ – Tem que ter uma tabela.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Perfeito, perfeito.

O SR. MARCELO CRUZ – Eu acho que isso é importante. Então, essas duas perguntas, se não conseguir o patrocínio como é que fica a situação dos grupos, que pode não conseguir, e a questão da tabela.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Vamos lá. Em relação ao patrocínio, por isso que eu falei para vocês, fui até a Casa Civil e falei: "eu preciso de apoio", estou falando para vocês aqui, nós precisamos de apoio. Se a Federon disse aqui que já está garantido os R\$ 200 mil que a Marquise só passa eles... Não está, não é? Então nós vamos atrás, pessoal. Então, nós vamos atrás. (pergunta fora do microfone). Você está falando desse Projeto aqui?

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES ROCHA – O que nós estamos querendo aqui é fomentar os grupos. Em nenhum momento se falou aqui como é que os grupos chegam lá. Uma premiação é aquilo que você vai chegar buscar. Mas como é que os grupos chegam para buscar essa premiação? Primeiro tem que arrumar os grupos, vestir bonitinho, há custos e esses custos que nós estamos discutindo. Invés de ser disputado quase R\$ 200 mil de premiação aqui, que só 05 ganham e fica o restante sem olhar, vai ficar quebrado. Então, vamos fazer como nós fazíamos, igualmente, vamos somar todo mundo. É isso. Pegar tudo aquilo que tem, ao invés de dar premiação, que uns ganham outros não; aos que ganham, parabéns e os que não ganham? Dois mil reais para gente chegar lá, é uma questão assim. Como eu disse para o senhor, nós não estamos trabalhando por dinheiro, que se fosse trabalhar por dinheiro, desde 2014 não existia Flor do Maracujá, que nós não recebemos um centavo.

O que nós queremos, é fomentar a cultura, e o incentivo aos grupos folclóricos, que eles precisam ter condições de se apresentar. É isso.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – O Senhor falou justamente o que a gente falou aqui, Fernando. Então, a redundância foi em relação justamente ao que eu falei tudo anterior. Nós queremos sim ajudar os grupos. Teve um Presidente que falou comigo: "Jobson, porque você não altera esse valor, diminui, coloca um pouco a mais para o grupo". Dá para ser feito. Desses R\$ 263 mil, pessoal, R\$ 84 mil já são diretamente aos grupos, diretamente. Aí teve um que falou: "porque o acesso não tem que ser preço, tem que ser um valor". Eu falei: "olha, cada qual aqui vai defender a sua área". Porque se eu chegar para o Grupo de Acesso e falar: você vai participar, mas você vai receber só x e o outro não vai receber.

A gente tem que entrar em consenso juntos para que não tome uma decisão injusta.

Então, o que eu quero falar para vocês é, em relação ao patrocínio, a gente está esperando resposta de algumas pessoas, têm sim patrocinadores que já queriam entrar, mas com valores baixos, a gente falou: "não, espera aí, esse valor não é o suficiente". Estou esperando a resposta das cervejarias, se vai ser patrocínio ou se vai ser troca de serviços, porque se for troca de serviços não vai atender o nosso objetivo. Então, a gente está...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, uma pergunta que me intriga muito é a seguinte: como é que era feito antes? Vamos lá, o Governo do Estado entrava com o que antes? Antes, o Governo do Estado. Qual era a participação do Governo do Estado? É o primeiro ano de vocês, então vocês já têm o histórico de como eram os governos passados. Como é que era feito?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Então, em 2013, 2014 teve a enchente o qual o MP orientou que o Estado não utilizasse nenhum centavo para nenhuma área, a não ser para aquelas famílias, que eu concordo também que foi a melhor posição. E aí, de uma forma, para não falar de gestões anteriores, de uma forma que foi feito um acordo junto para que a Federon fizesse, para que a gente não perdesse o ciclo Flor do Maracujá. E assim foi feito, e excelentemente foi feito.

Entretanto, no ano anterior, o que é que as pessoas fizeram em gestão? - Ah, já fez, está aí, eu vou te dar só o dinheiro. Concordo também que não foi feito preparação do terceiro setor, que são vocês, em relação à prestação de conta, em relação à prestação de serviços, em relação a todas as demandas que não são fáceis de se fazer. Então, o que é que acontece? O Estado veio abrindo mão, fechando o olho, 'vai lá, faz', e para mim, vocês acham que seria, vocês acham que estaria ruim para mim seu chegasse e dissesse, 'vou te dar só a estrutura', e virar as costas e deixar acontecer? Não. O que gente quer é justamente isso, fazer o Flor do Maracujá com excelência e assim nós buscamos a proposta de melhorar.

Então o que acontece? O Estado hoje entra com toda estrutura que você pensar do Flor do Maracujá e hoje está feito. Até coisas que nunca existiram, pessoal, até climatizadores nós vamos colocar para ver se a gente consegue atender a nossa população e isso está no papel, está bom?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deixa eu entender aqui, rapidinho. Eu acho Secretário, me perdoe, eu acho assim uma falta de inteligência da sua Secretaria. Não vou colocar Governo não, mas da sua Secretaria. Porque se eu tenho hoje o Estado, que estão entrando agora como Governo e Secretário e eu já tenho uma festa que está dando certo. Só tem errado uma coisa, que eu sempre falei isso; os preços que são cobrados dentro são abusivos, os preços, a população não é assistida nesse ponto. Eu lembro, eu vou comer o meu pirarucu a casaca na praça é um preço, chega lá o preço triplica o preço. Então, afasta algumas famílias do Flor do Maracujá, ela não é acessível a muitas pessoas. Então, eu acho que tem que melhorar aí. Mas para melhorar precisamos do apoio do Governo para isso.

Então, se eu tenho o Governo e ele pode trabalhar a estrutura do Flor do Maracujá, local, segurança, bombeiro, a estrutura, eu posso trabalhar a questão dos barraqueiros, pagar quadrilha tudo. Por queeu vou mexer com isso? Pelo amor de Deus! Porque assim, no primeiro ano de governo eu posso trabalhar, já no segundo, depois que acabar o primeiro, faz

um grande levantamento de como foi a festa, deu certo? Vamos melhorar. Não deu certo? O governo vai intervir. Mas já intervir de cara, sem conhecer essa problemática, sendo que é para tirar o chapéu, porque o senhor mesmo falou, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 se não fosse a Federon com as quadrilhas, não teríamos Flor do Maracujá, não é isso? Não teríamos Flor do Maracujá. E agora, corremos um sério risco de termos o local e não termos as quadrilhas, não é? Nós corremos um sério risco de amanhã a Flor do Maracujá, falar assim: ah! já está pronto lá? Negaça, lá está pronto? Vamos usar aquela estrutura para fazer o Flor do Maracujá lá, paralelo, aí rachou tudo.

Então, nós queremos evitar essa rachadura Secretário. O senhor está falando aqui que ainda vai correr atrás de patrocínio. Já era para ter o patrocínio, a festa é agora no mês que vem, não tem mais o que esperar. Aquilo que eu falo, governo é governo, Deputado Eyder, Governo é Governo meu irmão! Governo é Governo! O Governo tem parceiros, o Governo não precisa pedir dinheiro para ele, nós precisamos pedir para os parceiros que têm. E outra coisa, o dinheiro que nós temos hoje, parabéns, Deputado Eyder, R\$ 161 mil, que saiu da sua emenda parlamentar, primeiro ano que recebe emenda, e R\$ 200 mil da Deputada Mariana. Esse recurso pode ir direto para a Sejucel, que a Secretaria é que vai gerir esse recurso. E quanto aos outros recursos, sentam aí os ambulantes, senta-se aí o pessoal de barraca, todo mundo, as quadrilhas, e definem essa questão como vinha sendo definida.

Então, essa é a minha proposta, não mexa nada este ano, deixa acabar. Acabou? Sentamos, fazemos uma grande comissão, muito bem professor, o senhor falou aqui, nós temos que montar essa comissão, porque aqui é um absurdo município cobrar, é um absurdo, é um absurdo! Numa festa cultural cobrar, tem que eximir dessas taxas, é muita taxa, é muito pagamento.

Então, ela tem que eximir, SEFAZ, aqui Código de Postura. Código de Postura nem trabalha, quer cobrar o quê, não é? Agora, aí tem o Bombeiro, tem o Bombeiro Civil. O Bombeiro Civil, aí sim, tem que cobrar, por quê? Existe uma lei municipal que já tira das costas do Bombeiro Militar, mas o Bombeiro Civil aí, vai ver um preço melhor para se cobrar.

Então, Secretário, o apelo que eu faço aqui, o senhor nem terminou ainda, mas um apelo que eu faço, vamos rever, não é feio retroceder, não é feio. Eu creio que serve até de..

O senhor está começando agora, está com boa vontade, eu já vi a sua humildade, nós estamos aqui para lhe ajudar. Porque vai que dê errado, aí o senhor vai ter prejuízo até na cabeça, na guilhotina lá na frente. Então, eu não quero isso para o senhor não.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Deputados, se eu tivesse medo de encarar qualquer trabalho, eu não estaria aqui. Então, o nosso trabalho é fazer as coisas acontecerem sim, a gente busca as coisas acontecerem. Mais uma vez, eu falo para vocês, a gente precisa estar junto. Hoje a gente pode estar aqui, mas, amanhã, a gente pode estar junto buscando patrocínio. E como o Fernando falou, se a gente conseguir R\$ 200 mil, será para os grupos; se conseguirmos R\$ 500, será para os grupos, porque o resto da festa já está pronta, pessoal.

A gente está discutindo aqui valores de barracas, discutindo aqui valores de outras coisas mais, mas a gente pode estar brigando aqui para dar um suporte melhor para os grupos. Então, hoje, a gente não tem nada, mas se a gente se juntar aqui Governo do Estado de Rondônia, Assembleia, Federon, todo mundo junto, e buscar esse patrocínio, a gente

pode ter muito mais dinheiro para fomentar para o grupo amanhã. Só o que eu quero falar para vocês é que eu não tenho essa força, estou buscando? Estou buscando sim. Fomos com a Caixa Econômica, fomos com todas as outras demandas, fomos com todas as outras ações, só que não é uma coisa assim, 'me dá logo o dinheiro aí', e amanhã tu tem, não é assim, é planejamento. Ah! Ele vai entrar com patrocínio, a Caixa Econômica, a gente entregou o documento para eles, mandaram para Brasília para vir à resposta. Então, daqui, a Uniron. Entregamos a proposta para a Uniron, tem que mandar para fora, para ter uma ação lá dizendo, 'pode entrar', não é decisão. A Cristal não, a Cristal, os outros pequenos, pequenos que eu digo, assim, que não, a gente não pode chegar e pedir, chegar e falar que vai dar R\$ 200 ou R\$ 300 mil, porque a gente sabe que vai querer tirar posteriormente, aí vai acabar atrapalhando o nosso trabalho.

Então, a proposta que eu mantenho, deputado, é que a gente esqueça toda a organização que já está pronta, que a Federon se organize em relação à participação do concurso, quem entra, quem sai, quem vai fazer, e a gente buscar junto patrocínio para a gente apoiar os grupos do Flor do Maracujá, tanto Boi-Bumbá, como quadrilha, está bom?

Então, isso, nós vamos buscar juntos, porque eu sei que com a força de vocês, com a força dos senhores e com a força do Governo do Estado de Rondônia, a Prefeitura, que também vai entrar atrás também do patrocínio para que a gente possa fazer, e aí sim, a gente ir entregar de forma imediata para os grupos, e dizer bem assim: está aí o dinheiro, se preparem.

Mas eu tenho certeza disso, pessoal, se a gente tivesse feito isso anteriormente, hoje a gente não estava discutindo nada. Só que vocês têm que entender que o que tinha para o Flor do Maracujá, eram R\$ 200 mil. Era só isso que tinha, não tinha planejamento, não tinha nada feito, não tinha nada. Se eu estiver mentido aqui, quero que Deus me cegue. Eu falei, "me dá o registro das 37 festas anteriores do Flor do Maracujá", não tinha nada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário...

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Então, assim, o que eu quero passar, deputado, é essa ação. O Flor do Maracujá, já está pronto, o material já está pronto.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu vou fazer uma proposta aqui à Mesa aqui. Como eu pedi esta Audiência Pública, na condição de Presidente desta Audiência, se os deputados puderem me acompanhar, eu também agradeço. De se montar uma Comissão mista, Sejucel e Federon para que já agora, hoje, eu também me coloco à disposição, o Deputado Eyder também, o Deputado Marcelo Cruz, de a gente reunir hoje ou até amanhã, porque nós temos também que ir para a Rondônia Rural Show, a gente vai à manhã já, mas a gente coloca, marca a data, senta, para que nós possamos buscar essa harmonia.

Federon, uma Comissão mista da atual Secretaria juntamente aí com a Federon e as pessoas que compõem os representantes, é possível a gente fazer isso?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Perfeito, não me incomodo. Eu até, a proposta foi na organização, que tem a gente da Federon, a proposta foi até na organização que tem a gente da Federon juntamente com a gente, tanto a nossa como a deles também para o acompanhamento de repasses para os grupos e para todas as ações. Ou seja, a gente vai fazer em

conjunto todas as ações, o que não dá é para eu retroagir o que já foi feito.

Todos esses documentos que eu passei para os senhores, essas ações, os processos já foram abertos e já estão todos prontos. O que a gente não tem agora, mais uma vez eu repito, é o patrocínio. Vamos juntar, vamos brigar juntos para o patrocínio para que amanhã a empresa possa repassar aos grupos e a gente sana todas essas ações e aí entra a questão organizacional. Eu não seria hipócrita e chegar aqui e dizer que eu consigo fazer, conseguir até que a gente consegue, mas seria uma dificuldade imensa porque quem tem o conhecimento técnico são vocês, as pessoas que fazem a festa acontecer. E aí sim, a gente entra para fazer toda a organização e vocês dizerem para mim: - Jobson, a gente precisa disso, disso, disso, disso. E a gente vai trabalhar juntos para fazer o Flor do Maracujá.

O SR. MARCELO CRUZ - Secretário, só mais uma coisa, que bom que o senhor está aí. O Fernando, na fala dele na hora em que ele saiu, ele disse: "olha, se não for desta forma, a Federon e os grupos não irão participar".

A gente se preocupa porque sem os grupos não tem Flor do Maracujá, não tem a festa, não é mesmo? De tudo isso que se ouviu do Secretário, eu quero saber o posicionamento da Federon, dos grupos, porque a gente precisa sair daqui pelo menos, porque daí fica a preocupação da gente, a gente precisa esclarecer. Aí, vocês ambulantes não vão ter para quem vender, e aí? Porque quem leva o povo dos bairros também são os grupos, porque cada um desses grupos é de um bairro, como é que vai? Então, eu preciso entender isso. Fique aí, Secretário, não sai daí agora não.

O SR. FRANCISCO FERNANDO RODRIGUES DA ROCHA – Fique aí Secretário, vamos discutindo. O que, bom o que está bem, está até gravado aí, o que se discutiu aqui foi palco e a questão dos ambulantes que são parceiros em qualquer evento. Em nenhum momento se falou que já tem para os grupos.

Vocês sabem o que é preparar um grupo, deputado? O senhor conhece porque o senhor vive neste meio, o Deputado Jair, o Deputado Eyder Brasil conhece esse movimento. Têm grupos aqui se preparando por conta própria, aqueles que venderam suas feijoadas, fizeram seus eventos muito bonitos, por exemplo, mas têm outros que ainda estão capengando, que é a questão dos grupos de acesso, aqueles menores. O Raimison mesmo me falava o seguinte, "seu Fernando se não tiver ajuda o Orgulho do Madeira que está no grupo especial não poderá vir participar".

Para nós, é muito triste, deputado. Nesse que nós estamos discutindo de patrocínio que o senhor falou, teria que estar lá, há dois meses, nós estarmos lá confeccionando. O senhor sabe quanto passa uma costureira não só uma, mas cinco, seis, só para um grupo? É mais de um mês confeccionando, e do jeito que está aí a proposta, dia 27, 28 já começa o Flor, daqui um mês. Como é que nós vamos nos preparar para uma festa dessa?

Então, isso que nós estamos discutindo hoje, já era para estar lá atrás. A estrutura é a última que tem que entrar, porque em 10, 15 dias montamos tudo. Agora, montar grupos são meses e meses. E aqui tem alguns brincantes, que a gente parabeniza por terem participado, porque muitas vezes, nos nossos pátios, nós não divulgamos senão eles ficam tristes, "por que nós estamos ensaiando, para onde é que nós vamos?". Porque tem gente que se a gente pedir um real ele falta ao ensaio naquela noite. Gente, não é fácil!

Aqui na proposta que o Secretário está fazendo, você tem boas ideias e é isso que tem que encaminhar. Eu lhe garanto que para esse ano não dá tempo.

O SR. MARCELO CRUZ – Fernando...

O SR. FRANCISCO FERNANDORODRIGUES DA ROCHA – Não dá mais tempo, nós temos que pensar isso em outro momento. Se caso o recurso privado vier, tinha que ser hoje, amanhã, até o dia 25 nós demos o prazo, para que a gente se prepare durante um mês para ir tudo bonitinho. Porque para fazer um Flor do Maracujá pior do que o ano passado, para nós é um... Está bom?

O SR. MARCELO CRUZ – Obrigado. Secretário, então assim, se o senhor puder dar um prazo para a gente, foi até o dia 25, não é? Eu acho que ceder um pouquinho mais, inclusive hoje eu vou estar na Prefeitura, vou conversar com o Prefeito para ver se ele consegue dar uma apertada na questão da Marquise, que ela sempre vem patrocinando, ajudando, que eu acho que é isso, é somar forças de todos os lados. Não adiante vir aqui falar, falar e não ajudar. Então, hoje eu vou tentar trazer uma resposta positiva.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Na realidade o prazo não é meu, da Sejucel, o prazo é nosso, pessoal. Está se falando, jogando aqui para mim, que eu tenho que arrumar patrocínio, espera aí, nós não estamos juntos? Quer dizer, que parceria é essa? O prazo é nosso, vamos atrás todo mundo aqui. Eu tenho treinamento, quem não sabe eu sou agente penitenciário e tenho treinamento, Comandante, a gente pode ficar até seis dias sem dormir, se precisar seis dias sem dormir para a gente trabalhar para o Flor do Maracujá, eu estarei lá.

Só que é assim, só falar, "vai lá e me dá prazo, me dá isso", a gente não consegue fazer. Agradeço ao Deputado Marcelo Cruz por já estar se propondo em já buscar uma parceria. Irei lá às Cervejarias hoje ou amanhã, eu tenho que atender minha agenda, depois de amanhã estarei em Brasília para falar sobre os jogos indígenas com o nosso Senador e por que não tentar com o Senador também para ele dar uma força para a gente aqui com patrocinadores?

O que eu tenho a falar para vocês é: já está pronto. O que a gente precisa agora é dar suporte aos grupos. Como é que a gente dá suporte aos grupos? Com os patrocinadores. E isso eu não tenho força para fazer sozinho, eu preciso de vocês.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Deixa-me falar aqui rapidinho, que o Deputado Eyder vai falar. Federon, é possível montar esta Comissão mista, para tratar tudo. Para tratar tudo do Flor do Maracujá. É possível ou não? A gente vai estar junto. A gente vai estar junto, é possível? A gente vai ter que ceder um lado, ceder outro, Severino, senão vai acabar um dançando na rua, outro dançando no Flor do Maracujá, aí não tem... É possível ou não? Fechou? Segunda-feira que vem, pode ser segunda? É o tempo que a gente vem de Ji-Paraná, o senhor vai a Brasília, segunda-feira, às 9 horas, onde? Lá na Sejucel, às 9 horas na Sejucel?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Não tem lanche também não.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Não, sem problemas. Às 9 horas eu levo o lanche, 9 horas na Sejucel. Então, está. É pequeno? A Federon comporta? Pode ser Secretário, na casa dos homens?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Tranquilo, não tem problema não. Eu já fui lá, já fui lá outras vezes.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Agente Penitenciário vai a qualquer lugar, aí não tem medo não. Aí é forte. Fechado, então?

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Tranquilo. Ok.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Às 9 horas, uma comissão. Também não é muita gente não, é a comissão que vai decidir.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Isso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – A Secretaria leva a parte jurídica dela, os técnicos, e a gente vai.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Se Deus quiser a gente chega à segunda já com a resposta, todo mundo junto para falar: já está aqui o dinheiro, vamos embora grupo, vamos trabalhar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário, obrigado. Então vamos ouvir aqui o Deputado Eyder Brasil que vai encerrar para nós aqui. É o palestrante oficial, o Deputado Eyder Brasil, Líder do Governo, quem sabe ele dá mais R\$ 200 mil. Vamos ver aí, qualquer coisa a gente ajuda também.

O SR. EYDER BRASIL – Obrigado meu Presidente, Deputado Jair Montes, mais uma vez aqui falando sobre cultura. E, aí eu lembro que dezembro do ano passado, eu ainda não havia sido nem diplomado pelo TRE e a FESEC e a Federon me convidaram para ajudar numa gestão política junto ao DER, a questão do Projeto da Nossa Cidade da Cultura. Um recurso de 14,5 milhões estava para ser devolvido aos cofres do Ministério, voltando para Brasília e a gente conseguiu, através do nosso trabalho político, fazer com que esse Projeto caminhasse, lembra Fernando? Lembra que nós estivemos lá no gabinete do Diretor Geral do DER, várias reuniões. E, depois me sentei com o Presidente da FESEC, o Macumbinha, onde nós tentamos ajudar de alguma forma. A questão do Carnaval, infelizmente, a Prefeitura não aceitou as nossas demandas e não houve desfile das escolas de samba. Mas a gente conseguiu apoiar, de alguma forma, alguns blocos de rua aqui da nossa Capital.

E, agora temos o problema da Flor do Maracujá. Lá atrás, atendendo um pedido do Fernando, da necessidade da estrutura, do Jobson, nos reunimos lá na Sejucel, onde nos comprometemos em ajudar inicialmente com R\$ 140 mil, esse era o pedido. E, aí depois, foi me passado uma atualização que passou para R\$ 160 mil e da mesma forma, prontamente, eu ajudei. Acredito que precisamos fazer aquilo que estamos nos propondo a fazer. Sentarmos todos os agentes que fazem parte dessa grande festa e resolver o problema.

Fernando, me corrija aqui, é a 38ª edição? 38º este ano. Ou seja, se passaram 37 anos e ninguém resolveu o problema do Flor do Maracujá, 37 anos e a gente não consegue ter um registro do Flor do Maracujá.

E, aí eu lembro que fui enquanto morava na cidade de Manaus, numa cidadezinha pequena, lá em Manaus, no interior onde tem a Ciranda, é tão pequena que até agora esqueci o

nome, Manacapuru! E, lá tem o Cirandródromo. É um espaço físico, bonito estruturado, é uma cidade que é do tamanho de Candeias, se não for menor, à beira do rio, e lá tem um Cirandródromo, porque a cultura deles lá é a Ciranda. E nós, com 38 anos de Flor do Maracujá, não temos um local onde as quadrilhas e os bois-bumbás possam se apresentar.

Sábado passado eu estive prestigiando o evento da JOABP, dois sábados anteriores o Flor do Maracujá fez um evento no Ipiranga. A cultura de Rondônia, em especial aqui de Porto Velho, continua vivendo de puxadinhos. Os agentes culturais, produtores culturais continuam o piresinhos de gabinete em gabinete, de empresa privada em empresa privada para fazer cultura aqui em Porto Velho. E isso é inadmissível, Fernando! Isso é inadmissível!

O que a Sejucel este ano de 2019, no primeiro ano do Governo Marcos Rocha quer fazer é resolver esse problema. E aqui eu quero parabenizar o Jobson por ter tido a coragem de chamar vocês para conversar e resolver. Porque pelo o que eu entendi, até agora o que foi feito, é tipo: pega isso aí e te vira e faz acontecer. E por isso eu quero parabenizar a Federon e todos vocês dos grupos folclóricos, os presidentes de bois-bumbás e quadrilhas juninas, por terem tido a coragem de manter viva a tradição da nossa Capital. Realmente é de tirar o chapéu e parabenizar, porque vocês suportaram a cultura do nosso Estado por todos esses anos.

Mas agora vocês têm um parceiro e vocês não têm uma pessoa que querem tirar de vocês a festa que é de vocês. Vocês têm que ver o Superintendente da Sejucel, hoje, como um parceiro que quer resolver e que está disposto a resolver.

Vocês têm um deputado estadual, hoje, que quer resolver, que já destinou dinheiro particular, tirei do meu bolso para ajudar no Carnaval, porque eu ainda não era deputado, eu não tinha emenda parlamentar, tirei da minha conta bancária e ajudei alguns blocos. E, agora com emenda parlamentar destinei R\$ 160 mil. Mas isso não é questão de aplausos para mim e eu nem quero. Isso é uma obrigação minha como representante do povo e, eu sou do povo, já recebi o título aqui, agora, de o deputado dançarino, não é Zé Katraca? Porque eu sou isso mesmo, porque o deputado é um mero representante do povo. Ao chegar nesta Casa, é inconcebível que os 24 parlamentares aquisubam no mais alto dos céus e não consiga tocar o solo junto com vocês, porque nós viemos do lado de vocês, nós somos povo também. E por isso, a gente entende que a Federon tenha um problema judicial que impede de receber recurso. Isso não é um problema que é do Jobson ou problema que é desta Casa, mas nós estamos parceiros para resolver. Emendas parlamentares como da Mariana Carvalho, como as minhas, não podem ser repassadas direto para a conta da Federon, por conta desse problema judicial.

Mas da mesma forma, nós estamos sendo parceiros da construção da estrutura, estamos juntos pela Flor do Maracujá.

Quando se falava aqui no inicial e falávamos sobre o Flor do Maracujá, a única lei que eu recebi, foi a lei colocando o Flor do Maracujá no calendário. Eu já estou entrando com um requerimento nesta Casa para que o Flor do Maracujá passe a ser um patrimônio cultural e imaterial do Estado de Rondônia, assim como outro requerimento para dar utilidade pública para o Flor do Maracujá, para que no ano que vem quem quer que seja, seja governo, seja Federon, as taxas sejam isentas. Porque o que pesa no bolso do povo, no bolso do brasileiro é a carga tributária e com o Flor do Maracujá não é diferente, com os empresários não é diferente. O que encarece o preço é porque

nós temos a carga tributária muito alta. Mas, em nível de Estado, nós desta Casa aqui, e aí eu convido meus amigos Deputados Jair Montes e Marcelo Cruz a estarem conosco, resolvendo uma pequena parte desse problema que é o Flor do Maracujá, que é a questão dos impostos, a questão das taxas.

E aqui eu me coloco mais uma vez à disposição. Enfim, temos muita coisa para fazer, a nossa festa já está bem aí, com menos de dois meses, um mês e pouquinho, não podemos ficar nessa queda de braço. Porque se a Federon não ganhar, os ambulantes não ganham, o povo não ganha. Se os ambulantes não ganharem, a Federon não ganha e o povo não ganha. Então, parabenizo o Deputado Jair Montes por ter proposto esta Comissão, me coloco à disposição, Fernando, para ajudar. O que eu vejo, que a única saída é nós sentarmos e conversarmos. Vai trazer patrocínio? Vai cobrar, pelo menos mais este ano, uma pequena taxa para que seja investido para os grupos? Não sei qual vai ser o resultado que vamos encontrar, estou colocando aqui expectativas, mas podem contar comigo e tenho certeza que com toda esta Casa. Fico à disposição, Fernando, e mais uma vez vocês vão estar lá, a gente vai estar junto, porque este ano vai acontecer sim onosso Flor do Maracujá. Já apanhei nas redes sociais por ter destinado R\$ 160 mil para o Flor, mas não tem problema nenhum, eu faço aquilo que a minha essência manda. E a cultura do meu Estado, a cultura da minha cidade, para mim, é muito importante. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Antes de encerrar nós vamos passar para o Secretário que quer dar suas explicações.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Quando o Deputado Eyder falou em relação a cobrar da barraca, eu tinha feito um acordo com vocês em 20 lanches que era para passar para os grupos. Só que o que acontece? Quando a gente foi fazer o cálculo, esses 20 lanches iriam dar mil reais. Aí nós não vamos fazer isso. Nós vamos ver uma taxa, alguma coisa, alguma forma de a gente fazer, porque a gente viu isso também que no final das contas a gente ia acabar cobrando em produto e aí a empresa vai fazer, “não, não é de graça não”.

O Governo do Estado de Rondônia vai pagar para dar o suporte para os brincantes, pode contar com a gente, que nós vamos fazer isso aí. Fiquem com Deus.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu quero agradecer a presença do Deputado Eyder Brasil, do Deputado Marcelo Cruz, o Hélio que já esteve aqui e já foi; Jobson, Secretário da Sejucel; o Sr. Saulo Giordane, da SETUR; a Capitã Michelly, representando o Comando Geral da Polícia Militar; o Major Bombeiro Iranildo de Andrade; o Sr. Francisco Fernando Rodrigues Rocha, Presidente da Federon, e em nome dele cumprimentar e agradecer a todos que vieram aqui.

Espero que esta Audiência Pública que foi proposta por nós, que ela tenha surtido efeito e que ela surta efeito para que possamos encontrar a solução para a nossa cultura. O Governo começa agora, mas que possamos ter daqui a três anos, paz, que nós queremos paz. E a gente vai nessa Comissão Mista, Fernando, segunda-feira, às 9:00 horas, na Federon, deputados, juntamente com a Secretaria buscarmos o caminho, buscarmos a solução.

E lá, Fernando, nós colocamos um papel, aquilo que você me pediu aqui, se a Sejucel não conseguir tocar como tocou os anos anteriores, ano que vem a gente buscar uma nova fórmula. Nós vamos sentar primeiro, vamos sentar, buscar

alternativas. Eu creio que está todo mundo aqui imbuído, professor, de buscar o melhor caminho de chegarmos aqui à solução. Esse é o nosso papel como deputado, o papel do Deputado Eyder, papel do Deputado Marcelo, as minhas emendas ainda têm alguma coisa, ainda dá para trabalhar.

Estou ajudando aqui a quadrilha Girassol, R\$ 60 mil, que é um compromisso meu que eu fiz com eles, para a Girassol.

Eu sou assim, quem me ajuda, eu ajudo, quem me ajuda está comigo. Mas quem não ajudar, também estou ajudando, estou aqui para ajudar.

Então, pessoal, no mais, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Tenham todos umaboa-tarde.

(Às 12h23 encerra-se esta Audiência Pública)

**ATA DA 16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR SOBRE A SEGURANÇA
NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO
ESTADO**

(Em 20 de maio de 2019)

Presidência dos Srs.
Anderson Pereira - Deputado
Jair Montes - Deputado

(Às 15 horas e 39 minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes e Deputado Anderson Pereira, após aprovação em Plenário, realizam Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a Segurança nas Escolas Públicas Municipais e Estaduais no Estado de Rondônia e o Retorno dos Vigilantes para garantir maior segurança à comunidade escolar e a preservação do patrimônio público.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, senhor Anderson Pereira, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública. Senhor Jair Montes, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública. Senhor Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação; senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC; Capitã PM Michelly da Silva Mendes, representando o Comando Geral da Polícia Militar; senhor Vereador Edwilson Negreiros, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Velho; senhor Agenor Fernandes de Souza, representando o Conselho Estadual de Educação; senhora Judith dos Santos, representando o Conselho Municipal de Educação; senhor Cícero Cavalcante, Delegado do 8º DP; senhor Paulo Tico Floresta, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia – SINTESV; senhor Francisco Fonseca, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia – SINDESP; senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia; senhora Gláucia Negreiros, Secretária Adjunta da SEMED.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - A Presidente do Sintero também, para compor aqui com a gente à Mesa, a senhora Lionilda, uma falha aqui do Cerimonial, mas, já corrigida.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o

objetivo de discutir sobre Segurança nas Escolas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia em torno dos Vigilantes para garantir a maior segurança à comunidade escolar e a prevenção do patrimônio público. Boa tarde a todos.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Pedimos àqueles que puderem para que se coloquem em pé, ouviremos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Estejam todos à vontade. Registramos e agradecemos com grande alegria a presença dos membros do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia – SINTESV, nossa reverência aos senhores; Dr. Caetano Neto, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania. Doutor Caetano, os nossos cumprimentos, em seu nome, a todos os membros da OAB que nos honram que a presença. Senhor Tadeu Bancalari, Delegado de Polícia Civil, a nossa saudação. Nós agradecemos a presença dos estudantes e integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Castelo Branco. Muito obrigado pela presença dos jovens estudantes. Senhor Joelson Chaves de Queiróz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia, nós queremos deixar a nossa reverência pela presença do senhor. Chagas Peres, que representa a Companhia de Dança Chagas Peres, muito obrigado pela presença. Senhor Deputado, com a palavra.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) – Mais uma vez uma boa-tarde a todos. Dou meus cumprimentos aqui ao nobre companheiro Deputado Jair Montes, que juntos estamos aí nessa batalha. Eu na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa e o Deputado Jair Montes, como um dos representantes da categoria aqui nesta Casa, sendo a voz de vocês, assim como a gente tem feito juntos, atuando juntos e uma coisa que eu sempre falo, política não se faz sozinho, política é em conjunto. A gente precisa de todos os atores, sindicatos, o Governo do Estado, do Ministério Público, Judiciário, juntos com a gente, ombreados nessa batalha para que a gente possa oferecer para as nossas escolas mais segurança, tanto patrimonial, como segurança também para os nossos jovens e adolescentes que estão se perdendo aí nesse mundo do crime. E quanto mais a gente vê noticiários e dados estatísticos de venda de drogas dentro de escolas, de atuação do crime organizado dentro das escolas, quanto menor o jovem, melhor para o crime organizado. Isso nos preocupa porque eu tenho certeza que nenhum pai, nenhuma mãe manda um filho para escola para ele sair da escola e se tornar um delinquente. Pelo contrário, ele manda o filho para lá para ter um futuro, o melhor futuro possível.

Então, preocupados com isso, nós sabemos que o contexto da educação vai além da segurança, a segurança é um processo que nem deveria estar sendo discutido no âmbito escolar, mas, infelizmente, com o avanço da criminalidade, a gente precisa discutir e debater e tentar melhorar e tentar oferecer mais segurança.

Então, nós, junto com o Deputado Jair Montes, abrimos essa discussão. Já temos conhecimento e já foidiscutido no âmbito da Comissão de Segurança Pública os planejamentos por parte do novo Governo que está iniciando agora. Vale ressaltar isso, que o Governo está começando agora, nós estamos no 4º, indo para o 5º mês de mandato do Governador,

mas a sua equipe e o Secretário, já até parabenizo, a primeira minha visita ao Secretário de Educação que está aqui, ele já falou desse planejamento, dessa organização e isso me chamou atenção.

Por isso que a gente está começando esse debate agora, no momento de discussão do PPA, no momento de planejar o que há de bom para o nosso Estado durante esses 04 anos. E eu quero o melhor para o nosso Estado e como todos que estão aqui querem o melhor.

Então, assim, sintam-se todos cumprimentados e cumprimento aqui às mulheres presentes, em nome da nossa Lionilda, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado de Rondônia, o Sintero, e assim todos os presentes estejam cumprimentados aqui, todos os vigilantes, os representantes da categoria, as pessoas que têm acompanhado esse processo, os pais, alunos, todos que acompanham os vigilantes de dentro das escolas, até o momento atual que se encontram as escolas.

Eu mesmo, sábado retrasado eu estava lá em Candeias do Jamari, entregando uma emenda. Infelizmente eu tive que fazer isso porque a escola foi saqueada, foram furtados 4 ar-condicionados, eu fui, mandei a emenda para poder substituir o que foi roubado. Eu poderia estar mandando essa emenda para outra finalidade, necessidade da escola. Eu fui lá, fiz a entrega dos materiais, substituindo os furtados da escola porque o monitoramento não funcionou para inibir esse tipo de prática dentro das escolas. E se Deus quiser, hoje, nós vamos sair com um melhor encaminhamento. E aqui exercendo o nosso papel como Presidente da Comissão de Segurança, eu quero passar aqui a condução dos trabalhos ao Deputado Jair Montes, que é um dos brigadores e a voz de vocês dentro desta Casa, para estar conduzindo toda essa discussão, esse debate. Nós estamos à disposição para discutirmos juntos.

(Às 15h51min o senhor Anderson Pereira passa a presidência ao senhor Jair Montes)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Para mim é motivo de muita alegria e também de muita emoção estar aqui. Hoje pela manhã já presidimos uma Audiência Pública relacionada à cultura do nosso Estado, e mais precisamente o Flor do Maracujá e, graças a Deus, tanto a Federação quando a Secretaria, chegamos aqui, vamos montar uma comissão mista para segunda-feira, nós tratamos diretamente sobre o Flor do Maracujá.

E agora, Deputado Anderson, muito obrigado Deputado Anderson, Presidente da Comissão de Segurança Pública. E a gente, quando chegou a esta Casa, cheguei com essa bandeira, a bandeira de retorno dos vigilantes nas escolas estaduais. E nós estamos aqui porque conseguimos uma grande vitória, que eu estou com a Secretária Adjunta da Secretaria de Educação Municipal e, naquele momento, o Prefeito de Porto Velho também pensava a mesma coisa que o Governo passado, pensou em retirar todos os vigilantes das escolas e colocar câmara de monitoramento. E nós fizemos uma luta na de Câmara de Vereadores. Fiz uma Lei que é inconstitucional, mas, graças a Deus, até hoje o Prefeito não entrou com ADIN, a Lei está lá, proibindo a retirada dos vigilantes das instituições do município, vigilantes armados. E nós conseguimos essa a vitória e a empresa está com um ano, vai renovar agora, já renovou para mais um ano e, graças a Deus, furto nas escolas municipais é zero, praticamente zero.

Então, graças porque nós temos ali um profissional trabalhando e a gente está vendo aí nos noticiários nacionais o

que está acontecendo. Infelizmente, hoje, os nossos professores que já, por natureza são os que mais sofrem também, tanto com salário, o local de trabalho e agora sofrendo com as ameaças dentro da sala de aula. Então está ficando complicado. E muitas vezes, nós estamos mais preocupados com patrimônio. Eu falo o seguinte: a nossa preocupação tem que ser com ser humano, o mais importante de tudo é o ser humano. Patrimônio até que repõe, mas o ser humano não tem condição de repor.

Então, Deputado Anderson, muito obrigado. E, em nome da minha filha Larissa Montes e meu filho Jairzinho que estão aqui, muito obrigado por vocês estarem aqui. Em nome do Paulo Tico, Presidente Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia, eu quero aqui parabenizar todos os vigilantes estão aqui conosco, todos. Vocês são guerreiros, vocês são guerreiros.

E a gente, Deputado Anderson, nós estamos aqui com Delegados, nós temos aqui policiais militares, professores, o Secretário de Educação do Estado, que possamos sair daqui com direcionamento, um encaminhamento para que possamos Secretário, encontrar o melhor caminho.

Nós sabemos que no passado foi uma briga política que terminou com os contratos dos vigilantes, e sabemos que muitas vezes é caro, não é barato. Buscar dinheiro onde? Mas nós vamos buscar aqui uma solução para que nós possamos pelo menos amenizar as escolas, que têm sofrido muito hoje com o vandalismo, com os furtos. Nós passamos dar encaminhamento para que possamos retornar os vigilantes em todo Estado, em todas as escolas do Estado. Se não for em todas, mas pelo menos na grande maioria do nosso Estado de Rondônia, está certo?

Deputado Anderson, então, vamos, nós vamos fazer como fizemos pela manhã, Deputado Anderson. O nosso Cerimonial cadê ele? Cerimonial, por favor. Jane, faz favor.

Então, nós vamos, nós vamos abrir a Mesa, vamos abrir aí umas cinco do auditório, abrir também para as pessoas que estão aqui, no máximo, está certo? No máximo aí de três a cinco minutos para também não ficar muito alugado. Eu vou chamar um daqui, chamo um daí, está certo assim?

Com a palavra, senhora Lionilda Simão, Presidente do Sintero, a primeira a abrir, a nossa Presidente do Sintero. Se preferir usar a tribuna, fique à vontade. Professora é o que fala, não é? Os últimos serão os primeiros, então, parabéns.

A SRA. LIONILDA SIMÃO – Boa tarde. Boa tarde a todas e todos aqui presentes. Falar sobre a segurança nas escolas é um assunto que nos preocupa muito. O Sintero, ao longo dos últimos anos, tem tentado fomentar essa discussão com o Estado de Rondônia, porque, o que nós observamos que essa situação vai além da depredação. A depredação é algo que está insustentável! Nós tivemos aqui exemplos de escolas que passaram por furtos, por depredação, tiveram escolas que aconteceram no mínimo 20 vezes, 23 vezes. Então, assim, gente, diante de um cenário desses, o que nós, enquanto entidade sindical, não entende é porque o Estado de Rondônia ainda não tomou providências.

Fora nessa questão da depredação, nós precisamos falar sobre a questão da segurança. Porque hoje, nós enquanto trabalhadores e os nossos estudantes não têm segurança dentro das escolas. Eu vou relatar um caso recente, muito recente, onde o automóvel do servidor, do professor, com toda dificuldade que adquiriu. Hoje vocês sabem o quanto o profissional em educação sofre por uma desvalorização, com

muita dificuldade adquiriu o seu transporte e deixa de frente à escola, porque dentro da escola não comporta. E o carro do servidor foi incendiado. Eu estou dando este exemplo, fora outros tipos de violência que acontecem. Mas como a Audiência hoje não é para falar sobre a violência contra o trabalhador em Educação, eu vou só me posicionar no sentido de que nós estamos tendo prejuízos. Prejuízos materiais, além do prejuízo que muitas vezes nós sofremos com a violência, o trabalhador em educação sofre violência na escola.

Então, o que nós observamos que tem que haver é uma política de Estado. Uma política de Estado para resolver a questão da segurança como um todo e, principalmente, no que diz respeito à Educação.

Agora nós temos muitas preocupações sobre isso. Nós temos muitas preocupações. Porque enquanto Sintero, na nossa avaliação, quando é que realmente segurança nas escolas funcionou? Quando havia um concurso para vigilância nas escolas, então, naquele momento, naquele período, nós não observávamos o que vemos hoje, no que diz respeito à depredação e tudo mais que diz respeito à segurança nas escolas. Então, não acontecia.

O Governo da época do Cassol, o Governo Cassol optou em fazer algo diferente, que foi fazer o contrato através de empresas terceirizadas. E por isso a gente precisa relatar isso aqui, precisa falar, e nós precisamos estar de olho nisso. Porque o que se observou na época que foi contratada a empresa terceirizada, que os cofres públicos foram onerados. Então se pagou três, quatro vezes mais para a empresa do que se pagava antes para um vigilante nas escolas.

Então eu quero dizer com essa fala aqui, que seja qualquer decisão tomada, nós enquanto Sindicato, vamos estar acompanhando. Porque nós enquanto sociedade, enquanto classe que defendemos os trabalhadores, nós temos que cuidar para que o Estado não faça essa política de privilegiar empresas que principalmente estão na mão de políticos. Então, nós precisamos acompanhar isso para que o Estado de Rondônia não seja saqueado, na minha avaliação, saqueado, porque é uma política que onera os cofres públicos. Então a alternativa que vai se construir aqui tem que ser no sentido de não onerar o Estado.

Quero dizer que ao longo de todos esses anos, em que se optou no último Governo em nós termos uma segurança vigiada, a segurança que aconteceu através do monitoramento, nós tivemos sérios problemas. E a gente também, principalmente, precisa discutir sobre isso. Por quê? Porque o que achou o Estado, o que o Estado entendeu que iria colocar segurança monitorada na escola e não se preocupar com a segurança que nós temos que ter segurança pública, fora do espaço escolar.

Então, diante disso, nós observamos que o sistema não deu certo. Porque segurança gente é um conjunto de medidas.

A segurança monitorada poderia ter dado certo, sim, se nós estivéssemos na segurança do Estado funcionando, a segurança pública que protege o cidadão, que protege o patrimônio público. Então neste sentido não tinha como dar.

Então é uma série de medidas que tem que ser tomada, para que realmente o Estado de Rondônia resolva o problema de segurança nas escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua a sua fala, professora.

A SRA. LIONILDA SIMÃO - Nós queremos dizer, e parabenizar, toda a Mesa. Desculpe que eu não cumprimentei a Mesa.

Parabéns, Deputado Anderson; parabéns aos demais Membros da Mesa. Eu estou citando o Deputado Anderson porque ele é o Presidente da Comissão. Parabéns pela iniciativa.

Quero dizer que nós estamos abertos para essa discussão. E que nós, enquanto instituição, defendemos o trabalhador, iremos acompanhar as medidas tomadas aqui, mas no sentido de preservar a situação financeira do Estado para que realmente, novamente os cofres do Estado não sejam onerados com contratação de empresas terceirizadas. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra tempo de 03 a 05 minutos, o senhor Eli Ferreira, Presidente da Associação AMUR, Associação de Moradores que Habitam na Zona Leste Rural de Porto Velho.

O SR. ELI FERREIRA - Boa tarde a todos. Boa tarde ao Deputado Anderson; em nome do Deputado Jair Montes cumprimento todos da galeria e os integrantes da Mesa. Presidente da Associação a AMUR, Associação de Moradores que Habitam na Zona Urbana e Rural da Zona Leste de Porto Velho.

Segurança Pública, segurança nas escolas, o tema hoje é de grande importância. Eu moro no bairro Marcos Freire e pudemos vivenciar ali na Escola Jorge Teixeira, 17 furtos. E não é pequeno não, não é de caneta não, é de ar-condicionado, é de projetores. E como cidadão eu vejo o nosso dinheiro indo ao ralo. E quem assume toda essa dívida é o contribuinte, quem vai pagar esse ar-condicionado, essa reposição é o contribuinte. E quando se fala em segurança pública nas escolas, a gente fala da volta dos vigilantes, não é outra coisa. Porque vigilante não protege o cidadão, é patrimônio público, que aí já causa, traz uma insegurança para quem está administrando a escola, que é a diretoria, traz uma insegurança para diretoria. Nós estivemos ali junto com a Comissão de Justiça e Paz na Igreja Católica Santa Edwiges, uma reunião justamente para debater sobre a volta dos alunos que, com certeza, vai chegar aqui nesta Casa, é um pedido também para o retorno dos vigilantes. E nós discutimos ali a insegurança que os diretores e que os alunos estão passando. A Escola Paulo Leal, agora, foi furtada, bagunçaram tudo lá está aí na mídia.

E a gente vê as discussões, agora a pouco eu vi o Deputado Jair Monte falando que foi, lá atrás, uma briga política e que trouxe prejuízo para toda a população. Hoje nós temos pai de família que estão desempregados, eu sou vigilante também, sou da categoria, trabalhei por 06 anos na empresa, numa determinada empresa, exerci no João Paulo II. Quero cumprimentar, acabei de ver ali o Padre, está ali o Padre que é Presidente, não é Padre? Faz parte da Comissão de Justiça e Paz, não é? Está ali, ele mesmo foi que conduziu a reunião que foi a volta dos vigilantes. Então, eu quero cumprimentar o Padre em nome aí do Deputado Jair Montes. E é isso, falar de Segurança Pública, falar do retorno dos vigilantes. Eu apoio, a Associação AMUR apoia. E a gente quer isso, a gente quer a segurança tanto da escola, porque o dinheiro público, o nosso dinheiro está indo de ralo, quando é furtado um ar-condicionado, um projetor, é o nosso dinheiro que está indo de ralo. E é isso que nós queremos, que essa briga política acabe, que esse favorecimento de empresa acabe e que o pai de família volte ao seu trabalho, e que volte a segurança, e a paz reine dentro das escolas. Porque hoje nós abrimos brecha com essa briga política, nós abrimos brechas para que a droga seja comercializada dentro das escolas, para que o marginal entre dentro da escola e comece a criar soldados para a

criminalidade. E é isso que nós não podemos mais aceitar, está certo?

Então, essa é minha fala, Presidente. Quero aqui deixar registrado que eu sou a favor do retorno dos vigilantes para as escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra, senhora Gláucia Negreiros, Secretária Adjunta da Semed. Secretária, até 05 minutos. Nós temos aí o Cerimonial nosso passando aí.

A SRA. GLÁUCIA NEGREIROS - Boa tarde a todos os presentes, cumprimentar o proponente, os proponentes desta Audiência Pública e parabenizá-los, Deputado Anderson e Deputado Jair Montes; cumprimentar em nome do Secretário de Estado da Educação, cumprimentar os demais membros da Mesa e em nome da Professora Rosalina Diniz, que se encontra no plenário, cumprimento todos os presentes.

Bem, eu represento aqui o Secretário Municipal de Educação, o Professor Márcio Félix, que não pôde estar presente por conta de uma agenda. É, realmente, discutir Segurança Pública e discutir segurança nas escolas, prioritariamente nas escolas públicas, é uma situação que realmente precisamos reunir todas as instituições interessadas, porque a situação em Porto Velho torna-se crítica. A cada semana, pelo menos duas escolas municipais de Porto Velho são assaltadas e vítimas de violência.

Então, assim, é o que foi colocado anteriormente, todos os dias, a cada hora, hoje mesmo a gente recebeu a notícia da escola lá no bairro Mocambo, a Escola de Educação Infantil que foi assaltada e assim, quebram-se o patrimônio escolar, levam-se os materiais e a gente fica em toda essa situação.

O município de Porto Velho hoje, do nosso orçamento de R\$ 356 milhões, R\$ 20 milhões é destinado para contratação de empresa de vigilância. Temos hoje 139 escolas, mas infelizmente só 100 pontos de vigilância, justamente, por conta que é uma aquisição cara para o município e para Secretaria de Educação.

Entretanto, só vigilantes, apesar de serem extremamente profissionais dentro das nossas escolas e que, inclusive, a gente acaba tendo vínculo com eles dentro da própria escola, dentro da Secretaria, porque são pessoas realmente muito profissionais, só que só os vigilantes armados não inibem a violência. O que precisamos discutir nesta Audiência é segurança pública, precisamos discutir. Já fizemos no ano passado uma reunião para discutir isso, para fazer com que a Polícia Militar retorne com o trabalho de itinerância nas escolas, de patrulha escolar para que esses vigilantes que estão nas escolas também tenham segurança de trabalho. Porque hoje, da forma que estamos até o vigilante está correndo muito risco. Desses assaltos que acontecem semanalmente nas escolas municipais, a principal tentativa do assaltante é levar a arma do vigilante e infelizmente, muitas vezes, eles estão garantindo êxito nessa situação, levam a arma, trocam tiros dentro da escola.

No ano passado na escola, no Marcos Freire, Fernando Escariz, uma escola de educação infantil que atende crianças a partir de 3 anos, houve troca de tiros. Participamos de uma reunião com alguns diretores da zona leste e eles nos pediram, e até abismem! Eles pediram para que se retirassem a vigilância dentro das nossas escolas, porquê? Por que o bandido vai lá para pegar a arma, infelizmente, na maioria das vezes.

E assim, fizemos uma reunião, fizemos uma ata, porque assim a Semed teria uma responsabilidade muito grande de retirar aquele vigilante e acontecer algo grave na escola.

Fizemos uma ata, duas escolas que estavam presentes assinaram, Fernando Escariz e a Escola Eduardo Valverde pediram a retirada dos vigilantes, retiramos os vigilantes. Entretanto, depois a Eduardo Valverde pediu para retornar porque sentiu realmente o receio da problemática e da situação grave que é a zona leste de Porto Velho. Mas a Fernando Escariz realmente pediu para retirar ou se deixarmos teria que ser uma vigilância não armada, porque a gente tem os dois tipos de contratos, a vigilância armada e a não armada.

Então, assim, precisamos da segurança nas escolas? Precisamos. Utilizamos o orçamento para isso, quase R\$ 20 milhões da Secretaria de Educação? Temos. Temos hoje 100 postos e realmente bem cuidados e bem zelados, a gente parabeniza os sindicatos e os profissionais. Mas precisamos acima de tudo garantir a segurança da população, a segurança dos vigilantes, dos alunos, precisamos de segurança pública. Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)- Com a palavra o senhor Dário Pavides, representando os gestores de segurança privada.

O SR. DÁRIO PAVIDES – Boa tarde a todos. Primeiramente quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Anderson e em nome do Deputado Jair Montes cumprimento os demais componentes da Mesa; em nome do gestor Tarcísio, eu cumprimento a todos do plenário.

Para quem não me conhece, meu nome é Dário Pavides, sou gestor de Segurança Privada, formado pela Faculdade Metropolitana no ano de 2017, aqui eu queria mostrar aos presentes um plano estratégico de segurança patrimonial que eu e o gestor Tarcísio fizemos baseado em dados fictícios porque não tivemos êxito em informações. Foi feito um estudo de caso na Escola Estadual Flora Calheiros, inclusive hoje essa escola não teve aula devido a furtos.

O que eu falo ao senhor Presidente, a segurança privada vai além de colocar um vigilante no posto, porque eu falo isso para vocês? Ele tem que ter condições de trabalho. Como assim que eu falo? Na Escola Flora Calheiros, é uma escola aproximadamente com mais de 10 mil metros quadrados, hoje eu pergunto aqui às autoridades presentes, em especial ao Secretário Suamy, qual é o planejamento que a Seduc faz do quantitativo de vigilantes por escola, é baseado em quê? Porque eu falo isso? Porque a Escola Flora Calheiros é uma escola muito ampla em tamanho. Então têm muitas situações que poderemos resolver não só com o posto de vigilância, mas há sim a necessidade. Um exemplo é a Escola Estudo e Trabalho, desde o ano de 2016, essa escola não registra nenhum furto, por quê? O Diretor daquela escola comprou com o orçamento da escola, concertina e colocou no âmbito da escola. Só que é uma escola que tem menos de 1.000 metros quadrados. Então, ele aumentou o muro em alguns lugares e colocou concertina.

Então, foi uma barreira física que foi usada, que já evita a questão do furto.

Então, hoje eu falo ao senhor deputado, Vossa Excelência, Deputado Anderson, que essa Comissão, eu não tenho nem essa autoridade de falar assim, não sei se o senhor vai entender dessa maneira que eu vou dizer, mas, assim, de fazer alguma visita em algumas escolas, porque muitas pessoas conhecem no papel, mas não conhecem na prática. A escola que é próxima da minha casa, que é a escola, ali na Rafael Vaz e Silva, é a Rio Branco. A Escola Rio Branco parece uma floresta Amazônica, tem árvores ali com mais de 20 anos plantadas, ela tem toda estrutura de colocar iluminação, só que têm postes que estão escondidos dentro das árvores.

Então, eu falo ao senhor Presidente da Comissão e a Vossa Excelência, Deputado Jair Montes, que poderia ser feito parcerias, eu sugiro aqui a essa Comissão, que eu até coloquei no estudo, eu queria que Vossa Excelência depois olhasse com carinho, Deputado Anderson, e até eu explicava também com mais tempo a Vossa Excelência, que poderia ser feito parcerias com quem? Com o Exército Brasileiro, com a Sedam, com a Sema. Fazer podas de árvores, fazer parceria com a Emdur para colocar iluminação. Isso vai ter custo para o Estado? Muitas coisas não. Por quê? Se nós envolvermos o Exército e a Sema não vai ter custo, eles podem entrar com a parceria, pode chamar mais órgãos, fazer o quê? Podas de árvore, iluminação, colocar concertina. Eu, como Gestor de Segurança Privada eu me disponibilizo a ajudar este Estado, na minha maneira de enxergar objetivo a ser implantado para melhorar a segurança.

Têm outros gestores aqui também, tem o Valdinei, tem o Tarcísio que pode também ajudar porque deputados? Porque não é só colocar o posto, é muito importante sim, o posto de vigilância. Eu defendo aqui com unhas e dentes que tem que ter a vigilância e essa vigilância eletrônica que já existe pode ser compartilhada, por quê? O vigilante ele vai olhar a câmera, vai filmar, o vigilante pode estar no local reservado e ele vai olhar no monitor. Então, as câmeras são muito úteis sim, mas não é suficiente para resolver.

Então aqui, para finalizar as minhas palavras, eu deixo aqui registrado e eu estou à disposição. Neste Estado, nesta cidade existe mão de obra, eu creio que a SEDUC, pelos gestores formados, que eu sou da 2ª turma, a SEDUC não compõe na Comissão dela Gestor de Segurança Privada, não desmerecendo nenhuma profissão, mas cada um com o seu conhecimento; Professor, com o seu conhecimento; Administrador, com o seu conhecimento e Gestor com o seu conhecimento. Então, nessa Comissão tem que ser incluído o Gestor de Segurança Privada, porque muitas coisas do nosso conhecimento, de formação acadêmica, aqui não é conversa fiada não, é formação acadêmica, eu tenho saber no que eu estou falando. Então...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dário, conclua suas palavras.

O SR. DÁRIO PAVIDES – Essa Comissão poderia colocar o Gestor de Segurança Privada para nos auxiliar nessa demanda. Meu obrigado a todos e boa tarde.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Para fazer uso da palavra o senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia – SINPROF.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ – Boa tarde. Quero agradecer a Deus este momento de estar aqui com vocês, agradecer ao Presidente, ao Deputado Anderson e demais presentes; a minha camarada Lionilda, Presidente do Sintero, e em nome de todas as mulheres presentes, faço essa homenagem.

E eu gostaria de colocar para os senhores que no final de 2012 inicia-se uma grande tragédia na Educação com a retirada da vigilância física nas escolas. Sabemos que o vigilante estava ali para tomar conta do patrimônio, mas inibia, inibia que pessoas alheias ao nosso meio adentrassem a escola, certo?

O vigilante era uma pessoa que no dia dia fechava escola, abria escola, ligava a água, desligava, eram coisas que não era da alçada dele e ele fazia. Numa semana fomos chamados, eu digo com conhecimento, eu era Diretor de escola,

eu era diretor da Escola Eloisa Bentes Ramos, fiquei lá quatro anos, dormi na escola 4 meses só para provar que não precisava de ter ninguém com arma na escola, mas tivesse alguém olhando ali para o monitor que eu ia para a escola, eu não ia dormir, eu não ia para vigiar, eu ia para dormir. Mas na escola, um barulho diferente, você acorda e olha, está ali o cara pulando o muro e você ligava para a Polícia, certo?

Infelizmente, foi tomada essa decisão extremamente equivocada. Dizia-se na época que era para economizar, sobrar dinheiro para pagar melhor o servidor público. Eu pergunto, aonde foi essa economia? Para onde foi essa economia?

E outra coisa, foi uma atitude desumana, desumana, porque pais de famílias perderam o seu emprego em pleno final de ano. Não se brinca com seres humanos. Como é que o Estado quer crescer se em vez de gerar emprego ele demite? Não é isso? Tudo bem, o contrato era caro. Sabemos. Era caríssimo, porque existia ali 10% para um e para outro que a gente não pode acusar porque a gente não tem prova, mas era caríssimo, realmente. Mas nós demos a sugestão na época, "deixe a vigilância sábado, domingo, feriado e à noite", porque é no momento que a escola está sem ninguém e quem rouba nossas escolas? Nossos alunos. Infelizmente, nós temos o problema gravíssimo que se chama droga. A maldita da droga faz com que eles entrem a escola e levem o equipamento, troque, vende, etc., etc.

Então, nós vivemos desde 2012 essa tragédia. Falamos, eu era um dos diretores que divulgava e publicava todo arrombamento na escola, mas eu era, de certa forma, ameaçado para não divulgar porque era melhor deixar de baixo do tapete sem tomar conhecimento do que colocar em público.

Lamentamos muito essa atitude porque não houve um planejamento, na época a gente retirou a vigilância, não se planejou nada. A escola próxima às bocas de fumo; não se preparou, equipou a Polícia, porque você não pode culpar a Polícia, porque você aumentou o quê? O contingente de assaltos nas escolas. Ora, se a Polícia já não tinha um investimento necessário na Segurança Pública, como é que nós vamos culpar a Polícia?

Então é isso o que a gente precisa, é ser racional. Precisamos de segurança pública, precisamos investir na Polícia. Precisamos cuidar das nossas crianças, elas estão se drogando, estão elas mesmas, porque o sistema de monitoramento sozinho não resolve, se não tiver alguém olhando ali, não vai resolver, porque eles dentro das escolas, eles são inteligentes para isso. Olham onde está a câmera, olham onde está o sensor, olham onde está não sei o que, e de noite eles vão lá.

E o que nós estamos fazendo para recuperar essas pessoas? Certa vez eu recebi um convite do Deputado Anderson, lá na outra, antiga Assembleia Legislativa, a gente tratando sobre a indisciplina na escola, essas coisas todas. E eu falei o seguinte, vou repetir aqui e eu gostaria até que as pessoas compreendam o que eu quero dizer. Não existe lei que ampare, mas se nós queremos cuidar das crianças, se nós queremos ter um povo saudável, eu sugeri o seguinte: por que a gente não faz, no ato da matrícula, o pai, a mãe deveria apresentar no ato da matrícula o exame de sangue, fezes e urina e o toxicológico? Se a gente quer cuidar bem das crianças, porque não? Certo?

Então, veja bem, quando se retirou a questão da vigilância, era para se fazer uma economia...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua a sua fala, Joelson.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ – Certo. Então, que economia foi essa, se teve um prejuízo sem precedente.

Disseram que iam repor os equipamentos, eu fui diretor 04 anos na Escola Eloisa Bentes Ramos, eu tive uma reposição porque eu fui ao Ministério Público e denunciei porque roubaram a bomba do poço artesianano.

Então, eu acho que é razoável a discussão, é preciso que a gente chegue a um consenso, precisamos gerar emprego, não tirar emprego. Agora, é preciso realmente que a gente tenha as condições de que o Estado seja, a questão das despesas do Estado, mas é preciso, é necessário que se retome as vigilâncias nas escolas. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Na questão da economia, nós temos que perguntar para o bom velhinho, não é? O homem da cooperação que já foi; o que ele fez com esse dinheiro que foi tirado dos vigilantes das escolas.

Com a palavra, senhora Dioneida, Secretária Geral do Sintero, de três a cinco minutos. Colabore conosco todos, senão vamos sair daqui meia noite.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Boa tarde aos senhores e senhoras da Mesa; boa tarde ao plenário. Sou Dioneida Castoldi, professora do Estado de Rondônia por 27 anos.

Então, nós também podemos falar disso com muita tranquilidade. Estamos falando aqui hoje de três pontos: segurança nas escolas, concurso público, segurança pública, concurso público e também do que nós queremos para o nosso futuro.

Quando falamos de segurança nas escolas, não adianta colocar guardas armados, não adianta colocar grades, não adianta colocar cadeados, não adianta colocar câmeras de monitoramento. Por quê? Porque a escola é reflexo da sociedade. A escola tem dentro do seu pátio, dentro do quadro, alunos provenientes de uma sociedade que hoje está doente.

A única saída para recuperamos isso, é investir em educação. O país que não investe em educação, investe em presídios. Um país que não investe em educação, tem que construir hospital, tem que existir doença, que não tem nada, não tem planejamento.

Então, nesta tarde de hoje, eu acho que nós temos que nos debruçar em planejamento de uma política de segurança pública. Guarda na escola, na vai resolver. Os nossos alunos são frutos de uma sociedade que está aí, com dificuldades de ter vida em sociedade.

Queremos seguranças nas escolas? Queremos, necessitamos. Para isso, precisamos investir em políticas públicas de qualidade. Não adianta guarda nas escolas, é paliativo. E o nosso pensamento como professora, como servidora pública e hoje Secretária do Sintero é que a porta do serviço público é um concurso, a porta do serviço público só tem uma, chamada 'concurso'. Nós somos totalmente contra a qualquer situação de pessoas dentro do serviço público que não sejam através de um concurso. Esse é o nosso posicionamento como trabalhadora em educação e como sindicato também. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o senhor Francisco Fonseca, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia – SIDESP, por até cinco minutos.

O SR. FRANCISCO FONSECA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Anderson; boa tarde, Deputado Jair; boa tarde,

Secretário da Educação, em nome do qual, eu cumprimento a todos os professores e a todos os presentes.

Eu ouvi atento a algumas falas, eu preciso registrar aqui que o setor de segurança privada hoje. Ele tem 600 mil trabalhadores, e nós recolhemos hoje só para o Sistema S, quase R\$ 400 milhões, isso investido em segurança, investido em treinamento, em lazer.

Eu queria registrar aqui também que referente do que foi dito aqui também o setor de vigilância tem contratos. Esses contratos têm base em tabelas feitas pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, é está disponível para todos.

O empresário de setor de segurança quando emite uma nota, vou citar um exemplo, uma nota de R\$ 100 mil, ele já tem retido na fonte trinta e seis por determinação da CNJ, é retido 11% para o INSS; retido 5% para ISS; 4.8% para Imposto de Renda Pessoa Jurídica; 3%, para COFINS; 2.88% para contribuição social sobre o lucro líquido e mais 0.65% para PIS. Então, vejam o tamanho do recolhimento que é feito em cima do setor de serviços.

Agora, vamos falar também de segurança. Eu ouvi falar aqui de concurso, importante; falar de..., talvez não resolva o problema. Eu vou falar para vocês professores presentes que o Estado de Rondônia tem bons vigilantes, tem pessoas altamente qualificadas. Talvez a formatação da contratação precise de um ajuste, nós entendemos que sim. Mas eu posso falar para vocês com precisão, porque também trabalho, independente de ser Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Vice-Presidente da Federação Nacional da Região Norte, eu posso afirmar para vocês que trabalhando para a empresa que alguns Estados e países, ela tem até duzentos mil clientes de segurança eletrônica, ela por si só, ela não resolve o problema.

Em 2012, em uma Audiência no Ministério Público, eu falei que o Estado cometia um grande erro, por quê? O que foi dito aqui sobre as nossas crianças, a doença, isso é consequência. O vigilante faz segurança preventiva, e a segurança preventiva evita que se gaste depois com presídio, evita que o desgaste terrível, evita o custo excessivo, que é o custo psicológico do pai que não sabe o que fazer quando o filho é agredido. E para o professor isso é terrível. Eu imagino o quanto deve ser difícil o professor conviver com aluno, que ele sabe que se ele reclamar, ele pode ser retalhado depois. Todos conhecem os delinquentes e isso eu acho que não tem dúvida quanto a isso.

Eu respeito a cada um, respeito a todas as ideias, mas é preciso que aqui fique claro a importância que tem a segurança privada, o quanto ela contribui em impostos nos três níveis...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos garantir a fala do senhor Francisco.

O SR. FRANCISCO FONSECA – É importante que todos nós aqui tenhamos consciência do quanto o Estado precisa de recolhimento, mas eu acho que o principal, é saber que aquela época foram demitidos 2.400, quase 2.500 trabalhadores, muitos deles com idade superior a 42 anos, com escolaridade ainda muito baixa, e isso acabou gerando um problema social, problema econômico e que agora se pretende corrigir de alguma forma.

Eu sou a favor da recontração dos vigilantes para as escolas, sou a favor de que seja feito um projeto com a reformulação, inclusive com a participação de professores de

alunos e acadêmicos e de gestores, e hoje têm vários formados no Estado de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua a sua fala, Francisco.

O SR. FRANCISCO FONSECA – Só queria concluir deixando aqui a todos os vigilantes, a todos os presentes os meus agradecimentos por esta oportunidade; agradecer ao Deputado Jair pela luta, e ao Deputado Anderson pela luta com que eles têm travado em favor da sociedade rondoniense. Obrigado a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o Dr. Ernandes Segismundo, Advogado do Sindicato dos Vigilantes, até cinco minutos.

O SR. ERNANDES SEGISMUNDO - Boa tarde a todos.

Companheiros e companheiras aqui presentes, deputados que organizaram esta Sessão, todas as autoridades aqui presentes, trabalhadores. Eu estava me perguntando aqui o seguinte, senhor Presidente da Sessão: para que é que serve uma Audiência Pública? Em tese, serve para o Parlamento chamar a sociedade para discutir a solução de algum problema público que envolve o interesse público. Esse caso que foi chamado aqui para discussão hoje, foi objeto de um acórdão, de um pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, no processo nº3442/13, na categoria de Fiscalização de Atos, Contratos. Esse processo foi instaurado para apurar irregularidades na época do Governo Confúcio, 2012/2013, o Secretário de Educação era o Emerson Castro, quando tiraram os vigilantes das escolas e colocaram aquelas câmeras de vigilância. Então, o assunto era apuração de possíveis irregularidades na substituição de postos convencionais de vigilância por sistema de monitoramento eletrônico nas escolas da rede estadual de ensino.

E peço *vênia* aqui para os senhores, para eu ler a conclusão aqui, o item 01 do acórdão, que diz o seguinte: “considerar ilegais os atos apurados na fiscalização de atos e contratos relativos à substituição de postos de vigilância por monitoramento eletrônico, com utilização de recursos do Programa de Apoio Financeiro - PROAF, repassado às escolas estaduais de responsabilidade da senhora Isabel de Fátima Luz e Marionete Sana Assunção, Secretária e Secretária Adjunta da Educação, e ainda Emerson Silva Castro, ex-secretário de Educação”. E mais embaixo, no item 06, eu faço assim, um questionamento ao eminente Secretário Estadual de Educação aqui presente, sobre o item 06, eu quero ler este dispositivo, mas eu quero fazer uma pergunta, Deputado Anderson, para o eminente Secretário, se ele conhece essa decisão e quais foram as providências que a Seduc tomou a respeito desta determinação?

Então, o item 06 do referido acórdão: “Determinar ao atual Secretário de Estado da Educação, dentro do prazo de 120 dias efetue estudos acerca da viabilidade econômica e técnica, acerca da implantação da vigilância nas escolas estaduais, comprovando por ocasião da apresentação da prestação de contas deste exercício 2018, cuja competência para apreciação será do relator das referidas contas”.

Então, senhor Presidente, o fato é que aquela decisão administrativa do Governo Confúcio Moura de substituir a vigilância armada física por câmara de segurança não funcionou, nem aqui nem em Manaus, nem onde foi feita essa modificação.

Por quê? Porque aumentou muito o prejuízo material

para o Estado. Então foi uma economia de nada. E, aqui, nós temos que verificar o seguinte, já foi falado que a vigilância é patrimonial. No entanto, quando você tem um vigilante armado na escola, ele espanta maus elementos, como se falava na minha infância. Então, não é só o problema do material, patrimonial, é também a droga que está nas escolas. Aqui em Porto Velho, a maioria das escolas que tem muro alto, não tem grade, porque a grade facilita o mercado ilícito. Então eu acho que é fundamental a gente reavaliar essa questão junto com ele.

Eu faço a pergunta aqui para Secretário, e o retorno imediato dessa vigilância física, porque está demonstrado que não funcionou essa vigilância. O Diretor de Escola também tentou fazer isso, mas o Tribunal de Contas vetou. Vetou por quê? Porque não funcionou, senhores. A cidade de São Francisco nos Estados Unidos que é um país superdesenvolvido, desenvolveu um sistema de identificação facial. Saiu isso na imprensa há uma semana. Eles colocaram vigilância em toda cidade e faziam, procuravam pessoas que estavam sendo procuradas pela Justiça, etc. Investigava, na rua tem aquele programa de computador que a firma, tinha uma pessoa, já manda aquela imagem para uma Central identificar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dr. Ernandes, conclua.

O SR. ERNANDES SEGISMUNDO – E o Parlamento lá determinou a proibição disso. Por quê? Porque descobriram que era passivo de erros. Então, se o sistema não funciona por ser passivo de erros tem que ser substituído. Muito obrigado.

SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dr. Segismundo, o Secretário anotou aqui e na hora da fala ele vai lhe responder, com certeza. O Secretário é bem antenado.

Com a palavra, a senhora Rosa Negra, Secretária de Gêneros e Etnias do Sintero, por até 5 minutos.

Agradecer aqui a todos que têm cumprido com o horário, assim nós vamos poder avançar bem, para não sair daqui meia-noite.

SRA. ROSA NEGRA - Boa tarde a todas, e os homens sintam-se cumprimentados. Quero saudar a Mesa em nome do Deputado Anderson; e todas as minhas companheiras da Educação, em nome da Professora Lionilda Simão, sintam-se saudadas.

Discutir segurança nas escolas é louvável a ideia, mas nós estamos um pouco na contramão da história, nós estamos vivendo uma conjuntura adversa. Muito se foi falado aqui sobre nossos alunos adictos, usuários, que muitas vezes estão invadindo as escolas. Mas quando nós discutimos vícios, nós precisamos nos lembrar da segurança pública, da política de segurança pública de Estado. Nós estamos vivendo uma conjuntura onde se congela os repasses da Educação por 20 anos. Não tem como melhorar a Educação. Quando se congela serviços prioritários, como repasse para Educação, para Segurança Pública e Saúde nós estamos precarizando o Estado.

E é isso que está acontecendo em Rondônia.

As discussões, nós não somos contra a vigilância privada, não! Nós somos contra ao Estado fazer esse papel de contratar a vigilância privada quando o Estado poderia abrir concurso e formar seus trabalhadores. Nós somos contra, muito se foi falado aqui do dinheiro do Estado indo para o ralo. Quanto custa uma vigilância privada, um vigilante para o Estado? É só uma pergunta, quanto ele custa? Quanto custa um trabalhador

da Educação? São perguntas, nós precisamos avaliar. Não somos contra a contratação, acho que de todos têm que trabalhar e também fazer concurso. Abre-se concurso público, vamos todos fazer concurso público, não é verdade? Nós temos segurança no concurso.

Então, o que nós precisamos é de uma segurança pública de Estado com qualidade, implementar, dar condições para nossa Polícia trabalhar. Então, se o Estado não valoriza a Educação nós estamos fadados ao fracasso. Se os nossos meninos e meninas estão drogados nas ruas, o Estado está falhando. Quando nós temos uma Educação precarizada, nós temos alunos também precários dentro desse espaço.

A Escola Eloísa Bentes foi saqueada 23 vezes. Eu sou funcionária de lá. E por último colocaram fogo na escola, levaram todas as câmeras de vigilância que tinha na escola, 24 ar-condicionados. Quando nós fomos para escola, quando nós fomos para a Seduc dizer a situação da escola, que precisava de que o Governo colocasse realmente proteção na escola, nós ouvimos a seguinte fala: "é melhor repor os 24 ar-condicionados, os 12 computadores que foram roubados, os 10 notebooks, as câmeras todas do que colocar alguém lá dentro trabalhando", nós ouvimos essa fala.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua a sua fala.

A SRA. ROSA NEGRA - Então, nós precisamos entender o que é política pública de Estado e ela realmente ser implementada no Estado de Rondônia, para nós não estarmos aqui novamente discutindo as escolas depredadas do Estado. E não são só as escolas, porque dentro daquela escola estão os trabalhadores em educação e estão também nossos alunos, o entorno da escola é totalmente vulnerável. E aí, senhores, nós precisamos realmente discutir segurança pública no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu vou seguir aqui com duas pautas de Segurança Pública. São duas pessoas diretamente ligadas à Segurança Pública que fazem a Segurança Pública deste Estado. Vamos ouvir agora aqui ao Ilustríssimo Doutor Cícero Cavalcante, Delegado do 8º DP, nos relatar como é que está a questão de ocorrências, o que o senhor tem com a sua experiência e vivência para nos passar.

O SR. CÍCERO CAVALCANTE - Boa tarde a todos. Então, eu sou policial desde 2005, e quando havia vigilância nas escolas, o número de furtos e roubos nas escolas eram duas ocorrências por mês, com relação a cada zona de delegacia. Após a retirada dos vigilantes esse número aumentou significativamente, de 02 de para 15 ocorrências. Então, antes existiam duas ocorrências por mês e após a retirada dos vigilantes essas ocorrências passaram de 10 a 15 ocorrências por mês envolvendo furtos nas escolas. A presença do vigilante inibe não só o furto no período noturno, quando não tem ninguém na escola e também durante o dia e até durante a noite, quando eles estão trabalhando.

Então, assim, a Polícia Civil é de pleno acordo com a contratação dos vigilantes nos moldes legais. Com relação ao professor que foi citado, do veículo que foi queimado, essa ocorrência tramita na 8ª Delegacia de Polícia. Ela já está em fase de conclusão, a pessoa que colocou fogo no veículo é um aluno, ele já foi identificado e a gente está só aguardando o trâmite do inquérito para encaminhar para o Ministério Público.

O SR. JAIR MONTES (Presidente)- Obrigado, Dr. Cícero. Com a palavra a Capitã PM Michelly, que esteve aqui pela manhã e

agora retornando de novo, a Capitã PM Michelly da Silva Mendes, representando o Comando Geral da Polícia Militar.

A SRA. MICHELLY DA SILVA MENDES - Boa tarde a todos. Primeiramente cumprimentar a Mesa, Excelentíssimo Deputado Jair Montes e cumprimentar também aqui a todos. Primeiramente eu vou falar da Constituição Federal, artigo 144, que fala que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Então, esta Audiência Pública aqui é para segurança pública, responsabilidade de todos aqui, todos aqui temos que falar de segurança pública.

Então, parabenizar aqui os proponentes por esta Audiência Pública, que estamos falando sobre segurança pública, responsabilidade de todos, responsabilidade minha, responsabilidade dos professores, responsabilidade dos diretores, dos alunos. Cadê os pais que têm que estarem presentes aqui? O Conselho Tutelar também.

Então, falando mais sobre a questão da segurança pública, existe uma diferença muito grande entre o trabalho da Polícia Militar e o trabalho da escola. Vou falar um pouquinho do trabalho da Polícia Militar, é o policiamento ostensivo, é o policiamento preventivo no entorno da escola. Nós só adentramos a escola quando o Diretor precisa e ele solicita a Polícia Militar. Eu já trabalhei em escola e como mestrandia em Educação, Políticas Públicas, falo que eu só entro numa sala quando um professor autoriza minha entrada, senão eu não entro.

O que eu posso propor? Propor que façamos um Conselho, um conselho comunitário, um conselho de segurança que fale sobre a questão da segurança pública nas escolas, fale sobre políticas públicas, políticas educacionais para a gente prevenir. Vamos trabalhar com a prevenção. E chamar a todos, chamar o Conselho Tutelar, chamar a Unir, chamar o IFRO, chamar os diretores de escolas, os deputados todos para participarem desse conselho. A Polícia Militar hoje, como um todo, trabalha com planejamento operacional referente à segurança nas escolas.

Então, posso informar a todos que existe um planejamento de policiamento na área do 1º, na área do 5º em que esses batalhões fazem um policiamento comunitário, um policiamento de aproximação. Eu posso dizer que da Escola Osvaldo Piana, São Sebastião, Major Guapindaia, a Polícia Militar juntamente com os diretores dessas escolas fazem um trabalho de prevenção, fazem palestras sobre atos infracionais, sobre *bullying* e também ressaltar aqui o trabalho do Proerd que vem falando sobre a questão da droga. Vamos trazer esses atores sociais para falar sobre segurança pública.

E já para terminar, finalizo que eu estou anotando algumas escolas como Paulo Leal, que a Cooperativa AMUR informou, algumas escolas e levar ao Comando da Corporação a essas escolas que estão com problemas críticos nisso. E agradeço a todos e dizer que a Polícia Militar tem trabalhado, hoje existe um planejamento tático que está levantando essas informações, puxando esses dados, fazendo esse diagnóstico para trabalhar a questão da segurança pública. Agradeço a todos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu vou, enquanto o Edmilso Dourado vem fazer a fala, o Deputado Anderson pediu um aparte.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Então, pessoal, o objetivo principal desta Audiência, eu sei que o tema é muito abrangente, falar de segurança nas escolas, falar de segurança

pública. É uma discussão bem acalorada, mas o objetivo principal desta Audiência, que foi a preocupação minha e do Deputado Jair Montes, são medidas emergenciais. Em nenhum momento, em nenhuma fala minha, nem na Comissão de Segurança eu disse que a vigilância dentro das escolas resolveria a segurança pública dentro das escolas, que eu sei que não resolve.

Segurança pública é um conjunto e nós sabemos que o Sintero falou sobre concurso, eu também defendo que tem que ter não só na área da Educação, mas a Polícia Civil mesmo não tem mais efetivo, acabou. A Polícia Civil está sucateada. A Polícia Militar não é diferente, pela quantidade populacional de Rondônia. Se fizer um cálculo você vai ver que não é proporcional, mas qual o objetivo principal? O planejamento que o Governo está fazendo e quais as medidas emergenciais e daqui um pouco o nosso Secretário de Educação vai falar, que é o gestor principal da pasta das escolas do Estado. O que não pode é continuar o que está acontecendo, a gente, deputado, tendo que mandar Emenda para comprar o que foi roubado.

A gente precisa de medidas emergenciais e a minha opinião é que com o retorno dos vigilantes, o fortalecimento da Patrulha Escolar, a atuação de prevenção da Polícia Civil com a investigação, a gente vai inibir, porque a gente vai começar a punir quem está lá fazendo vandalismo, quem está roubando, quem está saqueando, quem está ferindo nossos filhos que estão dentro da escola. Então, o que nós precisamos hoje é sair daqui com medidas emergenciais. Vai resolver? Não. São paliativos. Mas vai resolver momentaneamente para que o Governo tenha tempo de fazer uma gestão com mais longo prazo e assim todos nós termos a segurança pública que a gente merece e que a Constituição estabelece. Como bem disse a Capitã, segurança pública é para todos, é dever do Estado e é dever de cada um e é dever também dos vigilantes que fazem parte da empresa que é regulamentada, inclusive, pela Polícia Federal.

Então, essa é a minha fala que eu queria fazer com relação a esse debate, as medidas emergenciais, que nós precisamos adotar como Estado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns Deputado Anderson. Com a palavra Edimilso Dorado, por 3 minutos, pediu 2, vamos dar 3.

O SR. EDIMILSON DORADO – Olá, boa tarde a todos. Eu vou ser bem breve, Deputado Jair, só tirar uma dúvida aqui com a Professora Rosa Negra. Em seu nome, Deputado Jair Montes, cumprimento toda a Mesa; em nome do meu amigo, o nobre Paulo Tico, cumprimento a todos os amigos vigilantes aí presentes; em nome do meu amigo jornalista eu cumprimento todos os jornalistas aqui da Assembleia Legislativa.

Então assim, trabalhei na empresa Rocha Segurança por 8 anos como fiscal; trabalhei 7 anos na Escola Eloisa Bentes.

Passava lá, olha só, 7 anos trabalhando numa empresa de segurança, nunca houve um índice de furto de roubo na escola. Saíram as empresas de segurança das escolas estaduais, 23 furtos. Será se os seguranças não faziam a segurança do patrimônio público? Olha só a diferença, é uma diferença grande. Valorização, vocês precisam da valorização de vocês como professores. Hoje, não trabalho mais na vigilância, mas sim defendendo a causa porque foi de lá que eu saí, foi do berço. Então hoje, eu sei que vocês querem concurso público, valorização sim, mas precisamos também fortalecer a fomentação dos pais de famílias que estão

desempregados, os pais de famílias. São 2.500 pais de famílias que hoje têm muitos aqui que não podem estar nesta Audiência Pública aqui porque estão trabalhando, estão trabalhando.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos garantir a palavra do Sr. Edimilso.

O SR. EDIMILSON DORADO - Eu sei, calma, é só um debate, gente! Só para vocês verem a importância do vigilante na segurança. Trabalho também, eu sou Promotor de Evento hoje, eu sou Vice-Presidente do Arraial Flor de Cacto, lá passa quase 150 mil famílias. Então a gente tem uma segurança, tem os nossos bombeiros civis, trabalho bem próximo ali da Escola Capitão Cláudio, onde aconteceram vários furtos até mesmo de aluno ser preso lá, com a arma...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a palavra do Edimilso.

O SR. EDIMILSON DORADO – Aí, vocês professores, vocês não querem a segurança, mas vocês correm grande risco também, isso é muito difícil para vocês. Então é só isso gente, aqui nós estamos para defender os pais de famílias, fomentar renda, crescer o nosso Estado, crescer o nosso município.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua sua fala.

O SR. EDIMILSON DORADO – Pois é, Deputado Jair, é só isso mesmo, está bom, gente? Muito obrigado pela oportunidade, era só essa dúvida.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra, a senhora Judith dos Santos, representando o Conselho Municipal de Educação.

Pessoal, vamos garantir a palavra, pessoal vamos garantir a palavra, aqui somos todos racionais, educados, não é isso? Vamos garantir a palavra da Professora Judith.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Primeiramente falo aqui, estou aqui neste ato representando o Conselho Municipal de Educação, mas falo como Conselheira sim, do Conselho Municipal, como Sindicalista na Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sintero, como Professora da rede estadual de ensino e da rede municipal de ensino, também como mãe de aluno da escola pública, assim como quase todos vocês que estão aqui, tenho certeza, são a maioria que foi convocada, que foi chamado ou convidado para esta Audiência, trabalhadores em vigilância, também pais e mães de famílias e eu sei que o maior interesse de vocês aqui, é sim, e não reprovou, é sim o desejo e a busca pelos postos de trabalho de vocês, não é isso?

Quero cumprimentar na pessoa da Professora Lionilda, todos os trabalhadores em educação presentes; na pessoa do Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes, cumprimentar todos os vigilantes presentes e na pessoa da Glaucia Negreiros, cumprimentar todos os outros aqui presentes, inclusive a Mesa.

Eu gostaria de começar também dizendo que houve falha na divulgação desta Audiência Pública, porque não houve divulgação desta Audiência. Aqui estão, como falei, pais e mães, e eu sou uma, mas esta Audiência não foi divulgada para os demais profissionais em educação e também para quem compõe a comunidade escolar, os pais, os alunos, o Conselho

Tutelar, o Ministério Público, o Tribunal de Contas. Porque uma Audiência Pública não envolve só o meu interesse enquanto particular, mas ela envolve o interesse enquanto interesse público de todos os agentes, certo? Quando nas falas anteriores a minha, falavam em concurso público, minhas colegas falavam, e aqui a gente não está num embate entre trabalhadores em educação e trabalhadores em vigilância, e quando a gente fala em concurso público, a gente está defendendo o direito de vocês de não serem explorados por uma empresa que, por exemplo, custa para o Estado R\$ 6 mil e para vocês, enquanto trabalhadores na ponta, que fazem a vigilância, que também correm risco; recebem no máximo R\$ 2 mil e muitas vezes até salários atrasados.

Nós queremos garantir aqui que vocês tenham postos de trabalho e garantia de direito trabalhista, onde não é por conta de briga política que vocês vão perder o emprego de vocês e no contrato de trabalho terceirizado, é isso que acontece. Então, nós enquanto Sindicato, nós não somos contra os vigilantes, nós não somos contra vigilância na escola e essa discussão tem que ser mais ampla do que isso aqui. Parabéns, ela pode partir daqui, mas quando foram aquelas demissões? Foram em 2012 ou 2013, e olha quando estamos fazendo uma Audiência. Quanta coisa poderia ter mudado e melhorado em 06, 07 anos? Quantas propostas poderiam ter surgido e a maioria de vocês já estarem nos seus postos de trabalho. Então, eu acho que o mais importante aqui, é essa garantia de que vocês não serão usados novamente por um lado da questão política e mais tarde, mudando esse viés, essa conjuntura, vocês estejam novamente na rua.

Quando ao concurso público, a gente não está pensando em concurso público, a gente não está pedindo concurso público para nós. Nós estamos falando que a solução para que a escola tenha vigilantes é que o Governo do Estado busque parceria com o Sindicato dos Vigilantes, em parceria com o Sindicato da Educação e parceria com comunidades em discussão de verdade com quem interessa essa segurança, que é a todos, a gente encontre uma solução, por exemplo, incluir lá na carreira da Segurança Pública, os vigilantes que possam ser lotados lá nos postos de trabalho das escolas. Aí vocês jamais serão demitidos da forma que foram.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Conclua a fala, professora.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS - Nós não somos contra o contrato de vigilante não. Outra coisa, a segurança dentro da escola não garante para mim enquanto professora, para o meu filho, enquanto aluno que sai da escola, ele vai ter essa segurança lá dentro, mas isso vai além, a gente precisa ter segurança no entorno, como disse a policial ali, eu esqueci o nome dela.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Capitã Michelly.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS – Como disse a Capitã, vai além, a gente não tem segurança nas nossas casas, a gente não tem segurança quando está indo numa praça, a gente não tem segurança no caminho do trabalho para casa. Então, não estamos num embate, professor e vigilante, a gente precisa trabalhar é unido, pensar uma solução. Eu sei que o momento agora de vocês, é a promessa de um emprego imediato, de um trabalho agora, porque eu sei que todo mundo precisa comer hoje, não dá para esperar para comer a semana que vem não e a gente para comer precisa trabalhar e precisa do salário no final do mês.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua a sua fala, professora.

A SRA. JUDITH DOS SANTOS – Mesmo, mesmo que daqui saia esse encaminhamento de fazer contratos de empresas, contratos milionários e onde aponta que é o vigilante que vai lá para escola, que vai lá o posto de trabalho também não seja garantido, a gente precisa realmente fazer uma discussão tão séria de como resolver o problema da segurança pública para o público, que seja para todos nós. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Professora Judith, para o seu conhecimento, a Assembleia, através do nosso Requerimento, meu e do Deputado Anderson, todos os atores foram sim convidados, infelizmente não compareceram. O Ministério Público Estadual Dr. Airton, Dr. Osvaldo; Tribunal de Contas, Edilson e Valdivino; Tribunal de Justiça, Desembargador Walter Waltenberg; Tribunal de Justiça, Dr. Renato, e outros advogados, e, assim sucessivamente.

Vamos continuar. Com a palavra o Senhor Daniel da Silva, de três a cinco minutos, vamos ser breves. Nós já estamos chegando já quase na fala do Secretário, o qual, nós queremos ouvir muito qual o planejamento do Governo do Estado para essa questão.

O SR. DANIEL DA SILVA – Quero saudar a todos aí. Como Presidente da Comissão de Vigilantes, a gente conseguiu marcar aí nesta Casa, a outra Assembleia, uma Audiência Civil Pública aqui nesta Casa, para tratar da insegurança nos colégios. Eu vejo aqui muita gente falando que critica a vigilância e tudo, mas, ninguém trouxe uma solução até hoje.

Há mais de seis anos aí que está essa situação nos colégios, ninguém trouxe a solução.

Nós estamos tentando amenizar aqui a situação da insegurança nos colégios, por quê? Ninguém pode falar aqui que o Governo pode oferecer 100% de segurança. Está longe de isso acontecer. Então, enquanto isso não acontece, as autoridades que têm aqui, tem que resolver o problema da insegurança nos colégios. Ninguém pode ficar discutindo “a” ou “b” aqui. Tem é que resolver, porque já está há mais seis anos os colégios sendo saqueados, e quando a pessoa fala aqui que o vigilante não defende pessoas, o vigilante defende pessoas sim. O professor pode ser agredido, pode ser esfaqueado pelo próprio aluno que está ali dentro do colégio.

Então, o vigilante protege o patrimônio e protege o aluno e protege o professor também.

Então, assim, hoje a gente acredita que isso aqui vai ser amenizado porque já está há mais de seis anos que os colégios estão sendo saqueados. Tem colégio aí que não tem aula até hoje, a instalação foi toda queimada. Tem conhecido meu que está sem estudar até hoje. Então, não adianta a gente aqui discutir, que o governo tem que dar 100% de segurança para a população, porque isso está longe de acontecer. Esse problema da insegurança nos colégios tem que ser resolvido, pelo menos para amenizar.

Então, as minhas palavras terminam assim porque, eu não vou falar muita coisa porque têm outras pessoas para falar.

Então, não adianta discutir 100% de segurança, que isso está difícil de acontecer. Os deputados têm que debater aqui e resolver a segurança dos colégios.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o senhor Elenilson Lobato, Conselheiro Tutelar do Município de Porto Velho.

O SR. ELENILSON LOBATO – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Anderson, já estive na nossa comunidade, cumprimento toda a Mesa, a comunidade, todos os presentes em nome do Deputado Jair Montes.

Bom pessoal, eu sou Conselheiro Tutelar, trabalho no 1º Conselho, infelizmente a gente não recebeu o convite, mesmo estando de férias. Eu estou aqui mesmo, porque eu fui quinze anos vigilantes, trabalhei na empresa que o seu Francisco era gestor, pedi as contas para ir para o Conselho. Então, é importante estar presente numa Audiência dessas, todas as autoridades MP, Conselho Tutelar, alguns professores que estão aqui, algumas autoridades. Informar que nós tivemos algumas denúncias de algumas escolas, a gente foi até o local, eu e outra Conselheira, chegamos lá, o pai do aluno denunciou que estava doze dias sem aula. Inaceitável, não é? Mas por quê? Quando eu cheguei lá tinha documento encaminhado para o Secretário que está ali, e doze dias, não tinham resolvido o problema. O que era? Fiação. Roubaram a fiação. Então, vão esperar doze dias, a Secretária resolver o problema da fiação? Então, através dessa denúncia, muitos pais perguntam, "cadê os vigilantes? Cadê o vigilante para fazer a segurança ali", porque a escola está ali, eles levam tudo, câmera se leva. Então, precisa de pessoas profissionais para trabalhar, e o desemprego que ficou de lá para cá também.

Então, assim, no Flora do mesmo jeito, recebemos uma denúncia no Flora que levaram a fiação toda e também não estava tendo aula naquela localidade. Nós encaminhamos um documento para a Secretaria, a Secretária deve ter recebido, do Conselho Tutelar, e até agora, nós não tivemos respostas.

Então, é inaceitável aluno ficar sem estudar. Até o momento era duas semanas, não sei se já passou, por causa de fiação, porque não tem um vigilante. Eu tenho certeza se tivesse um vigilante ali, não tinham furtado, se furtasse seria mais difícil. Porque quando tiraram os vigilantes das escolas, o aumento de furto aumentou, o aumento de furto aumentou vocês podem ver o prejuízo que dá hoje para o Estado, desses profissionais, além de ficarem desempregados, eles também faziam uma boa segurança.

Então, assim, toda denúncia de escola, vai para o Conselho, a gente pode passar depois para as autoridades presentes, Deputado Anderson, Deputado Jair, nós temos todo esse levantamento de denúncia, de documento protocolado lá na Secretaria do Estado, desses furtos, e das denúncias também. Porque quando o aluno denuncia ou o pai, ele não fala o que é, e a gente vai atestar, chega lá é um roubo que aconteceu, aí tem que fechar a escola.

Então, acho que o Estado aqui, é um Estado rico e a gente fica muito triste, ficar duas semanas sem poder ter aula.

Então, o Conselho Tutelar sempre age, ele faz a parte dele. Ele apenas requisita serviços, mas precisa das autoridades. Precisa da rede, precisa da Segurança Pública que está aqui.

A Capitã representando a Polícia Militar, os deputados, então precisa de todo mundo. Que foi como a professora falou, a Segurança Pública começa das autoridades e vai até o pai do aluno. E falou também...

SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua sua fala.

O SR. ELENILSON LOBATO - E falou também, falou mais uma coisa também, a Audiência aqui foi feita para discutir segurança pública, vigilantes. Concurso público vem depois, quando for ter outra Audiência. Então vamos respeitar daqui para frente, o que passou, passou, e vamos tratar de vigilância, está certo?

SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o senhor Agenor Fernandes de Souza, representando o Conselho Estadual de Educação. Estamos acabando, viu?

O SR. AGENOR FERNANDES DE SOUZA - Eu vou pedir permissão para me manter sentado. Boa tarde a todos. Em nome dos deputados proponentes desta Audiência Pública, eu cumprimento os demais Membros da Mesa. E dizer para os deputados proponentes e para todo o público presente, que é importante a nossa Educação estar presente nesta discussão tão importante para os nossos alunos.

O Conselho Estadual de Educação é um órgão normativo e deliberativo, que trabalha em realizações educacionais. Não compete legalmente ao Conselho intervir nestas ações, que eu considero como um ato administrativo do Governo do Estado.

Essa questão administrativa é um ato que foi realizado, e que pode ser revisto. Mas quem vai ter que decidir se vai haver a revisão desse ato é o próprio Governo, analisando o impacto que causará na Folha de Pagamento, a importância dos prejuízos causados pela ausência dos vigilantes, e assim sucessivamente.

Eu vou propor, não sei se aqui nós temos, além da minha pessoa, tem também a Conselheira Julice e o ex-conselheiro, atual Secretário de Educação, o Professor Suamy. A Educação tem buscado soluções para o fomento e a qualidade da educação no País através do pacto, Pacto pela Educação, tem sido chamado o Regime de Colaboração. E, quem sabe, a Assembleia consiga propor o Regime de Colaboração para a Segurança Pública, não apenas para resolver o problema de um posto de trabalho dentro da escola. Eu creio que o Pacto pela Segurança Pública seja o caminho viável e legal. Isso, se não resolver, pelo menos amenizaria, com certeza, os problemas causados pela ausência dos vigilantes.

E eu não vejo os vigilantes ficarem fora dessa questão do pacto. Pode ser analisado e viabilizado que eles façam parte desse pacto cooperativo, no caso pacto de cooperação.

Então o Conselho não vai se manifestar favorável a "a" e nem a "b" porque nós não temos amparo legal para isso.

Porém, a sugestão quem está dando sou eu, como Membro do Conselho. Eu espero que seja algo que possa contribuir para a solução desse problema causado com as demissões dos vigilantes e, principalmente, com os prejuízos causados às escolas do Estado de Rondônia e aos próprios cofres públicos no modo geral. É isso que eu tenho a dizer. E agradecer a todos pela presença.

SR. JAIR MONTES (Presidente) – Nós temos mais cinco que estão inscritos. Temos, então, a senhora Maria da Conceição, pelo prazo até de 03 a 05 minutos.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO - Boa tarde. Agradecer todo o pessoal aqui da Mesa, a todos os convidados, a maioria aqui. Tem alguém lá do município onde eu morava; aqui tem meu irmão, minha irmã, meu filho que é vigilante.

Eu sou esposa de militar a 31 anos, e venho falar aqui.

As companheiras falaram ali de política pública, segurança pública, eu acho que é para outra ocasião. Agora, o Governo já fez isso com o Policial Militar. A maioria das pessoas pensa que policial militar se aposenta. Não se aposentam eles vão para Reserva. O que é a Reserva? A Reserva, o meu marido hoje tem 54 anos, o Governo do Estado ele já chamou as pessoas, uma tarefa, no caso meu marido que está na Reserva voltar a trabalhar, fazer segurança nas escolas, em outro órgão público. Mas digo para vocês que não é a solução. Por quê? O

meu marido, com 54 anos, ele não vai, não vai ter o mesmo fôlego que tem um vigilante com 34 anos, gente. E outra, vai sair mais barato para o Governo? Sim. Mas vai tomar a vaga de uma pessoa que está precisando. O meu marido não. É concursado, já está na Reserva, já tem o emprego dele. Então ele vai permanecer, no caso, ele vai ganhar, acho que 20%, não é Capitã? É 20% que o Governo propõe para quem está na Reserva voltar para Força-Tarefa? 20%, não é? Então vai dar o quê? Três mil e pouco, o meu marido vai ganhar a mais do que ele já ganha, que hoje meu marido é policial militar, já passou para o quadro Federal, então ganha bem mais.

Então eu vou tirar a vaga de um pai de família que tem 34 anos, 38 anos para colocar o meu marido de 54, já ganhando o suficiente para sustentar minha família? Não posso! Tenho que ser justa! Vamos ter sim uma, que nem a Capitã falou, a Educação, a Segurança a Saúde é um dever do Governo do Estado. Só que hoje não está se tratando disso. Nós estamos tratando de segurança emergencial, no caso a vigilância de empresa privada, não é funcionário público. Também pode estar havendo igual foi falado aqui, pode sim haver um convênio mais para frente e se demorou tanto tempo aí 07 ou 06 anos, que nem falaram, mas graças a Deus houve dois agora que apareceram agora e, de imediato, entraram e estão nesta luta de emergência, gente.

Aqui não é o caso de discutir o que as colegas falaram agora pouco não, é emergencial! Emergencial! O caso que nós estamos falando aqui é para agora! E demorou 07 anos por que não teve nenhum deputado que tivesse a força e a coragem para ir de imediato a favor desses pais de família. É isso. Então há que se discutir muito sobre segurança pública sim, mas este não é o dia de se discutir segurança pública não. Hoje é o dia de discutir sobre a segurança emergencial nas escolas, nas escolas.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, dona Maria.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO - Eu digo isso porque sou esposa de militar e estou aqui para defender e agradecer a todos, inclusive aos dois nobres deputados que tiveram a coragem e demorou-se esse tempo porque na havia eles dois.

Meu muito obrigado e agradeço a presença de todos, meus amigos gestores ali, minha irmã vigilante, meu irmão e todos vocês e a Capitã aqui, que é com muito orgulho que faço parte desta família. Obrigada.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Dona Maria, o seu esposo de 54 anos agradece. Está aposentado já. Com a palavra para encerrar aqui os nossos amigos da plateia o Padre Juquinha, Paróquia São João Bosco, Comissão Justiça e Paz, Pastoral Carcerária Arquidiocese de Porto Velho. Padre, até cinco minutos.

O SR. PADRE JUQUINHA - Boa tarde para todos e todas e na pessoa aqui do Dr. Hélio, um grande amigo, a gente saúda a todos. E a nossa palavra aqui é breve. A Nossa Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, precisa ressaltar aqui dois pontos muito importantes. Há necessidade Educação, pois sem Educação nós não chegamos a lugar nenhum, conforme falava muito bem o Paulo Freire: ninguém educa ninguém, a gente educa coletivamente. Então, é com a comunidade, é com o povo junto que nós educamos.

E, diante disto, eu gostaria de trazer uma proposta aqui, com um trabalho que nós iniciamos na zona leste há mais de 10 anos. Tem o Cláudio ali que faz parte desse trabalho lá, é a

restaurar novamente os conselhos comunitários de Segurança Pública, conforme a Capitã aqui já ressaltou. Pois através do Conselho é que nós vamos realmente encaminhar esses problemas. Porque a segurança não é só coisa da Polícia. A Polícia é membro e faz parte, mas a comunidade tem que ter também o seu envolvimento.

Então, para isso, nós da Comissão Justiça e Paz, desde quando nós fomos convidados a ir lá à zona leste, na Escola Jorge Teixeira, onde já relatou aqui mais de 20 assaltos, nós já tivemos lá várias reuniões, inclusive, semana passada lá na escola e agora, dia 13 de junho nós vamos fazer Audiência Pública lá para debater justamente esse tema, a segurança pública nas escolas na zona leste e aqui também a gente ressalta essa necessidade.

Para a gente criar políticas públicas para resolver o problema da Educação, pois sem políticas públicas não vai chegar a lugar nenhum, conforme já tinha dito. Porque sem a Educação nós vamos chegar onde? Nós chegar aos presídios, eu falo que moro mais no presídio do que igreja, porque trabalho com a população carcerária. E se a gente fosse hoje ao presídio, conforme amanhã, se Deus quiser, nós vamos estar lá no Ênio Pinheiro, celebrando lá com os companheiros lá. A gente vê porque a pessoa está lá, porque não tem oportunidade.

Então nós temos que combater. Não é ter mais Polícia, mas, como fala o pessoal, é através de envolver a comunidade e as pessoas, é combater as desigualdades sociais, é isso que nós tínhamos que fazer. É dar oportunidade das pessoas terem trabalho, de ter uma casa, de ter educação, ter condições de cuidar da sua família, aí sim nós vamos ter uma sociedade justa, uma sociedade fraterna.

Então, a nossa proposta aqui é justamente nós, já reiniciamos esse trabalho dos conselhos comunitários, o CONSEG 16 da zona leste. Ele já está restaurado novamente, se eu saio, não vou ficar na Audiência Pública, porque agora, às 19 horas, nós temos uma reunião lá no 13, onde semana retrasada teve uma morte lá, a Comissão de Justiça e Paz com o Conselho vai estar fazendo uma reunião com a comunidade, porque lá também todo dia está tendo assalto, está tendo roubo, está tendo morte.

Então a nossa função é essa de debater com a comunidade, com o Conselho junto e a Campanha da Fraternidade 2006 da Igreja Católica falou da necessidade, o tema foi Segurança Pública. E aqui, quando nós ainda trabalhávamos, igual àquela época, nós tivemos um grande debate com a Dra. Angelina, que fazia parte do Comando, com várias formações, nós organizamos a Polícia Comunitária, que é também um apoio que a gente não pode abrir mão da presença da Polícia Comunitária que está lá não para punir, mas para ouvir as comunidades. E aqui nós gostaríamos fazer justiça com o grande policial Vilela que muito ajudou a zona leste. Quando o Conselho lá estava ativado, tinham roubos, mas não eram tantos que tinham, porque a comunidade estava presente, as igrejas estavam envolvidas, não só a Igreja Católica, mas as Igrejas Evangélicas. Era um trabalho comunitário.

Então, nós esperamos que através desta Audiência aqui, que a gente possa tirar esse encaminhamento de a gente restaurar novamente os conselhos de segurança pública como o primeiro momento para encaminhar os problemas da segurança do nosso Estado e as outras coisas a gente vai pensando aí depois.

O que eu ressalto aqui é a importância dos conselhos comunitários que soubesse investir em políticas públicas, para

que assim a segurança seja uma prioridade, conforme foi muito bem falado pela Capitã, que é um direito do cidadão, mas também tem que ter o seu envolvimento. E como é que uma pessoa se envolve? Através do Conselho, através...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Conclua, Padre Juquinha.

O SR. PADRE JUQUINHA – Desde já o nosso muito obrigado e parabênzo aqui os Deputados Anderson e Jair Montes por esta iniciativa e aquilo que precisar da Igreja, da Comissão Justiça e Paz e da Pastoral Carcerária, estamos às ordens. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Padre, também pelo seu envolvimento. É muito importante a Igreja se envolver também nessas questões de segurança.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - Sesdec.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA – Vou pedir licença para os deputados para ficar aqui mesmo. Padre Juquinha querido, é um prazer falar contigo, um grande parceiro de trabalho na Delegacia de Assuntos Penitenciários. Cumprimento aqui a Mesa, cumprimento os Deputados pelo trabalho que têm feito, Deputado Jair Montes, Deputado Anderson; cumprimento meu querido amigo Suamy, Secretário da Educação que faz um grande trabalho, eu tenho acompanhado; querida amiga Capitã Michelly, na pessoa de quem eu cumprimento todos os policiais militares, tem feito um trabalho maravilhoso, sou prova disso. Meu querido amigo aqui, Cícero, Delegado do 8º DP, cumprimento toda Polícia Civil; Delegado Tadeu que está aqui também presente; na pessoa da Lionilda Simão, Presidente do Sintero, cumprimento todos os profissionais da educação; também na pessoa do Paulo Tico, cumprimento todos os vigilantes e familiares e todas as pessoas que estão aqui se sintam cumprimentadas.

Eu gostaria de dizer que o foco aqui me parece que é a segurança nas escolas e, claro, aqui é o lugar, na Casa do Povo há de se discutir pensamentos diferentes, divergências.

É bom isso, é tão bom porque cada um tem uma ideia, cada um traz e essas ideias juntas formam a possibilidade da melhoria.

Penso que o Direito Penal, a Polícia é o último recurso e o problema que todo mundo, hoje, parece que tudo se volta para a Polícia. Mas a minha irmã é professora e por isso eu amo, Rosa, eu amo educação. Minha irmã é professora há mais de 23 anos e esse tempo todo em escola pública. Eu estudei em escola pública toda minha vida, por que eu comecei em escola pública e terminei na Unir minha faculdade de Direito e terminei meu terceiro ano no Orlando Freire, maravilhoso, escola maravilhosa. Na época não se falava nessas coisas, porque quando eu cometia algum tipo de coisa errada na escola, chamavam a minha mãe, minha mãe falava assim: “se o diretor me chamar na escola, você vai chegar em casa, você vai levar uma peia e ficar de castigo”. Eu já não era, na época, eu hoje sou magro, na época, vocês imaginam como que era a situação. Então, eu tinha medo e me comportava bem.

Minha irmã falou que há tempos, há pouco tempo, o aluno cometia algum tipo de coisa errada na escola, chamava a mãe e o pai e a mãe e o pai iam e defendiam o aluno. Agora, ela chama e ninguém vai e ninguém sabe quem são os pais e quando vão, agridem aos professores e tudo isso.

Então, nós vimos que a sociedade está com problema, aí a família tem que ser chamada, e os grupos organizados

têm que ser chamados, a Igreja tem que ser chamada, mas evidentemente que a Segurança Pública não pode ser esquecida. Mas eu digo, a Segurança Pública está fazendo a sua parte. E a Secretaria de Educação está fazendo a sua parte porque nós estamos trabalhando em parceria, como o Professor Suamy vai dizer, desde o começo desse Governo. Lembrando, nós estamos há pouco tempo, chegamos há pouco tempo e a gente não pode solucionar algo que vem sendo problema há vários anos. Nós estamos com a batata, evidentemente, ela está quente, está queimando e nós temos que agir. É verdade. Mas nós recebemos agora essa batata e não vamos deixá-la esfriar.

Quero parabenizar o Professor Suamy porque desde o começo ele me chamou lá, chamou a Sesdec, chamou a Polícia Civil, a Polícia Militar para fazer o trabalho que tem feito e tem procurado fazer o melhor possível. A Sesdec está à disposição de todos para servir, é o meu papel. E agradeço aos deputados, agradeço por esta oportunidade de poder falar. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns, Secretário. O senhor tem um jeitão de Padre também, parece até o Padre Juquinha, até falando tranquilo, parabéns.

Nós deixamos aqui os dois atores o Presidente do Sindicato dos Vigilantes, senhor Paulo Tico, que agora vai fazer uso da palavra e por último o nosso Secretário Professor Suamy.

O Professor Suamy também está estreando na vida pública, não é, professor? Principalmente Secretário de Estado, não é? Sempre foi de sala de aula, sempre esteve envolvido na Educação, direção de escola, agora está diretamente.

Então, a gente vai ouvir aqui o Presidente do Sindicato, o senhor Paulo Tico e logo em seguida o nosso Secretário de Estado da Educação, o Secretário Sr. Suamy Vivecananda. Oh, nome difícil! Vivecananda Lacerda de Abreu.

O SR. PAULO TICO - Boa tarde a todos. Eu queria em nome dos Deputados Anderson e Jair Montes, agradecer a presença de todos. É bom a gente falar por último, deputado, porque nós já ficamos contemplados na maioria das falas que já foi falado aqui por todos que fizeram o uso da palavra.

Eu acho que eu vou ter só 5 minutos, não é, Deputado Jair? O senhor sabe que eu falo pouco, não é? Meu tempo é 5 minutos? Você não falou o tempo, é só 5 minutos?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Também 5 minutos, tem que ser rápido.

O SR. PAULO TICO – Então está, então vamos correr aqui.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Está perdendo tempo já.

O SR. PAULO TICO – Gente, essa questão nós já vínhamos debatendo, nós fomos massacrados lá em 2012 com a retirada dos trabalhadores da vigilância nas escolas do Estado.

Então, não tem como explicar tudo aqui, eu vou passar alguns pontos que eu acho que a gente vai sair daqui, com certeza, com um pensamento positivo para resolver, existe um problema e esse problema tem que ser resolvido. Eu acho que nós temos que esquecer quem fez essa coisa ruim para Rondônia, para os trabalhadores, para os pais, para os alunos, para todos e daqui para frente, com esse novo Governo que aí está, nós chegamos a uma conclusão positiva. Se nós

pegarmos lá o que foi que aconteceu lá em 2012? Vamos tirar os vigilantes porque o custo é muito alto e eu quero dar aumento para os professores. A Professora Lionilda falou ou alguém falou agora a pouco, vocês observaram o aumento no contracheque dos professores? Não. A Professora Lionilda falou uma coisa muito importante aqui, é a questão do monopólio.

Foi um ato político, uma briga política que deixou os colégios vulneráveis e sendo todos os dias saqueados, furtados.

E, agora, que nem a Professora Lionilda falou, esse professor que foi vítima agora, está com uns 15 dias na Escola Flora Calheiros, tocaram fogo no carro dele, ameaçaram ele, o Professor Carlos e, por incrível que pareça, o próximo carro a pegar fogo seria o da minha esposa que é Professora lá, exatamente há 22 anos na Flora Calheiros.

Então gente, falei, não tem como a gente falar tudo aqui, mas, eu já estive sentado com o Secretário Suamy, Valéria, não é isso, Valéria? A Valéria que é Técnica da Secretaria de Educação, nós estivemos conversando também, passei algumas informações para ela de como se resolveria esse problema. É importante esse debate porque o Diretor do Sintero vem defendendo que tenha concurso público, parabéns! Eu acho que a gente tem que pensar, eu como Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia nós vamos defender a volta dos Vigilantes, mas eu acho que antes de qualquer coisa nós temos que pensar o seguinte, é do ser humano, que nem o Deputado Jair falou, é nos pais, é nos professores e é nos alunos, depois vem emprego para os trabalhadores.

Agora, nós não podemos aqui, existem várias discussões, é agente de portaria? É o policial que está na Reserva? Ai sim, aí eu vou defender. Nós trabalhadores da segurança privada, muita gente não sabe o que nós passamos, o que nós temos que fazer para nos qualificar para guardar o patrimônio de terceiro. Muita gente não sabe! Existe a Lei nº 7.102 que regulamenta o serviço de vigilância do Brasil, que nós temos que estar qualificado para fazer isso. Então, pessoal, a gente está aqui para debater e chegar num encaminhamento. Se nós colocarmos hoje, qual é o período que existe maior índice de criminalidade noturno ou sábado, domingo ou feriado diurno.

Se nós pegarmos hoje a Lei 13.467 da Reforma Trabalhista, por si só, ela já tirou vários direitos dos trabalhadores. Automaticamente o valor de um contrato de um posto 24 horas, diminuiu mais 30%.

Então, hoje Secretário, se nós fizermos, nós que eu digo, vocês, e nós estamos à disposição para contribuir no que for necessário. Então, têm várias maneiras de resolver esse problema. Primeiro, colocar o vigilante noturno, sábado, domingo e feriado, já resolve 99,9% o problema dos furtos, desse saqueamento que está havendo nas escolas do Estado.

Outra questão, que nem o colega falou agora a pouco da formação de segurança privada. Eu acho que é muito importante a participação dele neste momento, não que os técnicos da Seduc não tenham essa qualificação. Mas para fazer esse estudo, para chegar num denominador comum, que é pagar menos e resolver a questão da segurança das escolas.

Então, como o tempo é curto, eu só quero dizer para o Secretário, para os deputados que propuseram esta Audiência Pública, que nós vamos estar à disposição, deputados e Secretário, para colaborar no que for necessário para gente fazer um encaminhamento que seja uma solução desse problema que está acontecendo, dessa realidade que está hoje, que é o saqueamento nas escolas do Estado de Rondônia, gente. Muito obrigado, boa tarde.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra, então, o senhor Suamy, pelo tempo que achar necessário, Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Boa tarde às senhoras e aos senhores. Gostaria de cumprimentar Excelentíssimo Senhor Deputado Jair Montes; Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, proponentes desta Audiência Pública; também cumprimentar a Capitã Michelly, que representa o Comando da Polícia Militar; senhor Agenor Fernandes e a Senhora Judith dos Santos, que representam o Conselho Estadual e o Municipal; o senhor Paulo Tico e o senhor Francisco Fonseca, que representam os Sindicatos dos Vigilantes, o Sindicato das Empresas de Segurança; o senhor Joelson Chaves de Queiroz e a senhora Lionilda, que representam os Sindicatos de Profissionais da Educação.

Senhores, segurança é um tema que tem nos desafiado enquanto sociedade, não apenas a de Rondônia, mas à sociedade brasileira. E esse problema já vem arrastando-se há algum tempo e à proporção que as liberdades individuais foram acontecendo e o sucateamento e a redução do Estado brasileiro foi mudando, é óbvio que as coisas mudaram e não foram para melhor, realmente as coisas as coisas complicaram-se.

Cumpra-nos assumir em um momento de pico da crise econômica nacional, o que nos impulsiona, o que nos empurra para um sério tratado social e a sociedade brasileira e a de Rondônia não foi diferente, levou, nos impulsionou, nos conduziu para essa situação. E há que se compreender que no caso do Estado de Rondônia, no que concerne à cidade de Porto Velho, onde reside o maior problema de segurança, nós temos que contabilizar pré-hidrelétricas, pré-usinas e pós-usinas, quando a calamidade tomou conta realmente de toda situação.

Então, assim, neste momento, voltando a salientar que não é apenas em Rondônia que temos problemas com segurança nas escolas. Não é à toa que Estados, como o Estado de Goiás, já vai para um número grande demais de escolas militares para tentar contornar o problema. O tempo é que vai provar se eles estão certos ou errados.

Neste momento e aí eu quero me reportar a pergunta que me foi feita a respeito da situação, dos indicativos do Tribunal de Contas, do acórdão 0958101. Nesse instante, o Estado está com a comissão instalada para efetuar estudos, acerca da viabilidade econômica e técnica referente à implantação da vigilância nas escolas estaduais, o Dr. Hélio já disse isso aqui. Então, Polícia Militar, Polícia Civil, todo o aparelho de segurança, a Secretaria de Estado, SEPOG, todos nós estamos imbuídos desse propósito neste momento, que já tinha respondido aos deputados interessados.

Ainda, não concluímos o trabalho, por quê? Uma senhora falou aqui a pouco que quando tange para contratar o policial militar para ampliar o trabalho das Patrulhas Escolares, retiramos um trabalhador já da Reserva e retiramos o trabalho de um posto de trabalho.

Entretanto, nem para o azul nem para o rosa, gostaria de informar que dentro do orçamento do Estado, pelo menos o que foi deixado, isso nós temos que cuidar e já informei os deputados a respeito disso, não existe previsibilidade orçamentária para a segurança privada, nenhum tipo de segurança que não seja eletrônica, e nós estamos estudando essa viabilidade agora, mesmo que mínima. Há que se salientar neste momento também, a não existência de concurso público para vigilantes nas escolas, na carreira de professores. Mas também saliento que com aposentadorias no número de duzentas só este ano, de professores, e a transposição de professores para os quadros do Território Federal, do Governo Federal, da União, nós já temos um buraco muito grande de

professores e a prioridade, confesso aos senhores, por mais que não seja do agrado de muita gente, a prioridade é a contratação imediata e a reposição por meio de concurso desses profissionais. Porque senão a vigilância poderia ficar na porta, mas não ter professores. Isso não seria interessante, não existe a educação. Temos que ter os profissionais da Educação no lugar, aí, depois nós vamos discutir as outras coisas.

Quanto à vigilância privada, até para discutirmos, isso já foi falado aqui também hoje. Esses dias, eu transferi um dos pontos que eu tinha para o Colégio Ulysses Guimarães, onde está um grande problema, não é? Assalto, violência, fogo e tudo mais. E a empresa simplesmente diz: "calma aí, é muito perigoso". Uai! Quer ir para onde? Até que me prove o contrário, pelo que foi dito aqui, segurança é tal, tal... E o que me foi dito foi, lá na minha sala chegou essa informação, "vai ter que reavaliar o preço porque para ir para esse lugar". Olha, senhores, confesso que não trabalhamos assim. E mais, R\$ 17 mil de um ponto de segurança e o professor ganhando um pouco mais de R\$ 4 mil, tem alguma coisa errada no cálculo, não é? Eu não gosto, e aqui, eu já estou sabendo que são mil duzentos e oitenta reais, o salário de um segurança tem alguma coisa errada no cálculo. Porque os últimos cálculos que nós temos, os últimos contratos foram exorbitantes.

Então, há que se recalcular alguma coisa, até porque se o Estado continuar com esse tipo de proposta, se não nos chegar à mão nenhuma proposta da razoável, lamento, mas não vai acontecer. Porque eu não posso pagar R\$ 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais) para um trabalhador e a empresa dele está recebendo por ele R\$ 17 mil. Tem alguma coisa errada no cálculo, não é? Então, é o que temos.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Eu creio que esse valor, Secretário, R\$ 1.280,00, eu creio que não existe esse valor, tem alguma coisa equivocada na informação.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU – Uai! É o que me colocaram, não é? Então, assim, penso, penso. Inspetor? Não, nós não temos especificamente inspetor escolar.

Vejam bem, eu só posso contratar alguém que está nos quadros da Educação. Eu preciso que exista no Quadro da Educação para que eu possa pensar.

Continuando, eu gostaria de informar aos senhores que os estudos de hoje, e aí e a questão é imediata, especificamente para a cidade de Porto Velho, já estamos dobrando as Patrulhas Escolares com novos ou com o da ativa, ainda não sei por que essa é uma questão da Sesdec, mas na zona leste de Porto Velho, por meio do 5º Batalhão de Polícia Militar, o Major Glauber já apertou a segurança na frente das escolas e principalmente no turno segundo, onde o maior grau de violência agredir escolas como Ulisses Guimarães e isso já foi, em tese, contornado. O que vai acontecer amanhã é outra história. Agora, hoje é assim, a Polícia Civil por meio da Delegacia de Atos Infracionais, a Delegada se dispôs a lançar também quatro duplas de policiais e já iniciou o trabalho. Então, neste momento, imediatamente, a ronda das patrulhas vai apertar, não é?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Vamos garantir a fala do Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Bom, Uai! Eu estou acabando de dizer que nos últimos dias, a não ser que alguém force à barra para que o furto aconteça na marra, nos últimos dias o Major Glauber apertou Ulisses Guimarães, Flora Calheiros, todas elas e, a coisa está melhor.

Agora, o que eu posso fazer, eu não posso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos garantir a fala do Secretário. Vamos garantir a fala do Secretário. Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Senhores, eu não gostaria de dizer aos senhores, eu não possuo regras hoje, lei, a não ser uma proposta de estudos determinada pelo Tribunal de Contas para que nós possamos fazer os estudos e fazer os encaminhamentos. Por enquanto, eu estou com a lei debaixo do braço, fazendo a sequência dela. Os deputados procuraram respostas para o acórdão e nós estamos em cumprimento disso.

Os deputados nos questionaram e vamos... Bom, mas já começou a querer me agredir. Eu já não posso mais, deputado. Aí, com agressão, não vinga.

O SR. ANDERSON PEREIRA - O que acontece, pessoal? Este estudo foi feito pelo Governo que saiu só que esse estudo precisa ser atualizado. E outra coisa, o Secretário disse aqui, não foi colocado na previsão orçamentária, vai ter que ser feito. Então, além de atualizar o estudo tem que incluir na previsão orçamentária. A LDO vai chegar até junho já está aqui Casa, e a gente vai estar atento nisso aí.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Ao mais, a segurança nas escolas...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos garantir a fala do Secretário.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Ao mais, a segurança nas escolas, e não parte apenas de alguém lá na porta, e que alguns inclusive já perderam até a arma.

Alguns, para vergonha de muita gente, até perderam a arma do bandido, não é? Nós não estamos falando de policiais, estamos falando de vigilantes. Quando falarmos de policiais, nós estamos tratando da situação dos vigilantes, especificamente.

Então assim, com referência a isso, vamos continuar os estudos no tempo estipulado pela Assembleia, vamos mexer com o orçamento do Estado, vamos fortalecer a Patrulha Escolar, que é o que podemos fazer com as regras que possuímos. E torcer para que a crise nacional possa ser debelada para que possamos ter melhores dias.

Gostaria de dizer aos senhores que, com certeza, a prioridade é o aluno, mas para ele ser aluno é preciso que existam professores. E, neste exato momento, o maior quadro em defasagem para contratação via concurso público é dos professores do Estado, e nós já estamos providenciando isso.

Os estudos vão apontar outros caminhos se o orçamento do Estado e a proposta voltar apontar para esse rumo como o rumo número 01, com certeza o faremos.

Gosto da proposta de sábados, feriados e noturno.

Entretanto, não posso de forma nenhuma dizer aqui, que vou fazer de pronto bate isso, apenas para ganhar palmas de plateia. Não, a minha função não é essa. Lei debaixo do braço, os deputados estão aqui, se houver... E mais, a lei dos funcionários públicos da Educação está sendo estudada. Não sei, até porque nós não temos respaldo para gastar recursos do FUNDEB com segurança de escolas. Não sei o que pode acontecer, porque nós não vamos conseguir. Temos que convencer o planejamento do Estado a fortalecer algumas outras fontes de recursos financeiros para que a coisa possa

acontecer. Mas com os recursos do Fundo que sustenta a Educação é humanamente, hoje, legalmente impossível de fazer isso. Tanto é que nós temos hoje Secretários aí para trás, que já que cuidaram mal dessa coisa, eles fizeram contratos errados, que já estão respondendo processos e com devolução de recursos grandes, para fazer. E eu não quero me incluir, não quero entrar nessa lista. Se Deus ajudar, eu não vou entrar nessa lista de quem vai devolver dinheiro futuro.

Mas assim, vamos encontrar uma saída, com certeza.

Todas as forças, inclusive a Assembleia, não pensem os senhores que os deputados não estão indo lá. Estão indo lá conosco, procurando. O Tico já falou que foi lá, mostrou caminhos e, nós estamos abertos. Agora, de imediato, eu não posso assinar nada que vá agredir a lei, e hoje nós não temos leis favoráveis.

Então, foi por isso que eu disse que eu estarei cumprindo a lei, sempre, pelo menos vou me esforçar para isso. Se lá na frente os estudos, a Assembleia Legislativa em conjunto com o Governo encontrar uma saída plausível, terão nosso apoio. Eu não tenho nenhum centavo para esse negócio aí.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Secretário só uma pergunta que eu sei vai ser a pergunta de todos. Em relação à atualização desse estudo, e a previsão orçamentária a gente sabe que tem que buscar, mas em relação ao estudo, tem algum prazo, alguma previsão?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA DE ABREU – Nós, antes que feche o nosso PPA, nós teremos uma resposta com certeza, não é? Mas agora, a resposta ainda é precária, foi isso que eu respondi. Eu não poderei dar uma resposta que ainda não saiu, não tem nenhuma conclusão, não é? Tem a determinação que deve ser estudada, mas assim, e também não defendo corporativismo nem governista e nem privado.

Não posso fazer nada que não esteja no escopo legal.

Entendo que os senhores deverão continuar e nós também, se os estudos forem favoráveis, o faremos na medida do possível e nos termos da lei.

O Sr. JAIR MONTES (Presidente) – Secretário a gente vai acompanhar de perto essas questões. A gente vai esperar chegar o PPA, chegar o orçamento nesta Casa e aquilo que a gente falou, a gente realizou a Audiência Pública, ouvimos todos os atores, o Sindicato aqui, o Sintero que é a favor do concurso público; nós temos aqui os vigilantes pedindo o retorno nas escolas, surgiu aqui outra proposta muito boa: feriados, noturno, domingo, domingo e feriados, não é? Final de semanas e feriados e noturno, então, Secretário, está em suas mãos.

A gente tem que pensar hoje no ser humano, na pessoa que está hoje, tanto professor quanto aluno, claro que patrimônio é muito importante. Mas hoje tudo o que nós passamos, infelizmente vivemos em um País, vivemos em um Estado hoje, não por culpa da Polícia, Secretário, não por culpa dos policiais, mas também está defasado como foi falado aqui.

Defasado a PM – Polícia Militar, nós temos hoje quase 7 mil homens, defasado em quase 7 mil homens da Corporação, a Polícia Civil não foge muito disso. Nós falamos aqui no feminicídio, mas não temos Delegacia da Mulher 24 horas, são

fechadas as Delegacias, não tem a quem recorrer. Então é assim, vivemos num caos total.

Nós temos que buscar esse caminho, professores, na questão do Sintero, nós deputados, vocês que estão gerindo, eu até fico pensando assim: o Coronel Marcos Rocha tem muita coragem, a senhora falou aqui que tem o esposo com 54 anos e está aposentado, o Coronel Marcos Rocha também poderia estar aposentado, resolveu ser Governador do Estado. É uma situação complicada, vai ter que gerir hoje esse recurso de maneira correta. Daqui a pouco eu sei que o Sintero vai estar aqui também cobrando a valorização dos professores, não é isso?

Então esse é o papel da Casa Legislativa, esse é o nosso papel. Estamos aqui. Eu sou aquilo que eu falo, estou aqui por quatro anos, vocês são servidores públicos, têm a vida toda.

Eu não, só estou durante 4 anos. Se amanhã a população achar que não deve mais votar em mim e eu não receber outra oportunidade, acabou para mim a política. Vocês são servidores públicos e vão continuar assim. Então a escola é do aluno, é do servidor público e nós temos que pensar com carinho.

Fora do microfone: Já que o Secretário faz a previsão orçamentária, porque o Governo não faz a sua própria planilha e contrata vigilante emergencial, contratado pelo próprio Governo para tirar o atravessador?

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – É a questão orçamentária. Nós vamos estar perto do Secretário, da equipe técnica e a questão é do Secretário...

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, proponente aqui também Deputado Jair Montes, uma sugestão de encaminhamento foi na fala da Capitã Michelly. Eu peguei a falada Capitã Michelly, e ela falou no sentido de criar um Conselho. Nesse caso específico, como se trata de uma medida que seria emergencial, porque a gente sabe que política pública de Educação, são políticas de médio e longo prazo na maioria das vezes. Nesse caso específico, que se trata do que já está ocorrendo nas escolas, qual seria a minha sugestão de encaminhamento: a gente criaria, como fruto dessa Audiência, uma Comissão de acompanhamento pelo Sindicato, pelos interessados, pelo Conselho, aqueles que querem fazer parte para estarem acompanhando esse processo e estar vendo o que está acontecendo, o que está sendo feito para aconteça da melhor forma e mais transparente possível, não é? Inclusive, o Secretário falou de valores, R\$ 17 mil pagos a uma empresa por um vigilante, não bate, uma matemática que não bate. É um absurdo! Então, isso aí é um absurdo, isso aí não tem nem como concordar com uma questão dessas, mas seria uma sugestão.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.
No mais, muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 17h57min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2632/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ABEL WILLIAM RIBEIRO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 16 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2693/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

ADRIELE DE ALMEIDA LIMA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete da Ouvidoria Parlamentar, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 15 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2637/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **ANDREY SABAY SATURNINO DE OLIVEIRA**, matrícula 200166913, Assistente Técnico, para o código AST-30, da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2656/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CARLOS ANDRE MORAES CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 08 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2651/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CELIA MARIA GUTERRES AGUIAR, cadastro nº 100009945, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para exercer a Função em Comissão de Assistente Técnico, código AST-23, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2679/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

CINTIA CRISTINA DOS SANTOS ALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, da Divisão de Redes Sociais, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 09 de maio de 2019.

Porto Velho, 14 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2648/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

CLAUDEMIR ANTONIO DE ABREU, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, e relotar no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2597/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **CRISPIM BISPO REIS DOS SANTOS**, matrícula 200166105, para Assistente Técnico, código AST-24, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2596/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **CRISTIANO FURTADO DA CRUZ**, matrícula 200166246, para Assistente Parlamentar, código ASP-26, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2633/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

DANIEL GUIMARAES BATISTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 16 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2654/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

EDIR JOSE SCOLARI PILLON, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2594/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELIANE SANTOS DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial de Gabinete, código DGS-3, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2649/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ELIKE AMANDA WOLLMERHAUSEN BRANDAO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2657/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **EMILE SUELEN DUENHAS COSTA MARTINS**, matrícula 200166914, Assistente Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2639/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **GILDASIO REBOUÇAS DOS SANTOS**, matrícula 200166249, Assistente Técnico, para o código AST-27, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2660/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

GIOHANA BRUNA ARRUDA DIAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, da Divisão Elaboração de Termo de Referência, da Secretaria Administrativa, a contar de 13 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2598/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **GLANAIDE BEN**, matrícula 200165467, Assistente Técnico, para o código AST-23, do Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2655/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JANE MEIRE CALDEIRA TORRES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2591/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JONATHAN DA SILVA LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, na Divisão de Qualidade da Gestão, da Secretaria de Modernização da Gestão, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2638/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referencia do Cargo em Comissão do Servidor **JONATHAN LUCAS PORFIRIO DE OLIVEIRA**, matrícula 200166250, Assessor Técnico, para o código AT-30, do Departamento de Comunicação Interna e Externa, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2653/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JOSE NILTON ROMUALDO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2628/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JOVITA GUEDES DE MOURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, na Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2588/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JULIANA TINELLO COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-21, no Gabinete da Presidência, a contar de 16 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2519/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

L O T A R

JULIO ANDRE KASPER DA SILVA, matrícula nº 300103992, Datiloscopista Policial, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2593/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **KENILLA PAGOTO DE AZEREDO**, matrícula nº 200167091, para Assistente Técnico,

código AST-29, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2646/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **LOSANGELA SABAY DE OLIVEIRA**, matrícula 200165637, para Assessor Técnico, código AT-30, e relatar na Secretaria de Modernização da Gestão, a contar de 16 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2550/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

LOURIVAL CARDOZO FREIRE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, contar de 1º de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2590/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

LUAN DE SOUZA RONCONI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, na Divisão de Qualidade da Gestão, do Departamento de Modernização, contar de 1º de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2750/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

MAGNO HENRIQUE MAIA ROMANA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete da Deputada Cassia Muleta, a contar de 1º de junho de 2019.

Porto Velho, 03 de junho de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2652/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MARCEL DE SOUZA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2634/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MATHEUS AUGUSTO STERING DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 16 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2390/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **MEIRY DANIELA BRAGA RIBEIRO**, matrícula 200165417, para Assistente Técnico, código AST-26, e relotar no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 02 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2400/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

PATRICIA VILAS BOAS DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-25, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de abril de 2019.

Porto Velho, 03 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2695/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

RAQUEL DE LIMA MACHADO MELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, na Divisão de Redes Sociais, do Departamento de Comunicação Social, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 15 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2599/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **SHEILA JAMAITHE POTENZA GOMES**, matrícula 200165471, Assistente

Parlamentar, para o código ASP-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2647/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TADEU AGUIAR NETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2515/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

THAIS BARROS FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 10 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2684/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TITO PEREIRA DANTAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Ouvidoria Parlamentar, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 15 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2650/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

VALDETE BARBOSA FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 13 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº2423/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **JAQUELINE BARROS DE ANDRADE**, matrícula 200165905, para Assistente Técnico, código AST-18, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Segurança Pública, a contar de 02 de maio de 2019.

Porto Velho, 03 de maio de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

E R R A T A

No DO-e-ALE/RO nº 90, pág.2083, publicado no dia 31 de maio de 2019, promovendo a seguinte alteração:

ONDE SELÊ:

ATO Nº 2423/2019-SRH/P/ALE.

LEIA-SE:

ATO Nº 2385/2019-SRH/P/ALE .